JOELMA FERNANDES DE OLIVEIRA
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

GÊNERO & SEXUALIDADE



2022

GÊNERO & SEXUALIDADE

GÊNERO & SEXUALIDADE

JOELMA FERNANDES DE OLIVEIRA
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ol3 OLIVEIRA, Joelma Fernandes de; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Gênero & Sexualidade. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 269 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996309-2-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.6850982

1 - Brasil. 2 - Gênero. 3 - Sexo. 4 - Sexualidade.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III – Ciências Sociais. IV - Série

CDD–300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Scientia Sexualis e Ética 13

CAPÍTULO 2 |
Análise Histórica das Diferenças de Gênero: Um Panorama da Mulher na Construção Civil com Enfoque na Cidade de Ponta Grossa-PR 45

CAPÍTULO 3 |
Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades 67

CAPÍTULO 4 |
Conversas sobre Gênero no Whatsapp:
Refletindo sobre Feminilidades na Pandemia 95

CAPÍTULO 5 |
A Importância da Gestão Feminina na Agricultura Familiar e a Geração da Segurança Alimentar em um Assentamento Rural de Córrego Rico, Estado de São Paulo 133

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
Ideologia de gênero ou ideologias de azul e rosa?
Gênero e sexualidade na Educação 163

CAPÍTULO 7 |
Violência de Gênero, Ativismo Judicial e a
Aplicação da Lei Maria da Penha para Mulheres Trans 189

CAPÍTULO 8 |
Homofobia e Violência de Gênero Contra
Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros no
Brasil: Revisão Integrativa de Publicações (2010 – 2020) 203

CAPÍTULO 9 |
Transformações das Travestilidades: Gênero, Sexualidade e
Violência nas Narrativas de Travestis Aprisionadas no Ceará 221

SOBRE OS AUTORES | 257

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Intitulado como "Gênero & Sexualidade", o presente livro se trata de uma obra de natureza multidisciplinar que foi construída a várias mãos por um conjunto de vinte e dois profissionais oriundos de oito estados brasileiros e de Portugal que, portanto, refletem empiricamente sobre um conjunto de temas específicos, mas partindo de diferentes formações profissionais, expertises e experiências em distintas realidades.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em três grandes eixos temáticos que refletem a construção de novas agendas contemporâneas de estudos científicos a partir de meados do século XX, após a II Guerra Mundial, alicerçada em uma reconstrução com base em uma *práxis* progressista, a qual combina uma visão de mundo com base em valores mais inclusivos, direitos e garantias cidadãs, bem como em um programa de ação para melhoria das relações sociais.

Neste sentido, o objetivo deste livro é revalorizar a luta difundida a partir da década de 1960 no mundo Ocidental em função da agenda progressista da revolução sexual e da estruturação de movimentos civis para a igualdade e promoção de direitos, mas que tem passado por questionamentos e desafios frente às mudanças do pêndulo histórico a partir da década de 2010 com o preocupante avanço de agendas políticas de natureza conservadora e erosão de conquistas prévias no campo dos direitos humanos.

A estruturação do livro conta com um total de nove capítulos que versam sobre um tripé conceitual – Gênero, Sexo e Sexualidade – a partir de um paradigma eclético de fundamentação teórico-metodológica que resulta em uma abordagem multidisciplinar em função dos instigantes olhares provenientes de um diversificado

grupo de profissionais das áreas epistemológicas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro é combinada a distintas abordagens qualitativas, marcos conceituais e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda multidisciplinar de estudos, permeada pela pluralidade do pensamento, pela capacidade dialógica e uma rigorosa triangulação teórico-metodológica.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento, este livro traz significativos subsídios para um amplo número de leitores analisar e interpretar a complexa realidade contemporânea sobre gênero, sexo e sexualidade no Brasil e no mundo, atendendo às demandas de um público especialista, composto por acadêmicos e pesquisadores, bem como dos cidadãos interessados por novas informações e conhecimentos.

Excelente leitura!

Profa. Dra. Joelma Fernandes de Oliveira

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Scientia Sexualis e Ética

SCIENTIA SEXUALIS E ÉTICA[1]

Rafael da Silveira Moreira

Albérico Araújo Sial Neto

Seguindo a trilha de Michael Foucault (2011a, 2011b), o artigo que se segue defende que a *scientia sexualis* é um regime de saber que abarca o dito e o não dito, ou seja, um dispositivo de poder. Os dispositivos de poder abarcam os dispositivos estratégicos. O dispositivo estratégico é responsável pelo dito que advém de diversos campos de cientificidade. Nesse conglomerado de produções discursivas, que se relacionam reticularmente, é possível evidenciar contingências as quais a *épistémè* sexual permite existir.

Por sua vez, o não dito, as organizações arquitetônicas e as instituições, reafirmam o dito estruturante por meio de códigos circundantes ao corpo previamente materializado. As contingências, por envolverem diretamente o dito e o não dito, não devem ser objeto de investigação epistemológica ou ontológica, apenas. Devido sua característica já mencionada, a contribuição para a materialização dos corpos, torna-se pertinente abordá-la pela perspectiva ética, até porque, a produção normativa, que diz respeito à regulação de práticas de identidade, às normas pelas quais o alguém se torna viável, dá origem ao problema de definir o que é reconhecer esse alguém.

[1] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: SIAL NETO, A. A.; SILVA MOREIRA, R. "A contigência na *Scientia Sexualis*: argumentação sobre a necessidade de uma reflexão ética na atribuição de sexo e gênero". *Brazilian Journal of Development*, vol. 8, n. 1, 2022.

A CONTINGÊNCIA EM KRAFFT-EBING

Perquirindo os ditos da *scientia* sexualis, em meados do século XIX, o psiquiatra alemão Richard Von Krafft-Ebing publica um livro intitulado *Psychopathia Sexualis*, com a intenção de se tornar referência em áreas médica e jurídica (KRAFFT-EBING, 2001). Essa obra, considerada um clássico do século XIX, foi, ao passar do tempo, objeto de controvérsias. Ela aborda os assim chamados desvios sexuais e é a primeira obra de casos catalogados e definidos como perversões (KRAFFT-EBING, 2001). Ademais, outra característica desse livro também chama a atenção: a obra carrega consigo uma linguagem técnica, com conceitos bem delimitados e a redação de diversas seções em latim, causando a impressão de um estilo muito especializado que tem como intenção afastar amadores.

Tecer um comentário a cada caso relatado por Krafft-Ebing não é o objetivo desse artigo. Entretanto, alguns casos são demasiadamente interessantes e dignos de atenção. O caso 3, por exemplo, relata um senhor chamado de K., um homem de 29 anos que tinha uma *condição sexual anormal* [sic]. O que era tido como anormal no senhor K. era a "*falta de instinto sexual*" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 13), apesar de K. considerar-se bastante normal, como afirma o próprio autor.

O psiquiatra alemão deu ao caso a denotação de anestesia, que é a "*ausência de instinto sexual*" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 6). Ou seja,

> [...] todos os impulsos orgânicos provenientes dos órgãos sexuais, bem como todos os impulsos e impressões geradas pelos sentidos visual, olfativo e auditivo não excitam sexualmente o indivíduo. Trata-

> se de uma condição fisiológica na infância e na velhice (KRAFFT-EBING, 2001, p. 6).

É importante perceber que o psiquiatra alemão conceitua anestesia como uma condição fisiológica que aparenta ser normal em crianças e idosos. Em contrapartida, o mesmo conceito é tratado como anormalidade em pessoas adultas. Todavia, quais transformações fisiológicas acontecem com uma criança e/ou com um idoso que os fazem perder o instinto sexual, é uma questão que o autor não responde em sua obra. Além disso, argumentos que expliquem o porquê é normal uma criança e/ou um idoso não terem instintos sexuais não são abordados, ao longo da *Psychopathia Sexualis*.

Ademais, o caso 33 é outro relato que merece atenção. Neste caso, é relatado um homem idoso que fez uma mulher bem vestida deitar-se em um divã num aposento intensamente iluminado e, após isso, defecou, em estado de excitação, no busto dela. Vale ressaltar que ao fazê-lo, "*confessou ele, sentiu-se ejacular*" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 40, itálico nosso).

O autor utilizou o conceito conspurcação de mulheres para noticiar o caso. Esse conceito, apesar de não ser definido extensivamente por Krafft-Ebing, pode ser concebido como uma espécie de fetichismo. Para ele, o fetichismo

> [...] investe de sensações voluptuosas a representação imaginária de partes isoladas do corpo ou peças do vestuário do sexo oposto, ou até mesmo simples pedaços de pano. O aspecto patológico dessa manifestação pode ser deduzido do fato de que o fetichismo de partes do corpo nunca tem relação direta com o sexo, de que concentra todo o interesse

> sexual naquela parte separada do corpo como um todo (KRAFFT-EBING, 2001, p. 8).

O que mais chama atenção nesse caso não é o relato feito pelo psiquiatra, mas o que ele deixou de perceber: o idoso, naquela ocasião, por mais que sua prática sexual não fosse ortodoxa, manteve o interesse sexual pela mulher, ou pela roupa da mulher, ao que tudo indica. A forma como o psiquiatra denominou tal fenômeno é tão curiosa quanto o próprio interesse sexual do relatado, haja vista que, segundo o autor, a anestesia é uma condição fisiológica normativa para essa faixa etária, a faixa dos idosos.

Por sua vez, o caso 158 não é tão inusitado como o primeiro, nem apresenta contradições dentro do campo de cientificidade desenvolvido pelo Krafft-Ebing como o segundo. O referido caso relata a história da Srta. X, que aos 25 anos teve uma experiência lésbica, apenas. Entretanto, a forma como o psiquiatra conceitua o caso é digna de atenção.

Para o autor, tanto a lesbiandade, quanto a homossexualidade, se enquadram na categoria de sexualidade antipática. Esse tipo de sexualidade se caracteriza pela "total ausência de sentimento sexual em relação ao sexo oposto" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 8). Ou seja, "toda a sexualidade se concentra no próprio sexo" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 8). O fenômeno da homossexualidade, por exemplo, ocorre, segundo o autor, porque o homem "tem, conscientemente ou não, um instinto feminino em relação a ele" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 9). O mesmo fenômeno, vale ressaltar, contempla a lesbiandade.

O psiquiatra nada explica sobre o que seria ter um instinto feminino ou masculino, muito menos como funciona tal instinto em pessoas bissexuais, ou, muito menos, como acontece a encarnação desse instinto no corpo sexuado. Entretanto, essa afirmação

transmite a impressão de haver algo interno regendo os corpos sexuados, ditando os aspectos comportamentais desses corpos fisiologicamente tido por masculino ou por feminino. Além do mais, essa afirmação induz a crer que essa coisa intrínseca e regente foi factualmente descoberto pelo autor. Fazendo-o, agora, investigar todas as *manifestações anormais da sexualidade* [sic].

Uma possível resposta às lacunas e contingências que Krafft-Ebing permitiu eclodir em sua obra, advém da sadomasoquista Terence Sellers. Ao escrever a póstuma introdução ao livro de Krafft-Ebing, a psicóloga forense justifica que "*quando uma ciência é nova e, portanto, ainda muito dependente da criatividade do novo cientista, certos erros lógicos podem ocorrer*" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 7, itálico nosso).

Ponderando o que foi dito acima, é possível relativizar as indagações feitas ao caso 3 e ao caso 33. Ademais, referente ao caso 158, ele pode, talvez, ser interpretado como sendo um daqueles casos em que "o grande doutor Krafft-Ebing se exponha ao ridículo por suas posições morais às vezes antiquadas" (KRAFFT-EBING, 2001, p. 7). Entretanto, cabe aqui investigar se os problemas supracitados foram solucionados com o passar do tempo ou se as contradições lógicas e posições morais continuaram a persistir.

A Contingencia em Money

No século XX, houve o surgimento de uma teoria idealizada por John Money e pelo casal Hampson, que pregava a tese de que é possível, utilizando técnicas cirúrgicas, endocrinológicas, culturais e gramaticais, modificar o gênero e/ou a identidade de gênero de uma criança, até os 18 meses de idade (MONEY; HAMPSON;

HAMPSON, 1957). Essa tese se relacionava diretamente aos corpos de crianças intersexuais e hermafroditas.

De antemão, o psicopedagogo John Money conceituou o termo gênero para diferencia-lo do termo sexo.[2] Ou seja, o termo gênero foi utilizado para denotar um indivíduo que exerce um conjunto de comportamentos culturalmente reconhecido como masculino ou feminino (MONEY; HAMPSON; HAMPSON, 1957). Esse é um dos fatores mais influentes para que Money seja tido não só como o responsável pelo nascimento e primeiros desenvolvimentos da categoria gramatical gênero (LATTANZIO, RIBEIRO, 2018), mas também, como a primeira pessoa a fazer uso dessa categoria gramatical como uma ferramenta clínica e de diagnóstico (PRECIADO, 2018)[3].

Por sua vez, a relação com os corpos de crianças intersexuais e hermafroditas aconteceu porque seus corpos eram, e isso ainda ocorre, tencionados aos mais variados e invasivos procedimentos médicos[4]. Assim, os teóricos puderam realizar operações como a genitoplastia sem grandes objeções das famílias desses pacientes. Aliás, as próprias famílias dos pacientes serviram como assistente dos teóricos: se à criança intersexual lhe fosse atribuído o sexo feminino, os médicos contavam com o compromisso das famílias, por exemplo, em nomear a criança com um nome feminino e de referi-la por meio de artigos, pronomes, adjetivos, do mesmo gênero. Portanto, a partir da relação entre teóricos e famílias, por intermédio

[2] A distinção entre sexo e gênero foi algo muito importante para os póstumos discursos médicos do sexo. Nesse sentido, o sexo seria uma plataforma natural na qual o gênero (socialmente construído) pode se estabelecer.

[3] Vale ressaltar que os estudiosos da teoria e da vida de Dr. Money indicam que ele era o grande responsável pelo desenvolvimento teórico e conceitual da noção de gênero. Entretanto, também deixam explícito que muitas vezes a aplicação da teoria era feita em parceria com outros cientistas, como por exemplo, John Hampson e Joan Hampson. Portanto, em alguns momentos Money será citado sozinho, em outro, em companhia.

[4] Muitos desses procedimentos não são necessários, como aponta o relatório I Want to Be Like Nature Made Me. **International Human Rights Watch**, 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org>.

de operações médicas e linguísticas, surgia a consolidação do sexo e do gênero de uma criança intersexual.

É relevante não esquecer que os interesses de Dr. Money e seus colegas passavam a impressão de haver mais preocupação para com a saúde das crianças intersexuais, do que com a comprovação de sua tese em processo de elaboração. Segundo os teóricos, "bebês intersexuais corriam o risco de desenvolver graves distúrbios eletrolíticos ou degeneração maligna dos testículos" (MONEY; MUSAPH, 1978, p. 157-173)[5]. Vale ressaltar que outro problema possível de ocorrer aos intersexuais, os teóricos argumentavam, era uma crise de identidade – sexual – nos adultos com essa condição. Obviamente, para que isso pudesse ser evitado, ao recém-nascido intersexual era recomendado passar pelo procedimento de atribuição do sexo e gênero.

Ademais, os teóricos deixavam claro que o processo para a comprovação da mutabilidade do gênero dependia da atribuição do sexo da criança intersexual. Esse processo de atribuição do sexo, que Money e os Hampson implementaram, foi dividido por partes, ou melhor, blocos de procedimento. Esses blocos de procedimentos foram profundamente analisados pelo filósofo Paul B. Preciado (2014) e pela psicóloga social Suzanne Kessler (1990).

Segundo relata o filósofo espanhol, os recém-nascidos intersexuais eram submetidos a uma análise cromossômica. Se após essa análise cromossômica, o paciente fosse considerado geneticamente feminino, por exemplo, os médicos davam início ao segundo procedimento: cirurgia que interviria para suprimir os

[5] Para acessar o total arsenal de síndromes relacionadas à intersexualidade, consultar a obra citada (MONEY; MUSAPH, 1978). Todavia, por mais que tenha se passado quase 50 anos desde a publicação dessa obra, ainda não há consenso, nas áreas médicas, sobre a melhora, de fato, na qualidade de vida das pessoas que passaram pelas operações definidoras de sexo, como aponta a matéria: FÁBIO, André Cabette. O Debate Sobre se Bebês Intersexuais Devem ou não Ser Operados. **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>.

tecidos genitais que poderiam ser confundidos com um pênis (PRECIADO, 2014).

Como era de se esperar, foram criados conceitos para denominar os órgãos sexuais desviantes do padrão pênis e vulva. Nesse caso, a atribuição do sexo dos recém-nascidos intersexuais também passaria pelo processo de sexualização/denominação. Em outras palavras, conferido os órgãos sexuais do recém-nascido, davam-se início a denominação: "um órgão recebe o nome de clitopênis, pênis-clitóris, microfalo ou micropênis" (PRECIADO, 2014, p. 138).

Basicamente, são essas as definições dos conceitos utilizados pelos médicos: clitopênis – pequeno órgão que se parece com um clitóris, mas é um pênis em potencial; micropênis – pequeno pênis, mas bem formado, o que lhe distingue de um clitóris; microfalo – pequeno pênis malformado difícil de ser reconhecido como tal; pênis-clitóris – um grande clitóris que não deve ser confundido com um pênis pequeno (PRECIADO, 2014).

A análise cromossômica e a denominação dos órgãos sexuais, pelo que tudo indica, já denunciaria o sexo porvir:

> Se o recém-nascido é cromossomicamente XY, isto é, é considerado geneticamente 'macho', seu tecido genital será denominado microfalo ou micropênis, ou inclusive clitopênis, de forma que mostre seu potencial de 'devir pênis'. Nesse caso, todas as avaliações médicas servirão para saber se os órgãos sexuais têm ou podem adquirir a aparência de um pênis de tamanho normal e que poderá chegar a ter ereções (independentemente de sua habilidade reprodutiva) (PRECIADO, 2014, p. 139).

As denominações dos órgãos sexuais dessas crianças, como já foi dito, foram fundamentadas a partir de um certo valor prescritivo. Ou seja, as categorias não só serviam para descrever qual o órgão sexual tem um recém-nascido na condição de intersexual, mas também, serviam para indicar qual sexo que viria a ser estabelecido.

Entretanto, os procedimentos de análise cromossômica e a denominação dos órgãos sexuais ábsono da díade normativa não eram suficientes para garantir o sucesso do procedimento. Segundo Preciado,

> Se o recém-nascido reage positivamente ao teste hormonal – seu órgão cresce –, será utilizado um tratamento local à base de testosterona para que se desenvolva um pequeno pênis. Se o recém-nascido XY permanecer insensível à terapia hormonal, isso constituirá uma contradição impossível para o discurso médico: estamos diante de um bebê geneticamente masculino mas sem pênis ou, melhor ainda, 'sem pênis suficiente' (um pênis que mede menos de dois centímetros depois do tratamento hormonal) (PRECIADO, 2014, p. 139).

Portanto, os médicos utilizaram, por muitas vezes, critérios estéticos para que pudessem dar prosseguimento ao processo de sexualização e generificação de uma criança intersexual. Desta forma, combinando estrategicamente duas linguagens epistemológicas, aos bebês cromossomicamente masculino, mas

sem pênis[6], foi-se atribuído o sexo feminino, por exemplo[7]. Assim sendo, para Preciado, nesse caso,

> O microfalo é definido como pênis-clitóris, que será posteriormente seccionado e transformado mediante uma vaginoplastia completa. Para Money, então, "o masculino" não está definido por um critério genético (possuir um cromossomo Y e um X) ou pela produção de esperma, mas por um critério estético, o fato de ter uma protuberância pélvica 'do tamanho apropriado'. Como resultado dessa política do centímetro, na ausência de um pênis bem formado e do tamanho mínimo exigível, a maior parte dos bebês intersexuais XX ou XY são atribuídos ao gênero feminino (PRECIADO, 2014, p. 133-134).

Em apertada síntese, a tese de Dr. Money, de que o gênero é mutável até os dois anos de idade, fundamentava-se, de antemão, num devir sexo. Ou seja, o gênero só se modifica contanto que o sexo se transforme também. Não é preciso apelar para grandes

[6] Sobre corpos que têm órgãos sexuais dissonantes das designações genéticas, ressalta-se o artigo do Dr. Page intitulado *The Sex-Determining Region of the Human Y Chromosome Encodes a Finger Protein* (1987). Para a realização da pesquisa, foram retiradas amostras de DNA de um grupo de pessoas que possuíam cromossomos XX, mas tinham sido designadas pelos médicos como sendo do sexo masculino, e outras sendo o inverso do primeiro caso, tinham os cromossomos XY, mas tinham sido designadas como pertencentes ao sexo feminino. Vale ressaltar que ele não fornece informações acerca de como essas pessoas foram designadas de forma contrária aos seus cromossomos, mas para a filósofa Judith Butler (2017, p. 186), pode-se presumir que o fator estético, ou seja, as características físicas dos corpos, teriam influenciado em tais designações. Vale ressaltar que a escassez de bibliografia primária sobre o artigo do Dr. Page se tornou impedimento para que esse caso fosse analisado separadamente ao longo do texto que se segue. Sendo devido, a pleno rigor hermenêutico, apenas citá-lo como nota de rodapé. Entretanto, assim como os Links de sites, todas citações literárias em rodapé poderão ser encontradas na referência bibliográfica do presente texto.

[7] Quando se remete ao campo de cientificidade desenvolvido por Dr. Money, é importante perceber que, o regime anatômico/estético é voltado às práticas sexuais normativas, posto que foi definido como vagina única e exclusivamente aquele orifício que pode receber um pênis adulto. Money aparentemente não havia pensado que algumas de suas pacientes meninas seriam lésbicas e reclamariam mais adiante o uso alternativo de seus órgãos (PRECIADO, 2014, p. 135).

ficções científicas para que haja modificação no sexo de um intersexual, basta realizar operações cirúrgicas que deixem o corpo anatomicamente transformado. Por mais que não haja alterações cromossômicas ou troca nas glândulas produtoras dos hormônios sexuais[8], a alteração estética/anatômica somada as intervenções sociais, aparentam ser suficientes para produzir um homem ou uma mulher.

Além disso, segundo o filósofo espanhol, "com a noção de gênero, o discurso médico deixa à mostra suas funções arbitrárias[9] e seu caráter construtivista" (PRECIADO, 2018, p. 124). Não somente caráter construtivista, mas também contingente:

> O fato de que o sexo/gênero possa ser atribuído relativamente tarde, isto é, que possa existir um lapso de tempo entre o nascimento e a atribuição, revela suficientemente o caráter contingente das decisões e das escolhas que entram em jogo nas tecnologias de produção da verdade do sexo (PRECIADO, 2014, p. 141).

De fato, é curioso perceber que, até onde consta, Dr. Money não explica o que ocorre ao corpo do bebê para que as portas do

[8] A grosso modo, Ovários e Testículos.

[9] Um exemplo explícito da arbitrariedade da tese de Dr. Money se apresenta no caso "Brenda". Brenda foi, ao que tudo indica, a primeira paciente não-intersexual do médico. Brenda nasceu menino, nomeado Bruce. Devido um procedimento médico, no qual um equipamento elétrico funcionou mal várias vezes, o pênis de Bruce foi demasiadamente queimado, precisando ser amputado posteriormente. A família de Bruce o levou até Dr. Money, que fez uma vaginoplastia rudimentar na criança, e recomendou à família que o tratasse como menina. Bruce, no entanto, na pré-adolescência, não se adequou ao gênero que lhe foi imposto e se suicidou.

Dr. Money argumentou que não poderia ser responsabilizado pelo que aconteceu, porque a família demorou até o filho ter quase dois anos, pouco antes do *portão de gênero* estar prestes a fechar, para tomar a decisão.

Para acessar o caso completo: DR. MONEY e o garoto sem pênis. **BBC**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>.

gênero se fechem após os 18 meses de idade. Entretanto, a inexplicável data limite de até, no máximo, 2 anos de idade em conjunto com a constante binaridade do sexo e do gênero, transmite a impressão de arbitrariedade, o que se soma a pressões sociais. Realmente, pode-se especular a existência de uma pressão simbólica dos setores sociais para com os setores médicos acerca da sexualização de uma criança, haja vista que, as instituições domésticas e escolares reproduzem os discursos da diferença sexual, que são fundamentados a partir do discurso científico.

Vale ressaltar que, por mais que a noção de gênero desenvolvido pelos teóricos supracitados carregue consigo arbitrariedades e contingências, ainda assim, esse conceito aparenta ser uma teorização mais elaborada do que Krafft-Ebing chamou de instinto feminino ou masculino. Todavia, esses discursos apresentam dessemelhanças que é importante perceber. Se por um lado, a conceituação do escritor de *Psychopathia Sexualis* está inserida em uma rede de discursos, multiplicados exponencialmente durante o século XIX, que buscavam comprovar que os comportamentos sexuais têm sua origem na biologia (FOUCAULT, 2011b). Por outro lado, a teoria de Dr. Money e o casal Hampson, ao defender a diferença sexual como normal, fundamenta-se sobre uma hipótese puramente construtivista (PRECIADO, 2014).

Ao fundamentar sua tese em premissas construtivistas, John Money se opõe às rígidas classificações sexuais do século XIX, apresentando uma certa maleabilidade do gênero. Dessa forma, o conceito de gênero representou o início de uma ruptura nos discursos médicos, exatamente porque constitui o primeiro momento autorreflexivo, por mais que tenha sido de forma básica e estruturalmente frágil, dentro da epistemologia da diferença sexual (PRECIADO, 2018). Vale realçar que não só os discursos médicos póstumos se apoiam na noção de gênero desenvolvida por ele, mas também, que, por influência dessa noção, houve a explosão do *sexo-*

natureza abrindo caminho para novas formas de resistência e de ação política.

A Contingencia no DSM-5

Um exemplo contundente acerca do uso do termo gênero como ferramenta médica se encontra no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (2014). Nesse manual, no capítulo que se refere ao Diagnóstico Global de Disforia de Gênero, se encontra os seguintes conceitos: Atípicas com o Gênero; Redesignação de Gênero; Identidade de Gênero; Disforia de Gênero e Transgênero. A utilização desses conceitos pelo Manual expõe que, de fato, o termo gênero fincou raízes nas áreas médicas, após sua elaboração.

Quando se analisa o Manual, especificamente no capítulo sobre Disforia de Gênero, percebe-se, primariamente, que ele dá prosseguimento ao uso de duas linguagens epistemológicas, a saber: a biológica e a estética. Esse fenômeno pode ser percebido a partir da dissertação sobre o *sexo.* O livro reforça que,

> [...] os termos *sexo* e *sexual* referem-se aos indicadores biológicos de masculino e feminino (compreendidos no contexto de capacidade reprodutiva), cromossomos sexuais, gônadas, hormônios sexuais e genitália interna e externa não ambígua (DSM-5, 2014, p. 451).

Na citação anterior, percebe-se que após a categoria hormônios sexuais há uma conjunção que faz ligação com a categoria genitália interna e externa não ambígua. Esse realce

gramatical é importante, porque essa conjunção pode ser interpretada como servindo para estabelecer uma relação de dependência entre as categorias. Ou seja, uma pessoa só é masculina ou feminina se possuir todos os critérios listados e uma genitália interna não ambígua.

Aparentemente, se uma pessoa não se encontra desviante dos critérios anteposto, ela passa a ser tratada como uma pessoa com Transtorno(s) do Desenvolvimento Sexual, deixando, ao que parece, de ser masculina e feminina. Segundo o Manual,

> Os Transtornos do Desenvolvimento Sexual indicam condições de desvios somáticos inatos do trato reprodutivo em relação à norma e/ou discrepâncias entre os indicadores biológicos de masculino e feminino (DSM-5, 2014, p. 451).

Com isso, pode-se perceber que há, ainda, um componente estético se relacionando com o sexo. Ademais, há outro elemento que permaneceu mantido, tal componente é a concepção de que o sexo é o suporte biológico do gênero. Essa assertiva pode ser evidenciada na justificativa do porquê foi introduzido o termo gênero no manual:

> A necessidade de introduzir o termo *gênero* surgiu a partir da constatação de que, para indivíduos com indicadores biológicos conflitantes ou ambíguos de sexo (i.e., 'intersexuais'), o papel desempenhado na sociedade e/ou a identificação como masculino ou feminino não poderiam ser associados de maneira uniforme com ou ser preditos a partir de indicadores biológicos e, mais tarde, de que alguns indivíduos desenvolvem uma identidade masculina ou feminina em desacordo com seu conjunto uniforme de

> indicadores biológicos clássicos (DSM-5, 2014, p. 451).

Por sua vez, o uso do termo gênero, no Manual, tenta se distanciar conscientemente do socioconstrutivismo. Conforme o próprio manual,

> [...] o termo *gênero* é utilizado para denotar o papel público desempenhado (e em geral juridicamente reconhecido) como menino ou menina, homem ou mulher; porém, diferentemente de determinadas teorias construcionistas sociais, os fatores biológicos, em interação com fatores sociais e psicológicos, são considerados como contribuindo para o desenvolvimento do gênero (DSM-5, 2014, p. 451).

À vista disso, o termo gênero refere-se à designação inicial das categorias homem ou mulher, ou seja, para o *Manual*, a partir do momento que a não ambiguidade da genitália se evidencia, pode-se dizer é menino ou é menina, e esse dizer já configura o gênero da criança. Vale ressaltar que esse gênero ansiosamente dito é tecnicamente chamado de *gênero de nascimento* (DSM-5, 2014). A noção gênero de nascimento transmite a impressão de que existe uma tentativa de racionalização visando o arranjo inicial entre o sexo da criança recém-nascida e as características comportamentais referente ao gênero fundado nesse sexo. É obvio que as características comportamentais de uma criança recém-nascida, tanto do menino, quanto da menina, não vão muito além de chorar ou de explorar o novo mundo na qual se encontra, mas esse predizer é valor de possibilidade para que aconteça a continuidade do gênero de

nascimento para o gênero designado e o gênero experimentado[10], de uma criança em fase de crescimento.

Àqueles que foge ao contínuo gênero de nascimento e gênero experimentado, é denominado disfóricos de gênero. A disforia de gênero

> Refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não estão disponíveis (DSM-5, 2014, p. 451-452).

Não há explicações categóricas de como ocorre a disforia de gênero (por mais que haja inúmeras explicitações de como ela se manifesta nas diferentes fases do crescimento)[11], a despeito dos fatos do Manual a considera "*como um problema clínico, e não como identidade por si própria*" (DSM-5, 2014, p. 452).

Ao tratar a Disforia de gênero como um problema clínico, o *Manual* deixa evidente, dentre outras coisas, que o termo gênero, apesar de ser um termo altamente controverso, se tornou uma

[10] Para o *Manual*, há os seguintes gêneros:
Gênero de nascimento: gênero designado no nascimento da criança.

Gênero designado: gênero dito por alguém – esse alguém pode ser um médico, um professor, um familiar etc.

Gênero experimentado: gênero que no qual a pessoa se expressa.

[11] **Disforia de Gênero em Crianças**: 1. Forte de pertencer ao outro gênero; 2. *Cross-dressing*; 3. Preferências por brinquedos do outro gênero (DSM-5, 2014 p. 452).

Disforia de Gênero em adolescente e adultos: 1. Desejo por livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias; 2. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero (DSM-5, 2014 p. 452).

realidade científica. Embora essas controversas tenham resultado numa proliferação de discursos que variaram, entre as disciplinas, ao longo da história, a ligação sexo-gênero, ao que parece, pouquíssimas vezes foi questionada, como por exemplo o caso de Dr. Money.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Como já pôde ser visto nos fragmentos antepostos, pode-se dizer que a existência de uma história da medicina do sexo é evidente. Nessa história da medicina do sexo, a categoria gênero foi percebida de diversas formas, por exemplo: tanto como uma construção social, quanto como um conglomerado de fatores biológicos, sociais e psicológicos. Todavia, já foi explicitado que nunca houve desunião entre o conceito sexo e o conceito gênero. A constante correlação, que não significa estabilidade, na união desses conceitos, é um fenômeno imprescindível de análise.

De antemão, vale ressaltar que, fazer referência a história da medicina do sexo se mostra fundamental para que uma analítica seja possível, por mais que, como se sabe, o presente texto não carregue consigo a pretensão crítica de escrever uma história dessa medicina[12].

Para melhor explicitação do que está em jogo na história da medicina sexual, é preciso voltar-se ao pensamento de Michel Foucault. Seguindo os percursos do pensamento do filósofo francês, pode-se dizer que a medicina do sexo é um componente do dispositivo de sexualidade do ocidente. O dispositivo de sexualidade é, assim como os demais dispositivos de poder, um grupo

[12] Para aqueles e aquelas que têm interesse na história da medicina sexual: *El Descubrimiento de Los Cromossomas Sexuales: Um hito en la história de la Biologia* (2007); *Testo Junkie* (2018).

heterogêneo que aglomera o dito e o não dito: discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (REVEL, 2005). Pode-se dizer, de forma resumida, que o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos[13].

De forma mais abrangente, pode-se dizer que, parafraseando o que está escrito no livro *A Vontade de Saber*, volume primeiro da *História da Sexualidade* (2011), a história fez surgir dois grandes dispositivos para produzir a verdade do sexo. Enquanto as Sociedades Orientais, em geral, adotaram a *ars erótica* como procedimento, as Sociedades Ocidentais utilizaram a *scientia sexualis* para a produção dessa verdade.

O procedimento da *ars erótica*, consiste em extrair a verdade do sexo a partir do próprio prazer. O prazer deve ser conhecido como prazer. Essa aparente redundância equivale dizer que o prazer deve ser conhecido conforme a sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma (FOUCAULT, 2011b). Por definição, esse saber deve recair na própria prática sexual.

Segundo o filósofo, a civilização ocidental não possui *ars erótica*. Em contrapartida, é a única civilização a praticar uma *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2011b)[14]. Seu objetivo não é tornar o prazer sexual mais intenso, porém a análise de cada pensamento e de cada ação em sua relação com o prazer. O importante para a *scientia sexualis "*é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, e, especialmente, que a verdade do sexo tenha se tornado

[13] Para que se assimile facilmente o que foi dito, é possível fazer referência a todas tecnologias voltadas a descoberta do sexo de uma criança, além de todas as instituições hospitalares voltadas ao mesmo propósito, e assim por diante.

[14] Tese ainda hoje discutida.

coisa essencial" (FOUCAULT, 2011b, p. 56). Ou seja, o importante para esse regime de saber é que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade. Esta articulação exaustiva dos desejos produziu um conhecimento que, supostamente, constitui a chave para a saúde individual mental e física e para o bem-estar social (RABINOW, DREYFUS, 1995).

A título de esclarecimento, tal regime de saber se inicia, segundo Foucault, "em meados do século XVIII e início do XIX" (FOUCAULT, 2011b, p. 54). Dois fatos importantes marcaram a genealogia da *scientia sexualis*: "os imperativos morais subordinaram esse regime de saber da sexualidade, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas" (FOUCAULT, 2011b, p. 54). Mais: as ciências médicas da sexualidade, por serem repletas de conteúdo fraco ou superficial (FOUCAULT, 2011b), não propriamente em termos de cientificidade, mas de racionalidade elementar, "eram obrigadas a se reconhecerem como ramificações das ciências biológicas, para que não fossem colocadas à parte na história do saber" (RABINOW; DREYFUZ, 1995, p. 195).

No que se refere à fraqueza de conteúdo, se comparado aos discursos sobre a fisiologia da reprodução animal ou vegetal da mesma época, afirma o filósofo francês, o discurso sobre a sexualidade humana apresenta grande defasagem (FOUCAULT, 2011b). Não obstante, o sexo, ao longo do século XIX, foi inscrito tanto na *épistémè* da biologia da reprodução, que era desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, quanto na *épistémè* da medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas (FOUCAULT, 2011b). Entretanto, entre uma *épistémè* e outra, nenhum intercâmbio real, nenhuma estruturação. A primeira desempenhou apenas, em relação à outra, "o papel de um caução global sob cujo disfarce os obstáculos morais, as opções econômicas ou políticas, os medos tradicionais podiam-se reescrever

num vocabulário de consonância científica" (FOUCAULT, 2011b, p. 54). Em outras palavras, a *scientia sexualis*, a partir de sua ansiosa busca pela verdade do sexo, o inscreveu no campo biológico e nos campos da medicina da sexualidade. Essa última, por sua vez, recebeu influências diversas, mas se utilizou da primeira para que fosse possível assegurar sua própria subsistência.

Ademais, o dispositivo pode ser compreendido por "estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles" (FOUCAULT, 2001, p. 246). O dispositivo, por causa de sua abrangência, abarca a *épistémè* (FOUCAULT, 2001). A *épistémè*, por sua vez, pode ser compreendida como um dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior dos seus campos de cientificidade (FOUCAULT, 2001)[15].

Com isso, o sexo só pode ser percebido como objeto de verdade acontece porque a sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo; mas aquilo através de que o poder se exerce (FOUCAULT, 2001). Por sua vez, percebe-se que "a sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar" (FOUCAULT, 2001, p. 236).

Assim, quando se aponta a relação entre sexualidade e poder, não se almeja dizer que o sexo é sempre vítima de opressões, muito pelo contrário, de modo generalista, "o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas

[15] Estes são alguns Campos de Cientificidade pertencentes à *Épistémè Sexual*: Psiquiatria, Psicanálise, Pediatria, Andrologia, Ginecologia, Endocrinologia, entre outros. Tais áreas contribuem na constituição dos enunciados possíveis. Essa dinâmica pode ser lida como representando a dupla característica dos dispositivos: Eles sustentam e são sustentados por certos tipos de saber. Além disso, tal dualismo pode ser visto em outro tipo de relação: O poder nos submete à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Ademais, vale salientar que esses campos de cientificidade não são monopólios da épistémè sexual, eles participam de tal dispositivo estratégico enquanto podem fazer parte de outros.

seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas" (FOUCAULT, 2001, p. 236).

Desse modo, percebe-se, em consonância com o filósofo francês, que a produtividade das relações de poder se expressa, sobretudo, na própria produção da verdade. Ademais, o poder é entendido com um feixe de relações mais ou menos organizado, piramidalizado, coordenado e, essencialmente, com capilaridades (FOUCAULT, 2001). Pensar as relações de poder como produtivas e capilares, é, a grosso modo, algumas das consequências da analítica do problema da política do verdadeiro.

O sexo como objeto de verdade segue os ditames da grande parte da Sociedade Ocidental, que marcha ao compasso da verdade, dos discursos verdadeiros, "ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que se passa por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos" (FOUCAULT, 2001, p. 231). Assim, do mesmo modo, conforme o passar da história da *épistémè* sexual, houve muitos discursos, advindos dos diversos campos constituintes, que funcionaram como verdadeiros: no século XVIII, por exemplo, os homossexuais eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes; as mulheres foram fixadas à sua sexualidade, sendo apenas o sexo frágil ou a doença do homem (FOUCAULT, 2001). Tais discursos, como se sabe, não mais funcionam como verdadeiros, sofreram descontinuidade.

Intuitivamente, pode-se argumentar que os enunciados supracitados eram falsos, ineficazes na acumulação do saber sobre o mundo natural, ou, até mesmo, que não respeitavam o princípio de refutabilidade. Entretanto, talvez, essas sejam respostas simples ao dado problema, porque, de fato, se questionarmos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica, argumenta o pensador francês, quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, estaremos colocando um problema quase que insolúvel para elas, mas se, em contrapartida, tais perguntas

fossem feitas à medicina ou à psiquiatria, haveria mais facilidade de responder, haja vista que o perfil epistemológico dessas ciências estão ligados a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais (FOUCAULT, 2001).

Em outras palavras,

> Existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2001, p. 179).

A partir do que foi dito, pode-se recapitular os dois enunciados que circulam devido uma certa acumulação discursiva ou permissibilidade da *épistémè sexual*, e que se objetiva aqui discorrer: o *sexo* aparentemente tem por quididade o domínio pré-discursivo, ou seja, ele é considerado como intratável à perspectiva argumentativa, e rígido em termos biológicos; o gênero, por sua vez, é algo que aparenta ser socialmente construído ou, no mínimo, aparenta precisar das influências sociais para que seja formado. Embora tais características antepostas sejam antagônicas, as constantes consonâncias entre os dois enunciados anulam as impressões de uma discrepância entre tais quididades.

A discrepância ou contingência na correlação dos conceitos supracitados se evidencia a partir do momento em que a afirmação da aparente fronteira entre natureza e cultura é feita. Se por um lado, o ditame da natureza é tido como a verdade do sexo, e por outro, o ditame cultural é tido como a verdade do gênero, consequentemente,

se isso procede, o gênero não é resultado causal do sexo, muito menos tão rígido quanto aquele.

Segundo a filósofa Judith Butler, se "levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos" (BUTLER, 2003, p. 24). Ainda segundo a pensadora americana, por mais que o binarismo do sexo, tanto em sua morfologia, quanto em sua constituição, não pareça ser problemático, "não há razões para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois" (BUTLER, 2003, p. 24). Entretanto, apesar da evidente contradição, a consonância entre os enunciados de sexo e gênero é tida por verdadeira, justamente porque é produzida pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerente (BUTLER, 2003).

A produção da verdade conflui na formação da materialidade dos corpos. As práticas regulatórias compuseram como identidades coerentes a heterossexualização do desejo. Tais estabelecimentos instituem "a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e 'fêmea'" (BUTLER, 2003, p. 39). Por mais que não se tenha a pretensão de expor a totalidade das práticas regulatórias, é importante mencionar que os diversos métodos para o diagnóstico do sexo (englobantes ou não de diversas tecnologias) e o componente estético-visual (por mais que represente, por si só, uma contingência na investigação do sexo), servem como componentes da, quiçá, fundamental prática de materialização do corpo sexuado: a prática discursiva.

É possível objetar a assertiva anteposta dizendo que o sexo, tido como regimento biológico, tem sua materialidade fora dos postulados linguísticos. Entretanto, "afirmar uma materialidade fora da linguagem é ainda postular essa materialidade, e a materialidade assim postulada reterá esse postulado como sua condição

constitutiva" (BUTLER, 2019, p. 123). Além disso, outro problema se apresenta devido tal objeção: Postular uma materialidade fora da linguagem, em que a materialidade seja considerada ontologicamente distinta da linguagem, é minar a possibilidade de que a linguagem possa ser capaz de indicar ou fazer correspondências à materialidade (BUTLER, 2019).

Se por um lado, postular a materialidade do sexo como pré-discursiva, já é postular tal materialidade discursivamente, por outro, postular que a materialidade do sexo não pode ser indicada a partir da linguagem é uma refutação da própria assertiva, haja vista que já se está postulando. Portanto, objetar que o sexo é pré-discursivo pode revelar uma contradição lógica.

Quando um sujeito da medicina sentencia é menina ou é menino, ele transforma um corpo infantil em um corpo sexuado e generizado. Esse fenômeno do dizer é caracterizado como ato de fala. Isso porque, para uma parte da filosofia da linguagem, é concebido a linguagem como ação. Para um dos mais influentes filósofos, que pensaram a linguagem como ação, John Austin (1990) não se trata mais de analisar um enunciado descritivo. Antes, se trata de perceber que a linguagem depende de convenções sociais de várias ordens, para além dos ditames gramaticais[16]. Por mais que não se tenha pretensões de descrever as divisões dos atos de fala (ato locutório, ato ilocutório e ato perlocutório), citar essa teoria filosófica é deveras importante para que seja dado procedimento na argumentação da filósofa Judith Butler[17].

Seguindo as trilhas teoréticas da filosofia de Michel Foucault e John Austin, a pensadora americana afirma que,

[16] Como exemplo do que se disse acima, o pensador inglês utiliza o caso dos casamentos: Quando a autoridade religiosa e/ou jurídica afirma "eu vos declaro marido e mulher", ela pega duas pessoas solteiras e transforma, pelo que foi dito, em casadas.

[17] *Quem Canta o Estado Nação?* (2018) é um dos livros no qual a filósofa explicitamente dialoga com a elaboração teorética de Austin.

> Os efeitos de expressões perfomativas, entendidas como produções discursivas, não se encerram ao término de determinada declaração ou enunciado, a aprovação de uma legislação, o anúncio de um nascimento. O alcance de sua significação não pode ser controlado por aquele que pronuncia ou escreve, uma vez que tais produções não são propriedades de quem as profere. Elas continuam a significar apesar de seus autores e, às vezes, contra suas intenções mais preciosas (BUTLER, 2019, p. 399).

No caso da interpelação médica, por exemplo, há um deslocamento de bebê para menino ou menina e, a partir disso, a menina é feminalizada e o menino é masculinizado devido "essa denominação que o introduz no terreno da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero" (BUTLER, 2019, p. 25). Vale relembrar que, como foi dito na seção 2.2 do presente texto, há uma interpelação de gênero inicial consonante com a interpelação de sexo, chamada de gênero de nascimento. Entretanto, essa generização não é limitada por tal interpelação fundacional, "ela é reiterada por várias autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo que reforçam ou contestam esse efeito naturalizado" (BUTLER, 2019, p. 25). Assim, "a denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma" (BUTLER, 2019, p. 25).

Portanto, os atos de performance de fala ditos por entidades médicas criam uma materialidade dos corpos, mas também, perde o monopólio sobre aquilo que foi dito, abrindo espaço para outras entidades normativas, como as famílias e as escolas, atribuírem significados.

Além disso, atribuir a materialidade dos corpos aos atos de fala não significa dizer que,

> Por um lado, o corpo é uma coisa simplesmente linguística e, por outro, que não influencia a linguagem. Ele [o corpo] carrega a língua o tempo todo. A materialidade da linguagem, ou, mais precisamente, o próprio sinal que tenta denotar 'materialidade', sugere que nem tudo, incluindo a materialidade, é desde sempre linguagem. Pelo contrário, a materialidade do significante (a 'materialidade' que compreende os dois sinais e sua eficácia de significação) implica que não pode haver nenhuma referência a uma pura materialidade exceto via materialidade (BUTLER, 2019, p. 124).

Com isso, a filósofa americana está dizendo que,

> Não é que não se possa obter fora da linguagem a compreensão da materialidade em si e de si mesma, mas que todo esforço para se referir à materialidade ocorre mediante um processo de significação que, em sua fenomenalidade, é desde sempre material. Nesse sentido, então, linguagem e materialidade não se opõem, pois a linguagem é e se refere ao que é material, assim como o que é material nunca escapa por completo ao processo pelo qual é significado (BUTLER, 2019, p. 124).

Vale ressaltar que essa materialização dos corpos não é perenemente estável. Tal assertiva se evidencia no fato de que, o imperativo, para que chegue a vir-a-ser sexuado, "requer uma produção e uma regulação diferenciadas da identificação masculina e feminina que efetivamente não se sustentam e que não podem ser completamente exaustivas" (BULTER, 2019, p. 314). Além disso, afirma a filósofa,

> Esse imperativo, essa determinação, requer e institui um 'exterior constitutivo' – o indizível, o inviável, o inenarrável que assegura (e que, portanto, fracassa em

> assegurar) as próprias fronteiras de materialidade. A força normativa da performatividade – seu poder de estabelecer o que se qualifica como um 'ser' – é exercida não só por meio de reiteração, mas também de exclusão (BUTLER, 2019, p. 314).

Isto, a exclusão dos corpos que fogem à fronteira (inenarrável e traumático), produz uma espécie de não-corpo, aquilo que nem é categorizado a partir das diferenças sexuais (foi assim com as homossexualidades, por exemplo). Já a reiteração, que considera a diferença sexual, é invocada, quase sempre, como uma questão de diferenças materiais (BUTLER, 2019). Entretanto, como argumenta a filósofa, "a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas" (BUTLER, 2019, p. 15).

Portanto, o sexo não só funciona como norma, mas ele é, também, componente de uma prática regulatória, "que produz os corpos, que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo" (BUTLER, 2019, p. 15). Esse poder produtivo, poder de produzir, demarcar, circular, diferenciar os corpos, demonstra que o sexo é um ideal regulatório cuja "materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas" (BUTLER, 2019, p. 15-16). Ou seja, o sexo é uma construção ideal forçosamente materializada ao longo do tempo e das normas. Por causa disso, dado que a materialização se fundamenta, dentre outras coisas, em contingências conceituais, uma reflexão ética acerca dessa construção ideal se mostra demasiadamente necessária, haja vista que ela é responsável pela produção da materialidade dos corpos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BBC. "DR. Money and the boy with no penis". **BBC**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em: 20/10/2021.

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". *In*: LOURO, L. L. (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. **Quem canta o Estado-nação?** Brasília: EdUnB, 2018.

CABETTE, A. C. "O debate sobre se bebês intersexuais devem ou não ser operados". **Nexo Jornal** [2018]. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 20/10/2021.

ECHEVERRÍA, I. D. **El descubrimiento de los cromossomas sexuales**: um hito en la história de la Biologia. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. São Paulo: Graal, 2011b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.

HRW - Human Rights Watch. "I Want to Be Like Nature Made Me". **HRW** [25/07/2017]. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 20/10/2020.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia Sexualis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LATTANZIO, F. F.; RIBEIRO, P. C. "Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero". **Psicologia Clínica**, vol. 30, n. 3, 2018.

MONEY, J. *et al*. "Imprinting and the Establishment of the Gender Role". **Archives of Neurology and Pyschiatry**, vol. 77, n. 3, 1957.

MONEY, J.; MUSAPH, H. **Handbook of Sexology**. Cambridge: Elsevier, 1978.

PAGE, D. C. "The Sex-Determining Region of the Human Y Chromosome Encodes a Finger Protein". **Cell**, vol. 51, n. 6, 1987.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**. São Paulo: N-1, 2018.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.VEL, J. **Foucault**: Conceitos Essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

CAPÍTULO 2

Análise Histórica das Diferenças de Gênero: Um Panorama da Mulher na Construção Civil com Enfoque na Cidade de Ponta Grossa-PR

ANÁLISE HISTÓRICA DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO: UM PANORAMA DA MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL COM ENFOQUE NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR

Silvana Weinhardt de Oliveira

Este trabalho se dá a partir de pesquisa histórica, tendo como hipótese que os tratamentos desiguais relativos às categorias "homens" e "mulheres" são reflexos de uma sociedade que ainda está ancorada nos discursos do século XIX, que entendiam as mulheres como seres de corpos frágeis e biologicamente destinados à procriação, enquanto os homens eram seu oposto.

O gênero pode ser entendido de acordo com dois sentidos. O primeiro é como um conceito, o outro, categoria de análise. De acordo com Louis (2006), tanto um quanto o outro são importantes para se pensar categorias e esquemas para problemas contidos nas realidades sociais e econômicas.

Para homens e mulheres, o gênero transita entre o sexo biológico, mas não somente, ele, o gênero, produz o sexo, mas o sexo não exprime o gênero. Não somente isso, no plural os gêneros são a dualidade entre masculino e feminino, carregando consigo o arcabouço social de atividades, moralidades, conceitos e normatização da atuação social.

Pode-se dizer que está inserido no gênero a aceitação e não aceitação dos comportamentos de homens e mulheres e suas transgressões. Sendo, então, o gênero alicerce para políticas públicas atuais. Antes de mais nada, as diferenças sociais entre homens e mulheres são entendidas como construção social. A distinção entre os sexos e a ideia de comportamentos masculinos e femininos são conceitos que se relacionam.

Historicamente, mulheres e homens foram entendidos como corpos díspares. Em um mundo falocêntrico, a força estaria posta para os sujeitos masculino e seu oposto, a fraqueza, para as pessoas femininas.

Até o século XVIII, a mulher seria entendida como pessoa diretamente ligada ao obscurantismo, traduzido no surgimento da figura das bruxas.

No cenário da doença, é interessante notar que as manifestações biológicas da mulher foram vistas pela medicina como sinal diabólico. Acreditava-se que as doenças possuíam conexão com a presença do demônio. Assim, a melancolia, por exemplo, acompanharia sintomas comportamentais das mulheres que poderiam causar medo e alucinações. Intimamente ligado ao útero e à menstruação, as doenças do corpo feminino foram pensadas como oriundas do sangue menstrual que, com o cheiro forte, poderia causar alucinações nas pessoas e tornar doente quem dele se aproximasse (PRIORE, 2006).

A figura do útero ocupou um rio de tintas da medicina oficial e da Igreja na busca de atrelar o comportamento da mulher ao órgão. Uma das doenças, por exemplo, oriundas do útero era a "sufocação da madre", em que vapores subiam do útero ou, até mesmo o próprio órgão se deslocava até a garganta, sufocando a mulher. O médico Bernardo Pereira escreve sobre:

> Chamamos de sufocação da madre quando dela se levantam fumos para as partes superiores, os quais com sua frieza e má qualidade ofendem o cérebro, coração, fígado e septo transverso, trazendo-os assim, sem se mover do seu lugar pela grande comunicação que têm com todas as partes do corpo; além do que, há outros humores viciosos que detidos no útero apodrecem, adquirindo má qualidade (PRIORE, 2006, p. 84).

No século XIX, a ideia mística da mulher abre espaço para interpretações científicas. Nesses anos a cientificidade entendeu o corpo feminino não mais ligado ao obscurantismo, mas sim às falhas genéticas que proporcionariam às mulheres um corpo frágil quando comparado aos homens.

É nesse contexto que o comportamento de mulheres, antes regularizado pela Igreja, tornar-se-ia objeto de estudo de médicos, compreendendo as transgressões femininas do sistema devido à "dissimulação" e "histeria". Criou-se neste período a ideia da mulher fragilidade, de saúde fraca e que necessitava ser cuidada pelos homens da família. Primeiro pelo pai, ao nascer e até atingir a adolescência; depois pelo irmão mais velho, que a acompanhava vigiando os seus atos; depois, ao se casar, o marido seria o responsável pela manutenção dos cuidados femininos. Mais tarde, ao se enviuvar, a mulher seria cuidada pelo filho mais velho. Essa ordem da vida não é a natural, mas sim construída.

Além do discurso médico, é no século XIX que começa a se construir a figura da mulher burguesa e da mulher proletária. Assim, não apenas o gênero é importante para compreender a atuação social sobre a figura feminina, mas a sua classe econômica, o pertencimento social de sua família, como será abordado em seguida.

A MULHER TRABALHADORA

Categoricamente, a mulher abastada seria aquela que se origina de uma família com alto poder aquisitivo e que carrega, além do sobrenome, um estatuto de moral e bons costumes. Deveriam ser as filhas amáveis preparadas desde a infância para receber um casamento com alguém da sua mesma linhagem. A menina burguesa

seria predecessora à mãe burguesa, encarregada de criar seus filhos e filhas e transferir, pela maternidade, direitos e deveres daquela sociedade.

Para a mulher trabalhadora, o peso da honra e dos bons costumes não recaíam com a mesma intensidade que para as abastadas. A mulher pobre estava preocupada em sobreviver na sociedade. Para tal, vendia no século XIX a sua mão de obra para os industriais. Sendo um momento de intensa industrialização europeia, criando aglomerados de pessoas nas grandes cidades e convocando o operariado para trabalhar. Na jornada das fábricas, homens, mulheres e crianças dividiam as mesmas árduas tarefas de longas horas. Diferente da mulher burguesa, a proletária dividia o seu dia em jornadas triplas: trabalhava nas fábricas, trabalhava nos afazeres domésticos e servia seus filhos e marido.

Posto o quadro histórico, de acordo com Silva e Gitahy (2006), a análise social pela perspectiva de gênero não exclui as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas atestam que são insuficientes para definir a vida dos seres humanos em sociedade.

Já pensando por esse horizonte, para Scott (1995) o gênero é um elemento constitutivo das relações a partir dos sexos. Gênero e biologia podem se relacionar por:

- Símbolos culturalmente disponíveis;
- Normas que tentam limitar e conter a transgressão dos gêneros;
- A ideia de naturalização das diferenças binárias;
- A identidade subjetiva criada a partir de uma predisposição social para a atuação de homens e mulheres.

Como se consegue perceber, o sexo relaciona-se ao aparelho reprodutor enquanto o gênero é a atuação/transgressão dos indivíduos pré-condicionados a atuarem de acordo com o seu sexo. Dessa maneira, por homens e mulheres apresentarem diferentes papéis na sociedade, a divisão de trabalho é mais um elemento que demonstra a diferença de gênero.

> A divisão sexual do trabalho insere-se nas relações de poder sexualizadas e se manifesta por meio da distribuição das atividades entre homens e mulheres de forma desigual, seja no âmbito da produção ou reprodução. A legitimação desse processo passa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas em consonância com o que se espera de cada um dos sexos no contexto em que se inserem (SILVA; GITAHY, 2006, p. 26).

Na esteira do que foi pensado, o próximo tópico analisará a condição da mulher no mercado de trabalho e como, de uma maneira ou de outra, essa situação tem sua origem na ideia preconcebida da divisão em "trabalho feminino e trabalho masculino", legitimado/controlado pela sociedade a partir da distinção dos sexos.

O GÊNERO FEMININO NO MERCADO DE TRABALHO

Ao se estudar o mercado de trabalho atual, faz-se necessário questionar o que seria um empreendimento. Respondendo, a sua função é atender as necessidades da sociedade, acompanhando o crescimento de determinadas áreas do mercado que não são, de acordo com Amorim e Batista (2021), simplesmente setores de mercadorias ou serviços, mas empreender é ser o protagonista que

assume riscos em uma economia que está em constante transformação.

Dizendo mais, o empreendedor é aquele que possui a capacidade de reinventar as maneiras e métodos de atendimento do cliente, bem como acompanhar as inovações dos setores econômicos. Concentrando-se, portanto, em uma área na qual quem atua precisa estar constantemente interligado com o mercado de trabalho e suas mudanças.

> Conhecer profundamente o ambiente em que irá empreender é um ponto crucial e implica as características e necessidades de público-alvo; os concorrentes e as experiências de terceiros; o ciclo de vida do setor; as práticas do mercado; as variáveis que influenciam os negócios na área em termo tecnológicos, políticos, sociais e econômicos (DOLABELA, 2010, p. 111).

Azevedo *et al.* (2020), compreende que o mercado de trabalho deve ser entendido pelos esforços, conhecimento e experiências de profissionais, sejam eles líderes ou empregados. Desta forma, "trabalho pode ser uma prestação de serviço para outra pessoa ou empresa em que há uma recompensa por este serviço, que pode ser material ou financeira" (AZEVEDO *et al.,* 2020, p. 1). Na sociedade atual, que obedece à cultura do mundo do trabalho, a prática profissional está envolvida em buscar maneiras de sobrevivência e sucesso.

Nem sempre a prática de trabalhar foi da maneira como se entende nos tempos atuais. Historicamente, de acordo com Hobsbawn (2016), o século XVIII teria sido o período propulsor da industrialização na Inglaterra. Até então, a economia britânica fora alicerçada na produção de matérias-primas do campo. A partir do

século XVIII há em Londres e em outras cidades inglesas o desenvolvimento industrial. Esse momento possibilitou o êxodo rural, que seria a saída das pessoas do campo para trabalhar nas cidades. Sem infraestrutura para abrigar a quantidade significativa dos novos moradores urbanos, começou a se formar uma sociedade com poucas condições financeiras, mergulhadas na falta de higiene e com mão de obra pouco qualificada.

Para este autor, nesta etapa há o enriquecimento dos homens capitalistas e, em contrapartida, o empobrecimento dos seus funcionários, conhecidos como operariado. Homens, mulheres e crianças veem a sua mão de obra sendo explorada pelo modelo industrial. De outro lado, as mulheres, por sua vez, encontram a tripla jornada: trabalham fora, cuidam da casa e cuidam dos filhos.

Nos anos de 1970, surgiu na França uma historiadora, Michelle Perrot, preocupada em "desenvolver em seus trabalhos reflexões sobre a história, na medida em que discute a ausência das mulheres e que, para ela, as mulheres estão sozinhas no silêncio profundo em razão da desigualdade dos sexos" (PERROT, 2015).

A historiadora demonstrou que por mais que a mulher se multiplicasse em muitas tarefas, sempre obtivera sucesso naquilo que fazia. O problema era, e continua sendo, que o modelo é o de trabalho masculinizado, criado para homens e coordenados por eles, acondicionando a mulher em atividades menos valorizadas, com assalariamento desigual.

Decidiu-se delimitar neste trabalho o empreendedorismo feminino. De acordo com Amorim e Batista (2021) a atuação da mulher no papel de empreendedora é relativamente nova. Sendo assim, por quais razões a mulher empreende?

O mercado de trabalho é sempre um tópico interessante a ser revisitado nas pesquisas acadêmicas, principalmente na questão do

gênero feminino que, como já dito antes, vem sendo ocupado cada vez mais nos debates universitários.

Para entender a importante atuação da mulher no mercado de trabalho, torna-se primordial refletir sobre os estereótipos, preconceitos e discriminações que esses indivíduos encontram na relação de trabalho. A autora argumenta que a segregação está vinculada à segregação sexual social. Os estereótipos biológicos e sociais sobre o corpo da mulher desenham-se também no mundo do trabalho, em um discurso que legitima a fragilidade feminina:

> O processo sócio histórico do Brasil, com origem na ordem patriarcal, marcou a ideia de dominação dos homens sobre as mulheres, imputando às mulheres, desde as suas socializações, características como próprias de sua "essência feminina" como docilidade, tolerância, compreensão e passividade. Estes estereótipos de gênero ainda estão presentes no cotidiano e no discurso das mulheres (MONTEIRO, 2015, p. 97).

Por outro lado, o movimento feminista surgiu para desvendar a dimensão política e social da desigualdade de gênero, de modo que:

> A palavra gênero passou a ser utilizada como indicativo de uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". Gênero então é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder (MONTEIRO, 2015, p. 96).

São relações de poder baseadas na diferença entre o sexo, independente da condição financeira. Este posicionamento, para a autora, exclui a concepção de que a identidade é relacional, ou seja, que ocorre em um contexto de relações, mas é condicionada. Só o fato de ser mulher estaria associada ao tratamento distinto dentro de algumas empresas. Assim, quando aqui neste trabalho se trata de mulher, ou mulheres, entende-se que elas e os homens não estão em lados opostos, mas que os dois gêneros se completam.

O cenário atual é um resultado percorrido pela mulher em busca da feminização do mercado. A participação da mulher no trabalho, atualmente, vem crescendo. No Brasil, as mulheres são 41% dos trabalhadores, mas ocupam apenas 24% dos cargos de gerência. Dessa forma, um balanço do cargo executivo das 300 maiores empresas brasileiras com cargos de gerência ocupados por mulheres saltou de 8%, na década de 1990, para 13% na década de 2000.

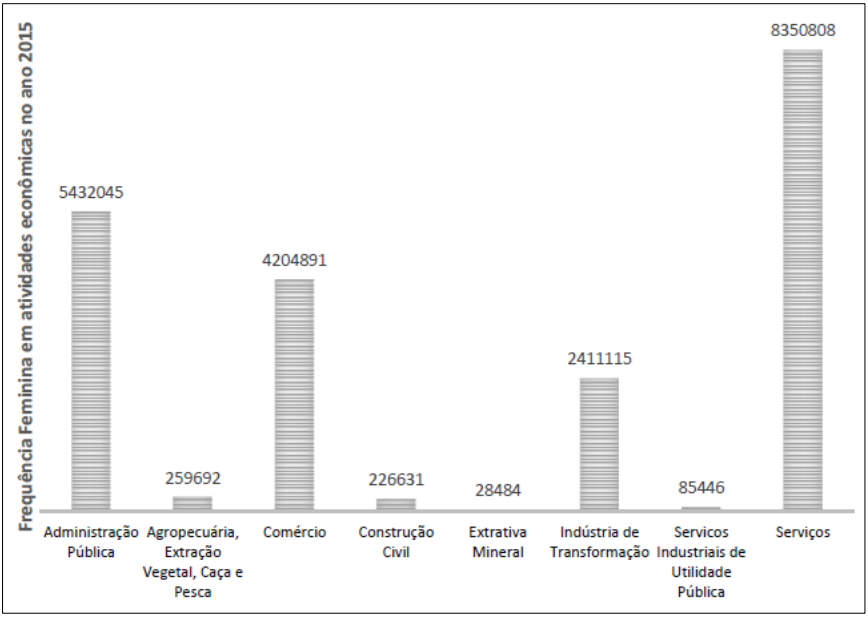
> No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina. De cada dez pessoas afetadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), oito são mulheres (PROBST, 2020, p. 3).

Dessas mulheres que alcançam altos postos, o autor afirma que em média elas apresentam 36 anos de idade, e os homens, para o cargo de diretoria, a média é de 40 anos. Mas há o alerta de que as executivas ganham 22,8% menos do que os seus parceiros diretores homens.

Na década de 2000, 30% da população feminina economicamente ativa brasileira correspondia às mulheres com 40 anos ou mais; 40% entre 25 e 39 anos, e as jovens de 18 a 24 anos era de 23%, enquanto as de 15 e 17 apenas 5% (PROBST, 2020, p. 3). De maneira geral, a ascensão feminina está a passos lentos, as mulheres ganham o equivalente a 61% dos homens e o problema afeta especialmente as profissões de salário mais baixo" (PROBST, 2020, p. 3).

Para o ano de 2015, tem-se os seguintes números de empregos femininos:

Gráfico 1 - Frequência feminina em atividades econômicas no ano de 2015



Fonte: MTE (2015).

Hirata (1994) destaca que o mundo globalizado provocou uma visão dicotômica entre as formas "antigas" e "novas" da organização do trabalho. As formas antigas seriam as que empregam funcionários para atuarem em produção em série, sem necessidade de aperfeiçoamento da mão de obra. Nesse contexto, as mulheres seriam contratadas para esses postos, pois não necessitaria de maior empreendimento de aprendizagem. Em contrapartida, o autor entende que se de um lado a mão de obra feminina é empregada na produção serial, por outro, a masculina se encaixa no "novo" modelo de trabalho, que é aquele destinado à prática da gestão.

> Enquanto atividades masculinas passariam a exigir mais responsabilidade, trabalho em grupo e competência técnica; as atividades exercidas majoritariamente por mulheres permaneceriam sendo controladas segundo modelos taylorista de organização de trabalho e obedecendo a cadência e ritmos impostos por linhas de montagem (SILVA; GITAHY, 2006, p. 29).

Importante compreender que a situação da mulher não está cristalizada na economia. Ou seja, apresenta estrutura de mercado em que a função do homem foi construída para dedicação integral ao trabalho, enquanto mulheres convencionalmente se dedicam ao trabalho, à casa e à família. Entretanto, existe um outro lado em que elas atuavam e o fazem de maneira que poderiam escapar desse esquema social: são mulheres que se tornaram chefes, que não aderiram a maternidade, que aperfeiçoaram seus estudos e criaram outras infinidades de rearranjos em busca de melhores condições para a sua vida.

Posto isso, a próxima etapa deste texto será voltada para a análise da mulher em um segmento específico da sociedade: o ramo da construção civil.

A MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O mercado da construção civil está crescendo desde o ano de 2012, período em que, segundo o Estudo Setorial da Construção, realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) foi impulsionado pelo aumento dos investimentos públicos em obras habitacionais. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS, as mulheres com carteira assinada em todas as categorias aumentaram em 5,93%. Para a construção de telecomunicações, a participação feminina passou de 12,96% em 2010 para 13,68% em 2011. Para a construção de aeroportos e vias públicas, mudaram de 14,14% em 2010 para 14,36% em 2011 (ROMCY; BRITES, 2014).

Na análise do mercado da engenharia frequentado pelas mulheres se entenderá como é vista a graduação universitária de mulheres nessa área. Os pesquisadores Romcy e Brites (2014) foram em busca de pessoas que cursaram a faculdade de engenharia, tentaram contato com várias construtoras e pessoas com o objetivo de mapear mulheres que exerciam a engenharia civil "fora" do escritório, ou seja, mulheres supervisoras de obras. Os autores dizem que "esse tipo de profissional era raro, que não haviam muitas mulheres em obras. A maior parte das engenheiras que encontrava, trabalhavam na área administrativa (p. 143).

Uma das entrevistadas, de nome Fabiana, relatou:

> Sabe, me formei em 2001 e eu sempre adorei o canteiro de obras, toda minha formação foi nesse sentido. Inclusive meu estágio foi nesta área em uma reforma de grande porte em Porto Alegre. Mas eu passei muito tempo procurando emprego, foi difícil, pois a preferência inegavelmente é por homens. Em algumas entrevistas isso ficava nas entrelinhas. Em outras era bem direto, teve empregador que chegou a me dizer claramente que o meu currículo era ótimo, que eu era qualificada para o cargo, mas que a empresa preferia a contratação de um homem (ROMCY; BRITES, 2014, p. 143).

Como já apontado neste trabalho, a perspectiva de gênero leva em consideração as convenções sociais que tentam condicionar a atuação feminina. Nesse sentido, de acordo com as autoras, a entrevistada Fabiana trabalhava em uma cidade distante da sua residência, sendo obrigada a deixar seu filho aos cuidados de familiares.

Na sociedade há um jogo cultural de gênero, como dito anteriormente. Não somente foi difícil para Fabiana conseguir um trabalho assalariado na área de sua formação, mas também a manutenção nesse emprego, visto que a distância entre a sua residência e o local de trabalho era grande. Outro empecilho relatado pela mulher foi na reunião de grupo da empresa, sendo composta por maioria masculina. Romcy e Brites (2014) analisam que Fabiana aparecia de forma depreciativa nas falas dos homens, principalmente quando estava vestida de calça jeans, blusas joviais e sofisticadas.

Por mais que o cenário possa ser de expansão para a mulher no mercado de trabalho civil, é perceptível que a disputa entre gênero masculino e feminino ainda aparece no cotidiano dos sujeitos. O canteiro de obra é construído simbolicamente como um espaço masculino, justificado por ter tarefas pesadas que exigem força física

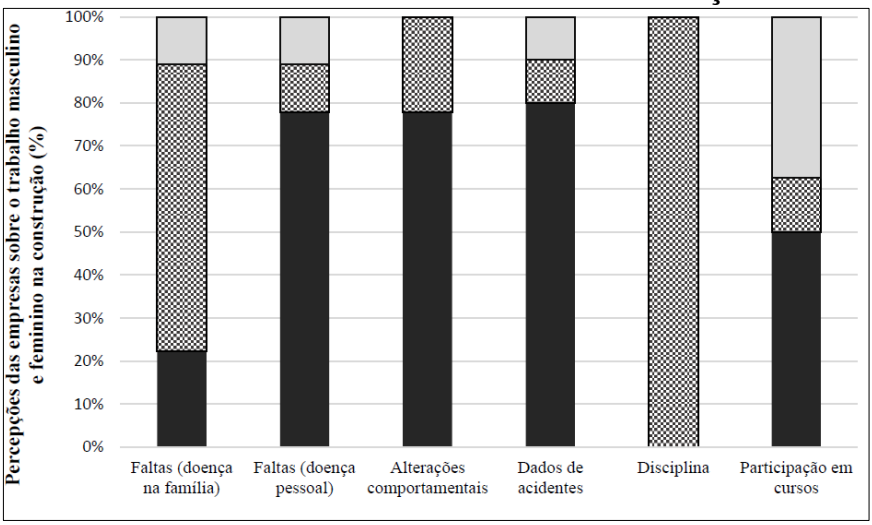
e exposição às intempéries da natureza. Quando isso é colocado de ponta-cabeça, ou seja, quando esses valores são quebrados a partir da presença de uma mulher nesse espaço, os homens acionam dispositivos sociais pejorativos que dificultam a interação feminina entre eles.

> Para a engenharia, emprego que costumamos denominar como de prestígio na nossa sociedade, quando olhamos exclusivamente para engenheiras e arquitetas podemos pensar que neste caso específico há uma inversão de classe e de gênero, já que a mulher se torna chefe de tantos homens, provoca uma desestabilização nas normas de gêneros (ROMCY; BRITES, 2014, p. 159).

Um questionário aplicado por Rocha (2017) na cidade de Goiana mostra que na construção civil as funcionárias mulheres são as que mais faltam ao serviço por motivos de doenças de terceiros. Em contrapartida, são as que menos faltam quando elas próprias adoecem. Demonstrando que se perpetua o papel da mulher de cuidar de outras pessoas.

Ao considerar as análises gerais trabalhadas neste artigo, até aqui, observou-se que o mercado civil está englobando mulheres no seu assalariamento, mas o descompasso é que muitas vezes essas pessoas encontram no cotidiano mercadológico a cultura da diferença de gênero arraigado na sociedade. As ideias do século XIX que entendiam o feminino como sendo delicado e necessitado de ajuda ainda se perpetua nos tempos atuais. Como foi visto no caso de Fabiana, se identifica através do olhar pejorativo de seus companheiros de trabalho, além da visão de que precisam atuar em jornadas triplas entre cuidados com o filho, os compromissos profissionais e a família.

Gráfico 2 - Percepções das empresas sobre o trabalho masculino e feminino na construção



Fonte: ROCHA (2017, p. 42).

CONDIÇÃO FEMININA DO MERCADO EM PONTA GROSSA, PARANÁ

De acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR), o mercado da construção civil em Ponta Grossa no ano de 2018 permaneceu estável em comparação aos anos anteriores. Ao analisarem as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) produzidas no período, destacam que foram registradas 6.110 ART, em contrapartida aos 6.115 de 2017. Nas outras cidades dos Campos Gerais paranaense, em Imbituva, por exemplo, as ART na área da Engenharia Civil passaram de 418 para 479 no ano passado, um aumento de 15,59%; Em Palmeira, houve uma queda de 15% no mercado da construção civil (CREA-PR, 2022).

No município de Ponta Grossa, segundo o último censo, 42,2% das residências encabeçadas por mulheres tem um rendimento médio de ½ salário-mínimo. No total, 35.368 domicílios de Ponta Grossa são administrados por mulheres, sendo que 14.925 correspondem ao meio salário-mínimo que ganham, sendo necessárias políticas afirmativas para beneficiá-las (SANTANA *et al.*, 2018).

Para tentar amenizar as dificuldades encontradas por mulheres em busca de inserção no mercado de trabalho, como até aqui já foi entendido, a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovou no dia 2 de dezembro de 2020 o Projeto de Lei 40/2020, prevendo que o município reserve parte do capital financeiro municipal destinado ao fomento das empresas para negócios que tenham, pelo menos, 50% de funcionários femininos.

Nessa esteira, o vereador Rudolf Polaco afirmou:

> Aqui na Câmara tenho acompanhado como algumas mulheres sofrem quando tentam empreender. Infelizmente, na nossa sociedade essa mulher além de ser empreendedora muitas vezes também é mãe, dona de casa e responsável por uma série de atividades extras (VERNER, 2020).

Não somente há preocupação com o capital financeiro de mulheres empreendedoras, mas a cidade conta com algumas outras diretrizes legislativas que vem ao encontro das necessidades específicas das mulheres, como a Lei Ordinária 11.352/2013, que nos termos do § 6º, do art. 58, promulgou que:

> Fica assegurada a reserva de 3% (três por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados no Município de Ponta Grossa, aos veículos conduzidos por gestantes durante todo o período

> gestacional e mulheres como crianças de colo até 2 (dois) anos (LEIS MUNICIPAIS, 2021).

Ou a Lei Ordinária 13.540/2019, que promulgou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher devendo ser ocupado por mulheres em seu colegiado, tendo como objetivo principal:

> Promover uma política global, de acordo com a do Conselho Estadual, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando a sua integração e promoção como cidadão em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural (LEIS MUNICIPAIS, 2021).

Dessa maneira, possibilitou entender que o município de Ponta Grossa conta com um grande número de mulheres que são chefes de família e que quase metade dessas residências são mantidas com apenas meio salário mínimo. Buscando minimizar os efeitos da discriminação de gênero, as políticas afirmativas municipais implementam medidas igualitárias, mas, para além da legislação, é necessário construir a cultura de compreender que homens e mulheres são equiparavelmente iguais e que a concepção das diferenças de sexos é um processo pensado a partir do século XIX e que deve ser repensado neste. As oportunidades devem estar disponíveis para ambos, cabendo apenas a análise técnica do desempenho, sem julgamentos subjetivos, quase sempre baseados em crenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível entender que o gênero vai além da divisão dos indivíduos a partir do sexo biológico, entre homens e mulheres. A discussão acerca da identidade estabelece que seres

humanos masculinos e femininos são construídos a partir de discursos das instituições.

Há a ideia pré-estabelecida de como uma menina, moça ou mulher deverá se comportar, ainda nos dias de hoje. No século XIX a mulher burguesa seria aquela destinada ao lar, cuidando da casa, dos filhos e do marido. Originada de famílias abastadas, ela carregava consigo o peso da moral e dos bons costumes, quase sempre, limitando a atuação feminina.

No outro compasso, a mulher pobre era aquela que se desdobrava em múltiplas jornadas de trabalho. Além de vender a sua mão de obra, cuidava dos trabalhos domésticos na sua casa, além dos filhos e do marido.

Compreendeu-se neste estudo que muito daquilo que começou a ser construído no século XIX ainda se perpetua na sociedade atual. As funcionárias muitas vezes precisam se desdobrar para conseguir cuidar da vida profissional e da família. Quando alcançam postos de destaque, como uma chefia na empresa, precisam lutar contra o preconceito da fragilidade e do cuidado. Sua remuneração, ainda assim, será inferior a de um homem na mesma posição.

Tentando reduzir distâncias, muitas vezes, o poder público lança mão de normas que visam igualar os direitos de homens e de mulheres. Entretanto, há casos em que a legislação esbarra no costume social, onde ainda se acredita que as mulheres são menos capazes que os homens em relação a grande parte das ocupações no campo do trabalho. Portanto, para além de leis, é necessário construir um pensamento social de que tanto os homens quanto as mulheres são indivíduos sociais e, diferentes em capacidade, competências e habilidades, são merecedores de igualdade em oportunidades e direitos.

REFERÊNCIAS

AEAPG - Associação Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa. **Portal Eletrônico AEAPG** [2022]. Disponível em: <https://aeapg.org.br>. Acesso em: 15/01/2022.

AMORIM, R. O.; BATISTA, L E. "Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento". **Portal Eletrônico da UNIESP** [2021]. Disponível em: <http://uniesp.edu.br>. Acesso em: 15/01/2022.

AZEVEDO, G. *et al*. **Mercado de Trabalho, empregabilidade e suas variações**. Ceres: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano, 2020.

DOLABELA, F. **Riscos bem calculados**: o que é e o que faz o empreendedor. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

HIRATA, H. "Da polarização produtiva, trabalho e relações de gênero". **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho: gênero, tecnologia e trabalho**, ano 4, n. 7, 1998.

LOUIS, MV. "Diga-me o que significa gênero". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 21, n. 3, 2006.

MONTEIRO, H. M. D. R. **Mulher, trabalho e identidade**: Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Recife: UFPE, 2015.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. "Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: anos 2000 – 2015". **Portal Eletrônico do MTE** [2015]. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 21/01/2022.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da USC, 2015.

PRIORE, M. "Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino". *In:* BASSANEZI, C. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PROBST, E. R. "A evolução da mulher no mercado de trabalho". **RH Portal** [2020]. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br>. Acesso em: 21/01/2022.

ROCHA, M. A. G. **Cenário da mão de obra feminina na construção civil em Goiânia** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia Civil). Goiania: UFG, 2015.

ROMCY, D.; BRITES, J. G. "As mulheres na construção civil: algumas notas a partir de um trabalho de campo". **Revista Vernáculo**, novembro, 2014.

SANTANA, K. M. et al. "Ações afirmativas voltadas à emancipação da mulher arrimo de família no município de Ponta Grossa, Paraná". **Revista Diálogos, Secal: Revista Multidisciplinar**, maio, 2018.

SCOTT, J. W. "Gênero: uma categoria útil de análise". **Educação e realidade: gênero e educação**, vol. 20, n. 2, 1995.

SILVA, N. S.; GITAHY, L. M. C. "Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil". **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, n. 8, 2002.

VERNER, A. "Projeto de lei que prevê auxílio a mulheres que empreendem em Ponta Grossa". **Jornal A Rede** [2022]. Disponível em: <https://d.arede.info>. Acesso em: 15/01/2022.

CAPÍTULO 3

Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E FEMINIZAÇÃO: IMPACTOS E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA A INTEGRAÇÃO NAS CIDADES[18]

Maria Natália Pereira Ramos

Marly de Jesus Sá Dias

A migração é um fenômeno social antigo, motivado por fatores diversos e que, na contemporaneidade, adquire novos contornos e complexidades, caracterizados pela diversidade dos fluxos migratórios, feminização, intensificação do número de migrantes e refugiados - sobretudo nas cidades - bem como pela ampliação da multiculturalidade, tensões e conflitos interculturais.

Tal recorrência, temporalidade, progressão numérica, heterogeneidade nos perfis, destinos que atualmente se expressam nas migrações, apresentam múltiplos desafios ao nível científico, social, educacional e das relações interculturais e de gênero, nos planos individual, coletivo, político e urbano, sendo de considerável relevância social na pesquisa, formação e intervenção nos diferentes domínios científicos, sobretudo da saúde e direitos humanos.

Mais de 50% dos migrantes e refugiados em todo o mundo vivem em áreas urbanas, prevendo-se que, em 2030, as cidades acolham 80% do total da população, contribuindo as migrações para este aumento populacional. A cidade constitui cada vez mais um espaço de pluralismo cultural, constituindo a gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas uma das grandes preocupações de

[18] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: RAMOS, M. N. P.; DIAS, M. J. S. "Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades". *Revista de Políticas Públicas*, vol. 24, n. especial, 2020.

diferentes organismos internacionais e Estados. Cidades, ao nível planetário, acolhem, cada vez mais, indivíduos oriundos de diversos universos culturais, o que, por um lado, pode ser fator de desenvolvimento e de novas oportunidades; por outro, pode imprimir vulnerabilidades e riscos em migrações voluntárias e forçadas, aos refugiados e minorias étnicas que habitam as cidades e que partilham espaços, atividades e o cotidiano.

No seio dessas transformações e evoluções migratórias, o número de mulheres imigrantes aumenta consideravelmente em relação ao de homens na mesma condição no mundo inteiro. Fato que confere visibilidade e importância relativa ao público feminino no conjunto da população estrangeira, inclusive como sujeito ativo do processo migratório, originando o que a literatura tem denominado de *feminização das migrações* (RAMOS, 2011b), o que fomentou a presente reflexão, cuja fundamentação se assenta em levantamento bilbiográfico e documental sobre o tema, com o objetivo de apreender como a feminização se apresenta e se intersecciona com outras pertenças como classe social, cultura, nacionalidade e estatuto migratório.

Dados do Observatório das Migrações, divulgados no Relatório "Indicadores de Integração de Imigrantes", informam que é cada vez maior o número de países em que a proporção de mulheres ultrapassa a dos homens no universo de migrantes internacionais, a exemplo de Portugal. País cuja realidade migratória se apresenta marcada por oscilações, ocupando o vigésimo primeiro lugar entre os vinte e oito países do espaço europeu em número de estrangeiros residentes (3,8%) em janeiro de 2016. A população migrante estrangeira está concentrada principalmente em Lisboa, Porto e Faro (OLIVEIRA; GOMES, 2017).

O Conselho da Europa e a Comissão Europeia insistem que é necessário promover a "*Cidade Aberta e Intercultural*" e acolher a diversidade cultural nas cidades ditas "*globais*", de modo a

responder às novas dinâmicas e necessidades das sociedades atuais e ao número crescente de populações migrantes e refugiadas que afluem, sobretudo, às cidades.

Não se pode perder de vista que as migrações são um direito humano, consagrado no artigo 13º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU): *Todo indivíduo tem o direito de circular livremente e escolher a sua residência no interior de um Estado.* Desse modo, a integração dos migrantes, a diversidade cultural, a convivência e o diálogo intercultural no cotidiano social e no espaço urbano deverão assentar-se em, pelo menos, dois tipos de direitos fundamentais: o *direito à cidade,* enquanto espaço coletivo, promotor da participação e de integração de todos na vivência local; o *direito à diferença,* enquanto promoção e valorização da diversidade, da comunicação intercultural e da alteridade.

A gestão das cidades, das migrações e das relações interculturais nas zonas urbanas, constituem preocupações dos Estados e Organismos nacionais e internacionais, das políticas públicas nos diferentes setores, designadamente da União Europeia, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Conselho da Europa (CE); Associação Americana de Psicologia (APA); Alto Comissariado para as Migrações, (ACM, Portugal); Organização Mundial de Saúde (OMS). Organismos que têm apresentado propostas e assinalado os desafios colocados pelas migrações e refúgio às estratégias e políticas públicas nos diferentes setores, bem como ao nível dos direitos humanos, da multiculturalidade das sociedades e dos contatos interculturais.

As políticas públicas têm de gerir a mobilidade populacional e a diversidade cultural, têm de integrar as atitudes e práticas individuais e coletivas, como a saúde mental e física, a qualidade de vida e o bem-estar psicológico e social dos indivíduos e dos grupos, em particular dos migrantes e das minorias, de modo a cumprir direitos basilares ao ser humano, à cidade, à participação e à diferença.

Cumpre ressaltar que indivíduos e famílias abandonam a sua região ou terra natal e redes familiares, emigrando do seu país de origem ou região, para outras localidades, como estratégia para enfrentar a pobreza, violência e opressão dentro do próprio núcleo familiar ou comunitário, das desigualdades sociais e de gênero, de conflitos étnico/culturais, religiosos ou políticos, de guerras e catástrofes ambientais, bem como por motivos laborais, acadêmico-científicos. Pelo desejo de emancipação, de concretizar sonhos, de alcançar autonomia e independência financeira ou ainda, como uma das vias de oferecer melhores condições de vida à família.

MIGRANTES E MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE

No mundo globalizado contemporâneo há várias formas de mobilidade e interculturalidades, em face de novos contextos sociais, demográficos, ambientais, laborais e políticos, tais como: a urbanização, envelhecimento populacional nos países desenvolvidos, migração feminina, incremento do setor de serviços, como os domésticos e de "cuidados" às crianças e idosos, turismo internacional, catástrofes ambientais e ainda, conflitos étnicos, políticos, armados e religiosos, aliadas ao surgimento de políticas migratórias em países que não as possuíam; às facilidades de deslocamento e rapidez dos meios de transporte; às necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; ao

desemprego e às crises econômicas e políticas internacionais que afetam os países desenvolvidos e os em desenvolvimento; às novas formas de mobilidade estudantil e qualificada; aos novos meios de comunicação (mídias e a internet); e ao desenvolvimento de redes entre países baseadas nos laços históricos, familiares e culturais.

Em 2017, 258 milhões de pessoas, ou seja: 3,4% da população mundial, viviam fora do seu país natal, o que representa um aumento de 49% face ao ano de 2000. Mais de 60% de todos os migrantes internacionais estão na Ásia (80 milhões) ou na Europa (78 milhões) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2019). Dos migrantes internacionais, cerca de metade são mulheres, constituindo a feminização das migrações uma das características das migrações contemporâneas. A título de exemplo, no contexto europeu atual a migração feminina representa 53,4% da população imigrante na Europa (ONU, 2017). Em relação aos refugiados estima-se que haja mais de 60 milhões deles no mundo, número que aumentou em 2014 e 2015, representando o maior número de pessoas nessa condição depois da II Guerra Mundial.

A população imigrante é uma população heterogênea, diversificada e cada vez mais escolarizada. Contudo, para muitos migrantes a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores em que é mais precária e instável a relação salarial, nos quais há um baixo nível de remuneração global, a migração forçada ou de clandestinidade, desprovida de sistemas de proteção social e a precariedade da situação social e econômica, fazem desses imigrantes um grupo particularmente vulnerável.

Eles tendem a concentrarem-se por origem étnica, muitas vezes em bairros com parca infraestrutura, zonas degradadas e suburbanas, sem condições adequadas de habitabilidade e higiene, em alojamentos sobrelotados, partilhando idênticas condições de

vida e fatores de precariedade, isolamento e de exclusão social. A homogeneidade de populações que residem em bairros e/ou habitações degradadas e sobrelotadas em termos de escolarização, de rendimento e muitas vezes de origem étnica; a concentração de populações que vivem em condições socioeconômicas precárias, com fracas redes sociais, instabilidade familiar e profissional, taxas elevadas de violência e delinquência, constituem elementos de risco, exclusão e doença. Estes fatores agravam as dificuldades de integração na vida social, laboral e escolar; dificultam a formação de sociabilidades, projetos de vida e adaptação ao espaço urbano; podem conduzir a situações de isolamento e *gueto,* favorecendo a estigmatização e a emergência de tensões sociais e sentimentos de intolerância, discriminação e xenofobia da população autóctone; afetam a qualidade de vida e saúde, podendo provocar distúrbios somáticos e psicopatológicos tanto nas crianças, como nos jovens e adultos.

Esses bairros e zonas degradadas são, em geral, marcados por estigma e isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade. Frequentemente as crianças e jovens desses bairros, sobretudo das segundas e terceiras gerações de migrantes, acumulam insucesso escolar e problemas de adaptação social. Isolam-se, muitas vezes, em atitudes antissociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de vulnerabilidade e de estresse.

Assim, muitos migrantes carregam frequentemente vulnerabilidades (psicológica e social) e uma dupla exclusão, do país/cultura de origem e do país/cultura de acolhimento. Com efeito, alguns migrantes são confrontados com fronteiras de identidade, comunicação, pobreza, preconceito e racismo que os conduzem a situações de sofrimento, desilusão e isolamento, as quais podem afetar a sua integração, saúde mental e física e a capacidade para reclamar e defender os seus direitos.

Em Portugal, os imigrantes legalizados representam cerca de 4,2% da população residente, provenientes principalmente do Brasil, Cabo Verde, Angola, União Europeia, Ucrânia, Romênia e China, estando concentrados sobretudo nas cidades e na área metropolitana de Lisboa. Cenário em que o Brasil ocupava em 2016 uma posição de destaque. Na liderança com 61,9% no total de residentes dessa nacionalidade (OLIVEIRA; GOMES, 2017).

Os estrangeiros de modo geral têm sido responsáveis não apenas pelo aumento de efetivos em idade jovem e ativa, mas também pelo incremento dos nascimentos em Portugal, contribuindo para o equilíbrio da natalidade e para a demografia portuguesa. Em 2016 do total de nascimentos ocorridos em Portugal, 8,8% eram filhos de mãe estrangeira, sendo esta percentagem particularmente elevada em relação à taxa de nascimentos em geral.

São alguns dados que demonstram o quanto a migração constitui um desafio importante para os Estados, assumindo particular importância na definição dos direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias. Nesse contexto, foi adotada pela *Assembleia Geral das Nações Unidas* (ONU, Resolução nº 45/158, de 18 de dez. de 1990) a *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias*, que entrou em vigor em 2003. Entre os direitos defendidos na Convenção, está o direito de receber cuidados médicos em situação de igualdade com os nacionais do Estado de residência, não podendo esses cuidados médicos urgentes ser recusados mesmo em situação irregular de permanência (Artº 28). Para o *Comité Económico e Social Europeu* (CESE, 2004), a Convenção tem como objetivo: *"*A proteção dos direitos humanos e da dignidade das pessoas que emigram por razões econômicas ou laborais em todo o mundo, mediante legislações adequadas e boas práticas nacionais*"*. Segundo o CESE, a Convenção *"reconhece a proteção internacional de determinados direitos humanos fundamentais,*

definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, para todos os trabalhadores migrantes e suas famílias".

No contexto europeu, a *Convenção Europeia de Assistência Social e Médica* e a *Carta Social Europeia* (2006) constituem instrumentos fundamentais para a garantia dos direitos de proteção social e de saúde, em situação de igualdade com os nacionais, da população estrangeira residente nos Estados membros do *Conselho da Europa.* Também ao nível europeu, foi desenvolvido o Projeto *Migrants – Friendly Hospitals – MFH (2002-2005),* tendo como objetivo identificar áreas de intervenção com vistas a facilitar o acesso à saúde dos migrantes, a reduzir as barreiras comunicacionais/linguísticas e iliteracia dos/as usuários/as e a promover cuidados de saúde culturalmente competentes. Um dos produtos desse projeto europeu foi a *Declaração de Amesterdão para Hospitais Amigos dos Migrantes numa Europa Etnoculturalmente Diversificada* (WHO, 2004), na qual são feitas recomendações para uma política de saúde e de acolhimento das minorias e populações migrantes e foram selecionadas três áreas de intervenção prioritária: melhoria da interpretação e tradução na comunicação clínica; produção de informação amiga do migrante e formação em cuidados materno-infantis; formação dos profissionais que trabalham no domínio da saúde para a aquisição de competências (inter)culturais, de modo a capacitar esses profissionais para uma melhor gestão da diversidade cultural e da comunicação intercultural nos cuidados de saúde, designadamente em contexto hospitalar.

Em Portugal, a legislação garante aos migrantes o direito de acesso aos centros de saúde e hospitais do *Serviço Nacional de Saúde* (SNS), independentemente da sua nacionalidade, estatuto legal e nível econômico (Despacho 25 360/2001, do Ministério da Saúde).

O *Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural* (ACIDI) e o *Alto Comissariado para as Migrações*

(ACM) integraram nos *Planos para a Integração dos Imigrantes* 2010 - 2013, 2014-2016 (PCM/ACIDI IP) e no *Plano Estratégico para as Migrações* 2015-2020 (ACM), numerosas *Medidas,* tendo em vista a inclusão e a promoção da saúde das populações migrantes e minorias e a resposta às suas necessidades, bem como dos profissionais que cuidam desses grupos, dentre as quais destacamos: promoção do acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde; plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS); criação de informação acessível sobre o sistema de saúde; implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes; desenvolvimento de parcerias e institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão *e* agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde; investimento na promoção da saúde mental dos imigrantes; promoção de informação sobre direitos e deveres dos empregadores e estrangeiros nas áreas das relações laborais e da segurança e saúde no trabalho; planos de formação dos profissionais nas questões migratórias em diferentes domínios: educativo, social, laboral, jurídico, da saúde; sensibilização da opinião pública para a importância das migrações; desenvolvimento de iniciativas de prevenção e combate ao racismo e à discriminação racial; promoção do exercício da cidadania ativa pelos membros das comunidades migrantes (ACM, 2015).

FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES: AS MULHERES PARA ALÉM-FRONTEIRAS

A feminização é um termo que vem sendo utilizado para se referir às recentes tendências da progressão numérica de mulheres, em termos quantitativos e qualitativos em várias situações e contextos da vida social, a exemplo do mundo do trabalho,

particularmente na contemporaneidade do capitalismo, sob a égide neoliberal, em que por um lado observa-se mutações organizacionais e tecnológcas no interior dos processos produtivos e de serviços e, por outro, desregulamentação e novas formas de gestão da força de trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Uma das hipóteses explicativas para a adoção do termo nos estudos que abordam os fluxos migratórios remete a inclusão da categoria sexual ou de gênero em sua base de dados. Cumpre esclarecer que por muito tempo, tais fluxos não se apresentavam especificados em função do critério do sexo, ainda que as mulheres fizessem parte do processo, estas eram visualizadas como acessórias, na condição de esposas no quadro de reagrupamento familiar. A especificação do critério sexo tornou perceptível não apenas essa participação, mas, o papel relevante que o público feminino ocupa nos fluxos migratórios (MARQUES; GÓIS, 2011).

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portugal (SEF), a tendência da feminização vem sendo observada desde 2012 no país, com as mulheres estrangeiras registando progressão contínua nas duas últimas décadas. Em 2011, elas representavam menos 0,3 pontos percentuais que os homens, passando para mais 2,9 pontos percentuais em 2015 e mais 3 pontos percentuais em 2016 (OLIVEIRA; GOMES, 2017, p. 55). Informação similar foi evidenciada também por Marques e Góis (2011), que registram em seus estudos que entre os anos de 1999 e 2008, o percentual foi de 158%, enquanto que o aumento masculino de 110%, com destaque para aquelas que migram por decisão própria e autônoma.

Se tradicionalmente a história da imigração portuguesa era marcada pela prevalência do sexo masculino, a partir dos anos 2000 o percentual de mulheres se eleva, com algumas flutuações em 2006 e 2007, por exemplo. Fato observado na comunidade brasileira e em todos os grupos nacionais residentes em território português, ainda que o maior percentual de homens permanecesse na população total

(MARQUES; GÓIS, 2011). Importante ressaltar que a adoção da categoria sexual ou de gênero nos estudos dessa natureza se apresenta como uma das hipóteses explicativas para a atual percepção da progressão e participação ativa da população feminina nos processos migratórios em geral, referenciada como *feminização das migrações*.

Ante o exposto, os estudos de gênero configuram-se como fundamentais para compreendermos o fenômeno, inclusive para dar visibilidade aos protagonismos femininos nesse processo, conhecermos as motivações que as fazem emigrar, os meios e formas de inserção econômica, as dificuldades enfrentadas para adaptação à realidade social, bem como para mostrar as suas particularidades, uma vez que as mulheres não são todas iguais, mas, uma categoria plural. Trata-se de mulheres provenientes de vários lugares, estratos sociais, etnias e que possuem diversos valores culturais e sociais, idades, escolaridades e ocupações laborais.

Essa visibilidade é fundamental também para que as diversas dimensões da vida social possam ser consideradas, pois as relações de gênero permeiam todas as esferas da produção e reprodução da vida em sociedade e extrapolam a dualidade homem/mulher. Remetem a relações assimétricas de poder entre ambos, estabelecendo uma divisão e hierarquia em que as categorias gênero-classe-cultura/etnia-geração e nacionalidade se entrelaçam. Ou seja, conformam lugares, papéis e significação das relações de poder, de forma desigual na vida das pessoas de ambos os sexos. Não se pode perder de vista que o gênero é construído, segue classificando os corpos com marcas – visíveis e invisíveis – através de gestos, posturas, vestuários, reforçando lugares e expectativas sociais (MIRA, 2017).

Desse modo, o debate que remete a progressão contínua das mulheres nos fluxos migratórios torna-se imperativo também para formulação e implementação de políticas públicas transversalizada

pelo gênero, com vistas a garantir e a resguardar direitos sociais, econômicos e políticos das pessoas. Basilares para que possam se integrar e participar no país de destino, distante e diferente daquele em que viviam.

Vale lembrar que o percurso migratório é complexo, constituído por desafios, oportunidades, liberdades e realização, mas igualmente por dificuldades e obstáculos para os sujeitos e famílias que emigram oriundos de universos culturais e sociais muito diversos.

A integração em um novo espaço geográfico não é imediata, posto que requer uma série de condições legais, ambientais, habitacionais, econômicas, emocionais, psicológicas (RAMOS, 2004). Condições que, pressupomos, se elevam para as mulheres que emigram, por vezes indocumentadas, sem redes de relações sociais no destino, ao mesmo tempo em que pode expô-las a situações violentas que se expressam através de discriminações étnicas, económicas, sexistas, geracionais. Materializadoras da dominação e opressão de gênero que atinge também as mulheres na condição de imigrantes, e que pode se interseccionar com outras pertenças tal qual classe social, nacionalidade e estatuto migratório (RAMOS; FRANKEN, 2018; MOURA; RAMOS, 2018; QUEIROZ, 2018).

Muitas das mulheres que imigram na atualidade para Portugal fazem-no por decisão própria, autônoma, como parte de um projeto independente, emancipador, pessoal ou profissional, fora do contexto do reagrupamento familiar e contribuem para a dinamização econômica local, seja na condição de trabalhadoras e/ou de consumidoras (SANTOS, 2007; DIAS; RAMOS, 2019). Dado confirmado pelo "Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes", de 2017, quando mostra que houve uma redução do número de mulheres estrangeiras titulares de Autorização de Residência (AR) para o reagrupamento familiar em menos de 73%. Em contrapartida, registra aumento de AR para mulheres imigrantes

para fins de investigação e atividades altamente qualificadas (taxa de variação de mais de 132%), para trabalho independente (taxa de variação de mais de 287%) e para estudantes de nível superior (mais de 36%).

Mas, apesar de crescente e contínua, a migração individual ainda não se constitui majoritária no conjunto das migrações. Porém, são sinalizadores de que também neste domínio da mobilidade transacional o estatuto e papel das mulheres estão em mutação (POLICARPO; COSTA, 2011).

Trata-se de mulheres provenientes de vários meios sociais, estados civis, principalmente divorciadas, separadas ou solteiras (POLICARPO; COSTA, 2011). Com diversas idades (apenas 7,5% dos estrangeiros residentes possuem mais de 65 anos), predomínio da ala jovem e em que a nacionalidade brasileira novamente se destaca com a maior concentração de pessoas com idades entre 20-49 anos, faixa etária ativa, com 71% (OLIVEIRA; GOMES, 2017, p. 55-56).

Deslocam-se sozinhas, sem famílias e, por vezes, sem redes sociais e de suporte no país receptor, isentas dos apoios expressos no estatuto do reagrupamento familiar. Suportes importantes, cujas ausências elevam as suas dificuldades. Policarpo e Costa (2011) confirmam que nesse processo migratório em que as mulheres se deslocam, sozinhas, casadas ou solteiras, essa vulnerabilidade é maior tanto em relação aos homens imigrantes, como em relação às mulheres nacionais, seja nas questões referentes ao trabalho ou na vida íntima/privada. Para Ramos (2015), ao mesmo tempo em que a feminização das migrações pode promover múltiplas oportunidades a nível identitário, social, educacional e econômico, pode igualmente implicar inadaptações, conflitos, estresses, doenças, riscos e vulnerabilidades psicossociais.

Marques e Góis (2011), Ramos (2014a) assinalam que muitas das mulheres migrantes, independentemente da nacionalidade, inserem-se no mercado de trabalho dos países de acolhimento com dificuldades, em setores vinculados aos serviços de assistência e cuidados a idosos e domésticos, atividades profissionais muitas vezes aquém de suas credenciais educacionais, com requisições de baixas qualificações, sobretudo no âmbito do setor privado ou da economia informal. Nichos femininos que reproduzem clivagens entre os sexos, invisibilidades, exploração e diversos riscos e vulnerabilidades.

Apesar de serem oportunidades encontradas para sobreviverem com rendimentos melhores do que os auferidos no país de origem, são espaços laborais em que vigoram informalidade na contratação, sem a devida regulamentação legal, parca fiscalização, o que dificulta a reclamação de direitos, acesso aos mecanismos de proteção social, denúncias de casos de assédios, explorações com jornadas de trabalhos prolongadas e/ou sem pagamentos de hora extra, maus-tratos, dentre outras situações que conformam violações em que as dimensões cultura, etnia, classe social se entrecruzam ao gênero e, por vezes, à nacionalidade. As migrantes com atuação nestes serviços pessoais e domésticos estão entre os grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho e ao nível das condições de saúde (MARQUES; GÓIS, 2011; RAMOS, 2014a; RAMOS; PATRICIO, 2015).

Para garantir a proteção e os direitos dos trabalhadores domésticos, onde encontramos muitos indivíduos migrantes e mulheres, a OIT (2011) adotou a "Convenção dos Trabalhadores Domésticos", que procura garantir aos empregados domésticos um conjunto de direitos, de modo a que a sua situação, a este nível, não seja diferente da situação dos outros trabalhadores, adotando igualmente outras convenções para combater as desigualdades e discriminações de género no trabalho (OIT, 2008).

A condição de mulher e imigrante também concorre para maior exposição ao desemprego. Com base nos levantamentos feitos para a organização do livro intitulado *A Emergência das Migrações no Feminino,* Marques e Góis (2011), mostram que o desemprego atinge 15,2% das imigrantes e 4,7% dos homens nesta condição; a remuneração média/hora também é desigual entre os sexos – o valor da remuneração média/hora para imigrantes é de 3,55 euros para elas e 4,31 euros para eles. A desigualdade de remuneração entre os sexos é real no mundo inteiro e demonstra o quanto o mercado laboral é estratificado étnica e sexualmente, com desvantagem para o sexo feminino, bem como para negras e negros. Como destacam Policarpo e Costa (2011), Ramos e Franken (2018), Dias e Ramos (2019) a realidade das mulheres imigrantes reflete as desigualdade de poder, as múltiplas violências que caracterizam as relações de gênero e sociais em geral, e também as grandes desigualdades e invisibilidades no mercado de trabalho.

Com efeito muitos dos problemas que atingem mulheres na condição de imigrantes não estão à margem daqueles vigentes na sociedade patriarcal em que preconceitos e estereótipos são disseminados para reforçar modelos, padrões de comportamentos e manter as estruturas de poder instituídas, seja nos espaços públicos ou privados, seja discriminando, anulando ou reduzindo a importância das mulheres no contexto social e político (SAFFIOTI, 2004). Mesmo figurando como objeto de tratados internacionais, que favoreceram avanços do problema no âmbito do direito internacional, bem como a adoção de legislações específicas com vistas a assegurar os direitos das mulheres, a persistência da discriminação é visível nas relações íntimas e familiares, no mundo do trabalho, com predomínio de diferenças salariais consoantes o sexo, na fraca representação feminina nas instâncias decisórias, seja nos setores públicos ou privados, persistindo como um grave desrespeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades.

No processo migratório não faltam dificuldades e desafios para as mulheres e homens, pois embora esse processo seja constituído por uma multiplicidade de sujeitos (o ser que migra, o local de saída e de chegada, processo de legalização), é uma experiência singular, vivenciada de forma particular, individual, com expectativas e desejos alimentados por essas pessoas que chegam oriundas de todas as culturas, com suas crenças, valores, atitudes, comportamentos, histórias de vida e na condição de imigrante. A imigração é assim múltipla, complexa e heterogênea podendo ser uma experiência positiva e contribuir para o crescimento pessoal, como pode ser negativa, impulsionadora de tensões, angústias, sofrimentos, e múltiplas vulnerabilidades, "devido às rupturas, transformações e mudanças psicológicas, culturais, linguísticas, laborais, sociais, familiares, ambientais e políticas" (RAMOS, 2015, p. 2956), por vezes agravadas por estereótipos e preconceitos negativos que geram discriminações, humilham, constrangem, caracterizadoras de violências de gênero, manifestas em função do gênero a quem se destina a opressão, podendo ser mulheres ou homens.

O acolhimento, integração, saúde e qualidade de vida dos indivíduos e famílias migrantes nas sociedades receptoras estão relacionados com um conjunto de fatores individuais e coletivos, designadamente: fatores psicológicos, sociais, econômicos, culturais, jurídicos e políticos, que reenviam ao estatuto social, econômico e jurídico do indivíduo e da família migrante na sociedade de acolhimento, aos seus recursos individuais e estratégias de adaptação, às suas redes sociais e de suporte, às atitudes da sociedade de acolhimento e às estratégias e políticas dos governos, dos Estados e de diferentes organismos e associações.

Condições habitacionais, laborais e econômicas precárias ou de risco, o desenraizamento e isolamento social, as dificuldades em compreender a língua, em adotar as normas socioculturais da

sociedade receptora e em adaptar-se a um novo estilo de vida, assim como a situação de clandestinidades/irregular migratória, as atitudes de preconceito, racismo e discriminação, vêm reforçar a exclusão social e cultural, reduzir as possibilidades de integração e de participação na vida coletiva, aumentar as dificuldades de recurso às estruturas de apoio, designadamente sociais e de saúde e acentuar os fatores de estresse, risco e vulnerabilidade, afetando a sua saúde mental e física e a qualidade de vida (RAMOS, 2004; 2008; 2012a).

A evidência científica tem vindo revelar que alguns migrantes reúnem um maior número de patologias graves, pior qualidade de vida e mais fatores de risco que afetam a saúde e o bem-estar geral devido ao diagnóstico e tratamento tardios, às dificuldades ou inacessibilidade aos cuidados de saúde, à carência psicossocial e a fatores ambientais, económicos e culturais, entre outros (WHO, 2017). Muitos migrantes enfrentam, igualmente, mais limitações a serviços e bens que promovem a saúde e previnem doenças, apresentando mais dificuldades de acesso aos serviços, explicitamente, de saúde recorrendo, por exemplo, menos aos cuidados preventivos do que os nacionais. Por razões legislativas, estruturais, organizativas, econômicas, culturais, linguísticas, comunicacionais, nem sempre os serviços de saúde são acessíveis aos imigrantes, o que contraria o direito universal à saúde.

Esses problemas são agravados pelas situações de isolamento, clandestinidade, discriminação, falta de recursos sociais, financeiros e familiares, de políticas restritivas migratórias, vindo as situações de perseguição, de conflitos étnicos, religiosos e armados e de tortura agravar o problema, no caso dos refugiados (RAMOS, 2004; 2008; 2009).

Para a mulher migrante, sobretudo para a mãe, a situação de migração poderá representar uma fonte de desânimo, ansiedade e depressão, com consequências para a criança, devido às rupturas, ao isolamento, à solidão, às dúvidas e ansiedade que acompanham esta

etapa. São particularmente as mães e as crianças, que ficam ou que partem, sobretudo nos primeiros anos de vida, as mais vulneráveis ao estresse, às rupturas, às transformações e às dificuldades resultantes do processo migratório (RAMOS, 2004; 2008; 2009; 2014b).

Algumas mulheres migrantes (por exemplo, asiáticas, as latinas) são obrigadas a deixarem os seus filhos no país de origem ao cuidado de familiares, sobretudo mulheres (mães, irmãs, tias, meninas) para cuidarem de outros, principalmente crianças e idosos, nos países de acolhimento, o que alguns autores designam de *maternagem transnacional* (HONDAGEU-SOTELLO E ÁVILA, 1997), de *cadeias globais de assistência* ou de *cadeias globais de cuidados* (HOCHSCHID, 2000; EHRENREICH; HOCHSCHID, 2004). Esta situação tem implicações psicológicas, familiares e sociais importantes, particularmente, para as mães e as crianças que ficam, *os órfãos das migrações* e tende a aumentar na atualidade (PARRENAS, 2001; 2005; RAMOS, 2004; 2011a; 2012).

Essa situação pode representar igualmente uma fonte de solidão, ansiedade, prostração, conflito e sofrimento psíquico, com consequências na saúde mental e física dos envolvidos, desencadeando uma espécie, do que alguns autores chamam, de *transplante de coração global* ou de *comercialização da afetividade* de sul para norte (PARRENAS, 2001; 2005; HOCHSCHILD, 2000; RAMOS, 2012; 2014a, 2014b). O amor e os cuidados maternos afigurando-se como recursos retirados às crianças do mundo menos desenvolvido e *transplantados* para as crianças do mundo desenvolvido, numa *venda global do cuidado e da afetividade* por mães pobres a mães com mais recursos.

No país de acolhimento, o trabalho assalariado das mulheres migrantes, não exercido frequentemente no país de origem ou radicalmente diferente e de dupla jornada, o isolamento familiar e social, novos modos de vida, novas referências socioculturais, por

vezes contraditórias ou incompreensíveis, originam várias mudanças: no estilo e qualidade de vida; nas práticas reprodutivas e de fecundidade, sobretudo no que se refere a diminuição do número de filhos; práticas de *maternagem* com redução do período de aleitamento materno e mudanças nas práticas socioeducativas, que podem dificultar a vivência da maternidade, afetar sua qualidade na educação dos filhos, conduzir a família, particularmente a mãe, a sentimentos de insegurança e à incapacidade de agir em caso de mau estar ou de doença. A situação de conflito cultural, a insegurança e ansiedade daí resultantes estão na origem de *conflitos maternos* prejudiciais para a relação mãe/criança e para as interações familiares (RAMOS, 2004; 2008; 2009; 2012; 2015).

CONCLUSÕES

A migração internacional é uma realidade global. Contexto em que as mulheres se apresentam com um aumento crescente nos últimos anos no conjunto dos imigrantes das principais nacionalidades residentes em países da Europa, a exemplo de Portugal. Porém, ao mesmo tempo em que essa feminização de fluxos migratórios origina positividades, gera também inquietações.

A migração não é só diversa, complexa, portadora de oportunidades para as mulheres que emigram de forma independente, como parte de um projeto emancipatório. Mas é igualmente permeada por dificuldades e desafios, agravados pelas questões de gênero, raça, classe, por vezes expressa em violências que historicamente têm atingido mais o público feminino, inclusive na condição de imigrantes.

Na integração e saúde dos indivíduos, famílias migrantes e refugiados são determinantes as atitudes e comportamentos da

sociedade de acolhimento, bem como políticas públicas relativas à migração e refúgio. O que torna necessário desenvolver uma abordagem integrada, global e multi/interdisciplinar da mobilidade humana, baseada na promoção dos direitos humanos fundamentais, da igualdade de oportunidades, da cidadania e na formulação de políticas migratórias sustentáveis e inclusivas. Esta abordagem deverá integrar estratégias e políticas dirigidas a essa população, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento, e promover a saúde mental e física, a participação, a inclusão e o diálogo intercultural.

O desenvolvimento de competências interculturais constitui uma exigência e responsabilidade ética, cívica, profissional e política para fazer face à complexidade e diversidade do mundo atual, sendo fundamental para todos os que vivem na sociedade contemporânea, ou seja, os profissionais, dirigentes políticos e cidadãos em geral, assim como para a construção da cidade intercultural, inclusiva e solidária, onde todos participem e dialoguem.

É fundamental que os governos, as organizações e os cidadãos em geral, através de um trabalho conjunto, consigam concretizar as prioridades e aspirações globais para 2030 estabelecidas pelas Nações Unidas nos 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, particularmente no Objetivo 5 - Igualdade de género, designadamente: acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres em todo o mundo, nacionais ou migrantes; eliminar todas as formas de violência contra as mulheres nos domínios públicos e privados, incluindo o tráfico e exploração sexual e as múltiplas formas de violência, discriminação e desigualdade; reconhecer e valorizar o trabalho de assistência, cuidados e doméstico não remunerado, através da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, assim como a promoção da igualdade e responsabilidade partilhada dentro do lar e da família; garantir a participação efetiva das

mulheres e a igualdade de oportunidades em todos os setores de tomada de decisão e de gestão na vida pública, política e económica (ONU, 2015).

É necessário desenvolver projetos, estratégias e políticas com vista à construção e promoção da *Cidade Aberta e* da *Cidade Intercultural* de modo a fazer-se da cidade um espaço aberto e plural, de integração e participação, onde predominem discursos, políticas e práticas de igualdade e não discriminação; um lugar privilegiado de diálogo intercultural, de afirmação de identidades, de igualdade de oportunidades, de qualidade de vida e cidadania dos indivíduos e grupos, minoritários ou majoritários, autóctones ou migrantes; uma fonte de inovação, criatividade e transformação ao nível dos espaços organizacionais, sociais e ambientais, como ao nível dos aspetos culturais, econômicos, comunicacionais e de gênero; um espaço no qual se valoriza a diversidade cultural como positiva, patrimônio de todos os cidadãos e fonte de enriquecimento e desenvolvimento humano, social e urbano.

REFERÊNCIAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações. **Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020**. Lisboa: ACM, 2015.

CESE - Comité Económico e Social Europeu. **Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a "Convenção Internacional para os Trabalhadores Migrantes"** (JO nº C 302, de 7 de dezembro/2004). Bruxelas: CESE, 2004.

DIAS, M.; RAMOS, M. N. P. "Violência de gênero: expressões e vivências de mulheres brasileiras migrantes em Portugal". **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, n. 1, 2019.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. (orgs.). **Global Woman**: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy. New York: Henry Holt, 2004.

HOCHSCHILD, A. "Global care chains and emotional surplus value". *In:* W. HUTTON, A. G. (org.). **On the edge**: living with global capitalism. New York: Free Press, 2000

HONDANGNEU-SOTELO, P.; AVILA, E. ""I´m here but I´m there". The meanings of Latina transnational motherhood". **Gender and Society**, vol. 11, n. 5, 1997.

MARQUES, J. C.; GÓIS, P. **A emergência das migrações no feminino**: feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

MIRA, R. **O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade**. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

MOURA, G. B.; RAMOS, N. "Representações sociais de imigrantes latino-americanos em Espanha sobre imigração e imigrantes". **Revista Ambivalências**, vol. 6, n. 11, 2018.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 189 Sobre Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico**. Genebra: OIT, 2011.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno**. Genebra: OIT, 2008.

OLIVEIRA, C. R.; GOMES, N. **Indicadores de integração de imigrantes**. Lisboa: Relatório Estatístico Anual - Observatório das Imigrações, 2017.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** - Agenda 2030, 17 Objetivos para mudar o mundo. Brasília: ONU, 2015.

PARRENAS, R. **Children of Global Migration**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

PARRENAS, R. **Servants of globalization**: women, migration and domestic work. Stanford: Stanford University Press, 2001.

PCM/ACIDI, I. P. **II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013**. Lisboa: ACIDI, IP., 2010.

POLICARPO, V.; COSTA, L. P. "Imigração feminina: contacto e perceções de realidades diversas". *In:* ANTÓNIO, J. H. C.; POLICARPO, V. (orgs.). **Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses**: manifestações de preconceito e perspetivas sobre a inserção de imigrantes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

QUEIROZ, C. C. C. C. **Os estereótipos também envelhecem?** Uma análise descolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal (Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação). Braga: Universidade do Minho, 2018.

RAMOS, M. C. P.; PATRICIO, O. "Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho". **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. Lisboa: CONLAB, 2015.

RAMOS, N. "Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios". *In:* ALCOFORADO, L. *et al*. (orgs.). **Educação e Formação de Adultos**: Políticas, Práticas e Investigação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011a.

RAMOS, N. "Família e maternidade em contexto migratório e intercultural". *In:* RAMOS, N. *et al.* (orgs.). **Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI. Olhares Interdisciplinares**. Portalegre, IPP, ESEP, 2012.

RAMOS, N. "Famílias migrantes nas cidades interculturais: acolhimento, solidariedade e saúde". **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. Lisboa: CONLAB, 2015.

RAMOS, N. "Género e Migração: Dinâmicas e políticas sociais, familiares e de saúde". *In:* ROSELI, B.; ANDREAZZA, M. L. **Portuguesas na diáspora** - Histórias e sensibilidades. Curitiba: Editora da UFPR, 2011b.

RAMOS, N. "Género, identidade e maternidade em famílias na diáspora". *In:* SIMAS, R. (org.). **A vez e a voz da mulher -** Relações e migrações. Lisboa: Editora Colibri, 2014b.

RAMOS, N. "Migração, Tráfico de pessoas e trabalho doméstico". **Revista Políticas Públicas**, vol. 18, n. 2, 2014a.

RAMOS, N. "Mobilidades e interculturalidades na contemporaneidade: desafios para a Psicologia e a inserção social". *In:* GONDIM, S.; BICHARA, I. (orgs.). **A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo**. Salvador: UFBA, 2015.

RAMOS, N. "Saúde, Migração e Direitos Humanos". **Mudanças – Psicologia da Saúde**, vol. 17, n. 1, 2009.

RAMOS, N. **Psicologia Clínica e da Saúde**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

RAMOS, N. **Saúde, migração e interculturalidade**: perspetivas teóricas e prática. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

RAMOS, N.; FRANKEN, I. "Cidadania e direitos aprisionados de brasileiros imigrantes ilegais na Suíça: Implicações na saúde e qualidade de vida". **Revista Ambivalências**, vol. 6, n. 11, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. A. **Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa**: análise do ano 2003 (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de Imigração. Fronteiras e Asilos.** Lisboa: SEF / UNITED, 2016.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Relatório de monitoramento global da educação** - Resumo 2019: migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros. Brasília: UNESCO, 2019.

WHO - World Health Organization. **Fact sheets on sustainable development goals**: Health targets. Migration and health. Denmark: WHO, Regional Office for Europe, 2017.

WHO - World Health Organization. **The Amsterdam Declaration**: Towards Migrant Friendly Hospitals in an Ethnoculturally Diverse Europe. MFH: Task Force, 2004.

CAPÍTULO 4

Conversas sobre Gênero no Whatsapp:
Refletindo sobre Feminilidades na Pandemia

CONVERSAS SOBRE GÊNERO NO *WHATSAPP*: REFLETINDO SOBRE FEMINILIDADES NA PANDEMIA

Ivan Amaro

Lyzia Toscano da Silva

Vanessa Soares Matos

Este trabalho focaliza uma análise qualitativa sobre nossa proposta interdisciplinar de intervenção pedagógica, no 8º ano do Ensino Fundamental, de uma escola vocacionada para o esporte, uma vez que somos professoras do Ensino Fundamental da SME/RJ. A motivação para essa intervenção surge após cinco meses de ensino remoto em 2020, quando as(os) alunas(os) não davam mais retorno de nossas atividades enviadas por *Whatsapp*. Embora a SME/RJ, na época, oferecesse a Plataforma da Microsoft Teams, o canal exitoso, no contato com as(os) aluna(os), era o *Whatsapp*, já que pacotes das operadoras de telefonia ofereciam uso ilimitado para essa rede social. Em virtude da pandemia, percebíamos que o celular – uma tecnologia digital–, que antes contribuía em nossas aulas como um dispositivo de criação e de inovação nas atividades pedagógicas, incorporando dinâmicas comunicacionais interativas (FERNANDES; DINIZ; BARROS, 2016), havia se tornado, no ano de 2020, com o uso do *Whatsapp*, a "sala de aula possível", de modo que as mencionadas dinâmicas, com suas lógicas e linguagens próprias, passaram a atender aos objetos curriculares e às demandas cotidianas, com o isolamento social. E nós, docentes, em relação ao *Whatsapp*, deixamos de ser consumidores para (adotar) uma perspectiva de produtores de conteúdos, de conhecimentos (AMARO, 2016), mas com o desafio de co-construí-los num contexto novo, pois o ambiente escolar deixa as amarras do espaço-

físico e torna-se completamente virtual para todas as questões. E como tornar esse contato, à distância, mais interessante?

Além dessa questão, enfrentávamos outro desafio, o qual levamos para discussões no Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NuDES/UERJ). Na escola, às vezes, as dinâmicas diárias da prática de esportes geravam certo desprendimento das alunas com os padrões essencializados da noção de feminino. Esse comportamento dissidente do padrão universalizado do "ser mulher" apresentava-se como incômodo para alguns meninos, talvez por não saberem lidar com modos de estar no mundo diferentes dos modelos de feminilidade que traziam de suas vivências. Antes da pandemia, ouvíamos discursos machistas em relação ao universo feminino, principalmente, tendo como alvo, meninas que não performavam o gênero com marcas estereotipadas, tais como o uso de brincos, maquiagem, formas delicadas de agir, dentre outras. Acreditávamos que essas visões padronizadas e machistas, ao inferiorizarem quem fosse diferente, sustentavam e encorajavam atos de violência verbal e psicológica no espaço escolar. Importante salientar que a escola, historicamente, delimita espaços e se utiliza de diversos códigos e símbolos para produzir as subjetividades de meninos e meninas, quase sempre padronizados. Apesar de todo o contexto de imposição, há resistências, conforme alertado por Louro (1997):

> Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e in*corpo*rados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos

> receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (LOURO, 1997, p. 61).

Em uma perspectiva interdisciplinar, entrelaçando "Habilidades" e "Objetos de conhecimento" de Ciências e de Língua Portuguesa do Currículo Carioca – o qual se baseia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, o projeto questiona as noções de feminilidade explicitadas nos discursos dos adolescentes, tendo, como mote, partes da série *Confissões de Adolescente* (1994), dirigido por Daniel Filho, a partir da comparação de duas personagens: Natália e Carol. Ambas passam, pela primeira vez, por experiências relativas à puberdade – o que gera mudanças significativas em suas vidas – e sofrem pressão social por não seguirem o que se entendia como "natural", trilhando caminhos outros. A escolha dos dois episódios foi norteada por tentativas de gerar identificação por parte das(os) alunas(os); apostamos em situações que eles poderiam viver naquele momento. No episódio "O primeiro beijo", Natália confessa que, aos 15 anos, nunca havia beijado um rapaz – o que parecia não ser comum no seu meio social – e que, por isso, sofria pressão por não se render aos padrões. Ela cria e mantém, apenas pelo telefone, uma relação à distância com Marcelinho, tipo de envolvimento amoroso que as(os) alunas(os) poderiam estar vivendo em um período pandêmico, o qual dificultava os encontros presenciais. Embora estudantes do 8º ano sejam mais novos, apostamos na possibilidade de a pandemia atrapalhar, interromper ou até impedir o início da vida amorosa deles. No episódio "Uma mulher moderna", Carol confessa que não suporta as pressões sociais para ser mais "feminina", principalmente, depois da primeira menstruação, o que demarca, no discurso padrão, o "tornar-se mulher". E essa pressão por marcas do estereótipo feminino era o cenário que, recorrentemente, encontrávamos na

escola vocacionada para o esporte em que trabalhávamos. Assim, embora Natália e Carol sejam irmãs, compartilhem de estruturas sociais similares, sejam, inclusive, resistentes às pressões sociais que lhes impõem, elas reagem de maneiras diferentes frente às primeiras experiências no mundo adolescente.

Tendo como objetivo investigar e questionar construções sociodiscursivas das(os) alunas(os) sobre o que significa, hoje, ser mulher, a partir da comparação de duas personagens: Natália e Carol, ao tratar de supostos temas-tabus da puberdade/adolescência, a escolha da série, *Confissões de Adolescente,* baseia-se na aposta de que os episódios poderiam estimular o engajamento discursivo das(os) alunas(os), que, por espelhamento, falariam de si, de suas vivências/opiniões, (re)significando experiências e (re)pensando o processo de subjetivação. Se, quando nascemos, já encontramos um mundo organizado discursivamente, de modo que nos tornamos produtos dessas construções, podemos pensar que somos construções discursivas (FOUCAULT, 1988); porém, também podemos ser convocados e convocar, pela problematização, a romper com padrões discursivos e a nos constituir de outras maneiras, pensando e exercitando outras formas de ser e estar no mundo.

Adotamos a conversa como escolha metodológica. Conforme postulam Sampaio, Ribeiro e Souza (2018), compreendemos que conversar é parte da vida cotidiana de todos/as nós. No entanto, com o isolamento social exigido pela pandemia, é inegável que o universo da cibercultura se ampliou consideravelmente, sendo uma alternativa para estarmos juntos, apesar da distância. Embora estejamos distantes fisicamente, nos conectamos e usufruímos, coletivamente, da interatividade que as redes sociais online nos proporcionam (COUTO JUNIOR; AMARO; TEIXEIRA; RUANI, 2020). Assim, para o desenvolvimento de nosso trabalho, o uso do *Whatsapp* foi essencial como aplicativo de fácil acesso e uso por parte das(os)

estudantes. E, nesse sentido, a opção metodológica de nossa pesquisa pela conversa online foi quase imperiosa. Consideramos que a dinamicidade comunicacional que a internet promove se coloca como uma importante aliada na produção do conhecimento (COUTO JUNIOR; AMARO; TEIXEIRA; RUANI, 2020). Se nosso objetivo era promover uma interação sincrônica, mediada por tecnologia e atenta às condições contextuais, com a participação ativa dos pesquisadores, imersos nas realidades dos jovens, como integrantes do grupo e, depois, analisar a experiência cultural e a comunidade online criadas, essa situação nos leva à netnografia, como método secundário de pesquisa que implica:

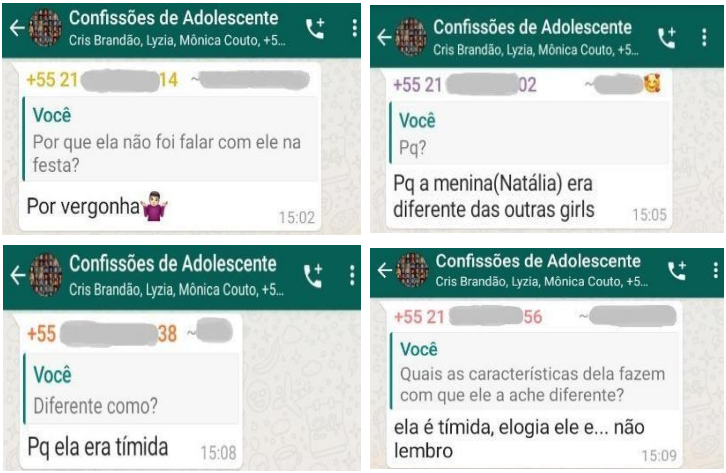
> envolvimento, engajamento, contato, interação, comunhão, relação, colaboração e conexão com os membros da comunidade - não com um website da rede, servidor ou teclado, mas com pessoas em outro extremo (KOZINETS, p. 93, 2014).

O netnógrafo, pertencendo a um mesmo copo de práticas sociais, tem papel participativo para, não só experimentar uma compreensão cultural com mais profundidade, na coleta de dados, mas também, como membro da comunidade que investiga, ter a chance de "validar", "discutir" e "expandir" sua interpretação sobre o que coletou (KOZINETS, 2014). Fazendo parte do grupo, pode constituir representações linguageiras mais próximas das experiências vividas na comunidade. No entanto, vale ressaltar que este estudo não se trata de uma pesquisa de comunidade online, mas sim uma pesquisa online em uma comunidade (KOZINETS, 2014). Ou seja, este trabalho não se propõe estudar a identidade online de determinado website de rede social, mas sim realizar uma análise qualitativa de um fenômeno social específico: perceber e questionar a(s) forma(s) com que as(os) alunas(os) constroem, na interação, a

noção de feminilidade, construções essas que podem projetar consequências que se expandem para além da cultura expressa online e interferem diretamente no espaço escolar, embora, a escola, neste momento pandêmico, estivesse se constituindo pelas interações virtuais, só que com abordagens informativas.

1º episódio: construções discursivas sobre a personagem Natália à luz da visão masculina da série

Figura 1 - Prints da Conversa: Natália em Construção



Embora apostássemos no potencial de Natália para estimular o engajamento discursivo das(os) alunas(os), uma vez que ela resiste às pressões de dar o primeiro beijo, as(os) estudantes a construíram, discursivamente, da forma que Marcelinho a percebe, menino esse com quem ela cria e mantém uma relação à distância, apenas pelo telefone. Nesse episódio, três personagens falam sobre Natália: Marcelinho, Caco – amigo de Marcelinho, Ingrid – amiga de Natália

– e inclusive a própria protagonista fala sobre si. No entanto, o ponto de vista de Marcelinho sobre Natália é o elegido para construir a personagem no debate, uma vez entendendo, pela concepção interacional da língua, que o sujeito não existe em si, mas é construído instantaneamente no texto – oral, no caso – da interação.

> Diferentemente das concepções anteriores, na concepção interacional (dialógica) da língua, os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que - dialogicamente - se constroem e são construídos no texto, considerando o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores. (KOCH; ELIAS, 2008, p. 10 - 11).

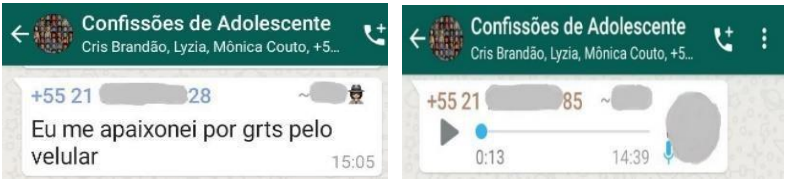
E, se é preciso considerar o lugar de interação, o contexto torna-se um produtor do discurso e é possível pensar que o instante da enunciação pode alterar os sentidos que constroem as identidades, pois devemos considerar que as condições de produção interferem no dizer e que o sentido do discurso sempre pode ser outro, de acordo com Orlandi (1996).

Se o sentido do discurso pode ser outro, apostamos que as(os) alunas(os) poderiam construir outra Natália, em outro contexto, e resolvemos, no fim do debate, comparar Natália e Carol, a fim de incitar as(os) alunas(os) a construírem seus discursos sem reproduzir falas dos personagens. Se nos tornamos produtos de construções discursivas do mundo que existia antes de nascermos (FOUCAULT, 1988), também podemos ser convocados e convocar – por meio de problematizações, reflexões – romper com padrões discursivos e nos constituir de outras maneiras, pensando e exercitando outras formas de ser e estar no mundo.

Embates identitários com algumas escolhas relativas à feminilidade vivenciada pela personagem Natália – construções subjetivas

A fim de convidar falas subjetivas das(os) alunas(os), perguntamos se eles se identificaram com alguma parte do episódio e algumas alunas se aproximaram do modo à distância que Natália inicia e mantém seu relacionamento com Marcelinho. Na Figura 2, retratamos uma das mensagens e um print do áudio enviado por outra aluna que transcrevemos ao lado.

Figura 2 - Prints da Conversa: Identificação com Natália



"A Natália é psicopata que nem eu. Fica procurando tudo da vida do garoto. Telefone,endereço (Risos)"

Essas falas apontam para a pertinência temática do trabalho: os temas abordados na série parecem significativos, uma vez que se aproximam da realidade de alguns estudantes. No entanto, outras negam a aproximação com a construção subjetiva de Natália, como a aluna a seguir, que contra-argumenta a colega, a qual a considera parecida com a personagem. A contra-argumentação é ratificada por uma figurinha de contestação.

Figura 3 - Prints da Conversa: Contra-Argumentação



Se também é possível construir nossa identidade por um processo de alteridade, no qual encontramos, na voz do outro, o que somos e como somos, também é por meio da negação desse processo que delineamos quem somos, como ocorre com a aluna acima, rejeitando a caracterização de sua colega relativa à sua identidade. Essa situação nos leva a Bauman (2004), quem afirma que nessa negociação subjetiva, há uma luta, pois as identidades flutuam no ar, mas é possível defender as que são de nossas escolhas em detrimento das infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta. Importante assinalar também que a construção desse "outro", segundo Skliar (2003), não supõe a presença de uma essência natural ou material de alteridade, senão seu caráter discursivo. Ou seja, o outro não se constitui fora, porém, na linguagem.

Marcelinho – aquele que conduz os discursos no início do debate

A fim de compreender melhor como as(os) estudantes abordavam Marcelinho, autor do discurso reproduzido pelas(os) alunas(os) sobre Natália, naquela interação, indagamos sobre o comportamento de Marcelinho, que foi construído discursivamente como *"galinha",* pessoa que se relaciona com várias meninas, sem se envolver. Perguntamos por que ele age diferente com Natália e se apaixona por ela. Mais uma vez, obtivemos respostas tendo como norte o ponto de vista masculino: *"Porque a menina* (Natália) *era*

diferente das outras garotas" ou *"Não é como outras meninas que ficam uma ou duas vezes e tchau".*

Assim, suspeitamos que o despertar da paixão para Marcelinho, na visão das(os) estudantes, e a mudança comportamental dele seguem uma lógica centrada no controle dos impulsos femininos. Natália se apaixona por ele, mas só é amada e tratada de forma diferente das outras porque ela se comportou da maneira esperada, conforme ditado pela lógica padrão, resistindo aos galanteios masculinos, ou, como se fala no jargão popular: *"Ela se dá o respeito".* Perguntamos, então, se ela se comportasse numa lógica oposta, o que poderia acontecer. Alguns responderam que ela seria como as outras, ou seja, tratada como mais uma, sem importância na vida dele. Pode-se inferir que o início de um relacionamento mais duradouro, com vínculo afetivo mais compromissado, na adolescência, está centrado no autocontrole feminino em relação aos seus impulsos, pela perspectiva masculina hegemônica.

Nessa configuração narrativa, só há duas possibilidades de feminino no contexto amoroso: as "que ficam uma ou duas vezes e tchau" ou as "tímidas", estando estas num eixo semântico de positividade por reprimir seus desejos, conforme a narrativa masculina padrão imposta. E as(os) alunas(os) não se incomodaram com isso, a princípio. Reproduziram essa lógica como algo "natural".

Influenciadores discursivos – os amigos dos protagonistas: Ingrid e Caco

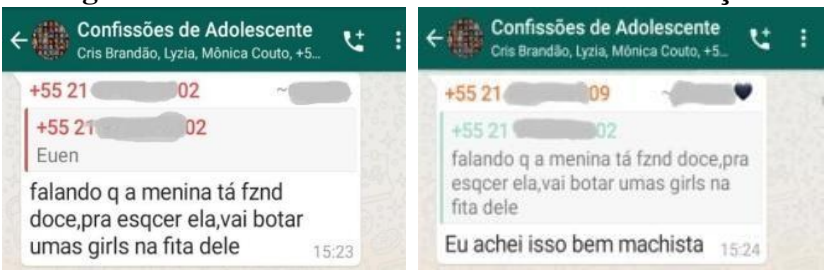
As(os) estudantes perceberam duas influências sociais, no episódio, vindas de Ingrid – amiga de Natália – e Caco – amigo de Marcelinho. Enquanto pesquisadoras, queríamos notar se as(os) alunas(os) perceberiam que falas femininas – nesse caso, as de Ingrid – também podem estar à serviço de uma manutenção de discursos

sólidos e historicamente marcados, que tendem a naturalizar comportamentos masculinos e femininos, numa lógica meramente essencialista. Ingrid, não só legitima a repressão do desejo feminino, vinda de Natália, como também incentiva a manutenção desse jogo amoroso da caça que pouco se mostra e foge do predador enlouquecido. Ingrid diz à amiga que ela tem que ser "difícil", ou seja, incentivando o controle dos impulsos femininos para um desfecho positivo na arte do amor.

Todavia, as(os) alunas(os) não perceberam Ingrid fazendo manutenção dessa relação, que oferece à mulher, como único caminho positivo no contexto amoroso, a inibição de seus anseios, cerceando suas vontades e ratificando a visão clássica que atravessou os estudos feministas: a de um homem dominante versus uma mulher dominada – como se fosse uma fórmula única, fixa e permanente (LOURO, 1997).

No entanto, diferente de Ingrid, a influência de Caco, em relação à Marcelinho não só foi percebida, como também questionada e ele foi considerado *"machista",* quem, segundo ela(e)s, não parecia favorável a esse relacionamento à distância. Então, perguntamos o que as(os) alunas(os) entendiam por esse conceito, a fim de que eles criassem suas próprias definições no debate.

Figura 4 - Prints da Conversa: Caco em Construção



A primeira aluna se apropria do discurso de Caco, com o uso de gírias de seu contexto. Se uma das alunas interpreta que Natália estava *"fazendo doce",* na opinião de Caco, a ação da personagem feminina torna-se um simulacro, um jogo e não desperta uma reação positiva vinda desse rapaz na série, quem parece valorizar um padrão feminino que não ofereça resistência às investidas masculinas. Essa interpretação só reforça a ideia de que "ser mulher" e "ser mulher ideal" são noções voláteis: para Caco, a resistência feminina não é bem-vinda, o que já parece atrair Marcelinho. No entanto, a outra aluna qualifica a ação de Caco como *"machista"*.

Figura 5 - Prints da Conversa: Concepções de Machismo



No primeiro print, a aluna define o machismo com uma das falas de Caco, usando aspas, inclusive, parecendo se distanciar desse discurso. Nessa fala, percebe-se, de forma bastante evidente, o conceito de *"script de gênero",* cunhado por Felipe (2018), ou seja, a forma como um homem deve se comportar perante uma mulher em sua comunidade de fala, tendo em vista uma relação de poder: "*Bota ela contra a parede, mostra quem manda*". Dessa forma, parece que o reconhecimento da masculinidade não está apenas amparado em fixações histórico-sociais de ordem biológica, mas também comportamentais. Faz-se necessário agir de acordo com os *"scripts"* de homem para ser reconhecido como tal.

> O conceito de gênero enfatiza, portanto, as expectativas culturais, sociais e históricas em torno da ideia de ser homem ou ser mulher. Isso significa dizer o seguinte: ser mulher em um determinado tempo histórico ou em uma cultura específica pode ser bem diferente do que significa ser mulher hoje no século XXI, em um dado país, tendo um determinado pertencimento de classe, de idade, de cor, de religião, etc. Tais expectativas direcionam nossos modos de ser e estar no mundo, afetando nossas escolhas – profissionais e pessoais (FELIPE, 2018, p. 240).

Já a outra fala cria sua definição sobre o termo e aponta, de forma bastante enfática, que o machismo é uma estrutura de poder que coloca homens em posição superior às mulheres. Numa posição, portanto, de dominação masculina (BOURDIEU, 2005).

Figura 6 - Print da Conversa: Oposição às Atitudes de Caco



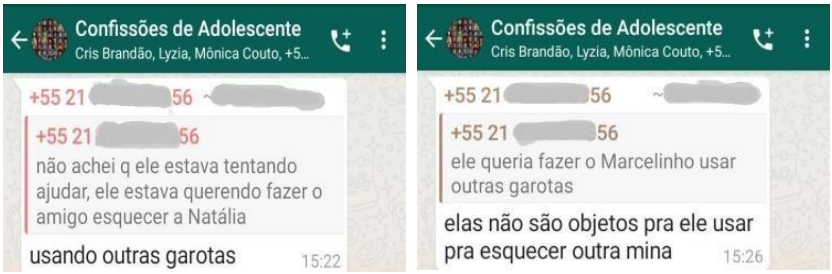
Nesse contexto, é importante perceber que o processo de 'fabricação' dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. É fundamental que nossos olhares estejam voltados para as práticas cotidianas, inclusive as pedagógicas, que envolvem os sujeitos e que nos parecem "naturalizadas", para não só desconfiar dessas "naturalizações", como também para investigar

aquilo que incomoda. O incômodo com as posturas do personagem Caco foi marcado várias vezes e incitamos as(os) alunas(os) a refletir e formular razões para esse incômodo sentido, desenvolvendo a argumentatividade deles, conforme Figura 6.

Os conselhos de Caco para Marcelinho são considerados *"horríveis"*, talvez porque atropelam os sentimentos do amigo, o qual decide performar a masculinidade de uma maneira diferente da de Caco. Conforme Connell (1995), os homens que se afastam do padrão de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro e, usualmente, estão submetidos a experiências práticas de discriminação ou subordinação. Assim, parece constituir-se uma narrativa convencional que universaliza o sentido de masculinidade. Pode-se pensar que esse estado de paixão fragiliza Marcelinho e isso parece incomodar o personagem Caco, já que tradicionalmente a fragilidade é associada ao universo feminino. E a aluna não parece discordar desse estado-paixão de fragilidade e parece sentir pena de Marcelinho que, estando em um momento de fragilidade, não é capaz de se defender de Caco, o qual fala duramente com o rapaz e apresenta-lhe outras garotas.

E outros incômodos se originam pela maneira abjeta de Caco notar a mulher:

Figura 7 - Prints da Conversa:
Incômodos sobre o Tratamento Dado à Mulher



A primeira aluna se incomoda com o fato de Caco querer *"usar"* outras garotas para fazer Marcelinho esquecer Natália, ou seja, para ele, as meninas seriam tratadas como objetos descartáveis, a fim de servir a uma necessidade supostamente masculina: tirar Marcelinho do estado de paixão que o fragiliza. Em suma, concluímos que as(os) alunas(os) percebem o machismo vindo de um referencial masculino, mas não perceberam a manutenção desse machismo vindo de um referencial feminino, mantendo um jogo amoroso no qual cabe, ao polo feminino, anular suas vontades – como a de estar com a pessoa amada, por exemplo – para entrar no imaginário machista de que a mulher precisa ser reservada, "difícil", pura, inocente e delicada para ter valor positivo. Questionaram a forma agressiva com a qual Caco quer que Marcelinho leve o jogo amoroso, fugindo do amor romântico e objetificando Natália, mas não questionaram Ingrid mantendo esse jogo para a mulher ter o privilégio da paixão masculina.

Disputas discursivas no debate – sobre o machismo

Durante o debate, encontramos uma generalização sobre o machismo muito recorrente hoje em dia:

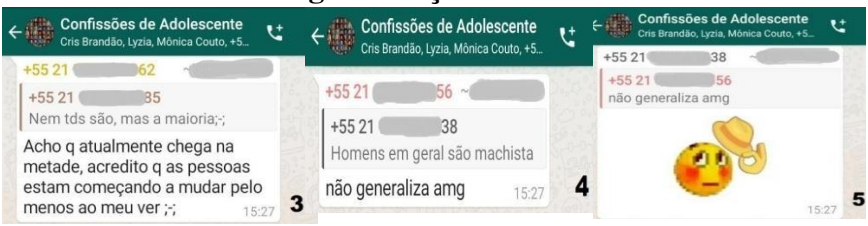
Figura 8 - Prints da Conversa: Argumentos sobre Machismo



Esse aluno citado, em sequência lógica, com um tom acusatório, rotula, negativamente, os homens, em geral, como machistas, naturalizando esse comportamento como algo talvez inerente ao sexo masculino (não fizemos um debate para diferenciar gênero e sexo).

No entanto, concebendo a leitura da obra abordada como uma prática social que mobiliza o interdiscurso (a memória do dizer), pode-se pensar que ela conduz o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Através da leitura, o leitor pode desestabilizar sentidos já dados, o que gera o efeito de instabilidade semântica de todo e qualquer texto, pois este se baseia em uma heterogeneidade que se estrutura provisoriamente em uma interação. Assim, num processo de desconstrução de sentidos, os colegas começaram a negociar sentidos com o aluno acima:

Figura 9 - Prints da Conversa:
Contra-Argumentação sobre Machismo



Assim, pode-se perceber que o falante acusado de ser generalizador: 1) lança-se em busca do conhecimento: aceita o desafio da pergunta e cola-se em discurso; 2) constrói sentidos sobre o outro, ao falar do personagem Caco; 3) constrói um imaginário coletivo sobre uma questão de gênero, caracterizando os homens em geral, com um tom acusatório; 4) constrói a si, enquanto formas de ver o mundo, quando elabora, em pensamento, seu ponto de vista,

instigado pelas perguntas; 5) testa seus argumentos no debate; 6) desperta atitudes responsivas ativas, pois recebe opiniões contrárias às suas: contra-argumentações, dentro de uma perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2000; 2010); 7) vê a si por intermédio do outro, construindo-se por meio da alteridade: sofre contestações dos seus colegas; 8) por meio da aceitabilidade, percebemos a desconstrução de um ponto de vista, pois o discurso do aluno perde seu tom acusatório, o que se nota quando ele posta uma figura enrubescida, sugerindo aceitar a contra-argumentação de colegas. Dessa forma, percebe-se um movimento de rasura e de reconstrução identitária por meio da alteridade: o aluno em questão sai em busca do "conhecer", quando aceita o desafio da pergunta realizada sobre gênero; lança-se na tentativa de conhecer o outro e, por fim, conhece a si, pelas visões dos colegas, num processo de alteridade, transformando-se, enquanto modo discursivo, naquela interação.

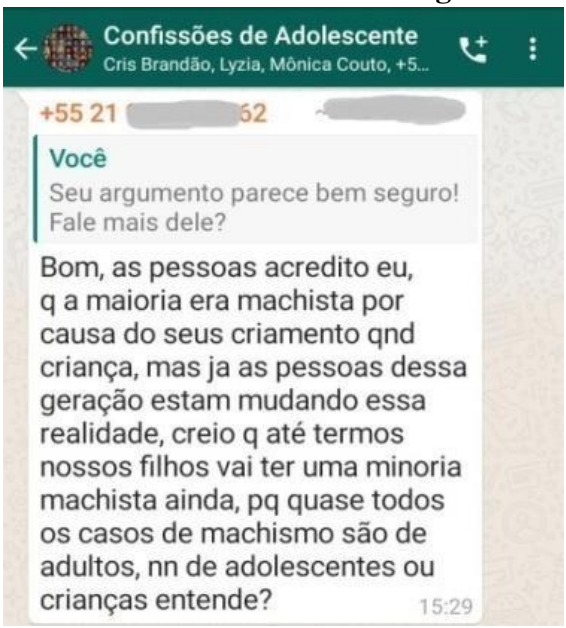
Vale ressaltar que, mesmo uma discussão que se inicia sobre o gênero feminino, acaba levantando questões que nos levam a analisar também o gênero masculino, o que deixa evidente que essas discussões não são estanques, que se aproximam e se complementam. Para elucidar a mencionada desconstrução de sentidos, nas discussões sobre gênero, Butler (2019) afirma que:

> O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2019, p. 69).

Logo, a noção de gênero de Butler está associada às relações de poder/controle, figurando como um produto ou efeito dessas relações de poder, arquitetadas nos contextos sociais, gerando uma falsa sensação de naturalidade. Para o aluno, era natural o fato de

todos os homens serem machistas, sugerindo certa revolta com algo imutável.

Figura 10 - Print da Conversa: Desenvolvendo o Argumento



Além de não perceber o machismo como algo natural ou como algo intrínseco a todos os homens, generalização essa que acaba reinscrevendo preconceitos, tendo os homens como alvo, o aluno mostrou sua opinião a respeito da origem do machismo atualmente, ou seja, percebe o núcleo familiar como o principal disseminador desse modelo cultural e ainda acha que as novas gerações, uma vez conscientes disso, terão mais possibilidades para se blindar e romper com essa herança advinda dos parentes mais próximos. No entanto, percebe a lentidão das transformações sociais,

afirmando que só veremos mudanças substanciais nas próximas gerações.

2º episódio: personagem Carol construída pela diferença

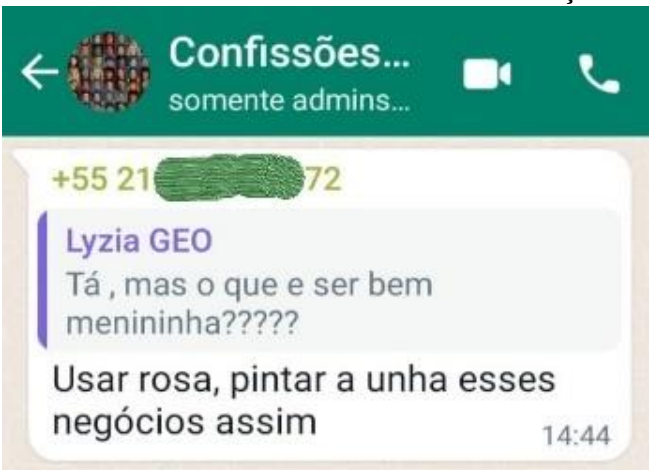
Segundo as(os) alunas(os), a forma de ser e estar de Carol incomodava seu meio social; dessa forma a personagem foi construída, no debate, tendo em vista sua diferença em relação às outras meninas do seu contexto. Esse embate social da caçula com suas colegas parece ter sido um facilitador, pois notamos que, mais prontamente, as(os) estudantes caracterizaram Carol. Isso não ocorreu no primeiro episódio abordado, quando as(os) alunas(os) reproduziram o que Marcelinho achava de Natália – que ela era diferente das outras garotas, tímida –, mas não conseguiram explicar o porquê dessas afirmações, talvez por terem sido construções reproduzidas e não elaboradas pelas(os) estudantes.

Figura 11 - Print da Conversa – Carol em Construção



E nossa expectativa da feminilidade de Carol gerar identificação em uma escola esportiva pode ser confirmada, quando lemos a fala, ainda tímida, com um tom de pergunta, mas já estabelecendo identificação *"Ela é tipo Lais?"*. Então questionamos o que eles entendiam por "menininha":

Figura 12 - Print da Conversa:
Conceito de "Menininha" em Construção



Então perguntamos se usar rosa, ser delicada e tímida são características acionadas por fatores biológicos (como hormônios, neurotransmissores - matérias abordadas em Ciências) ou por fatores sociais. Recepcionamos uma construção da feminilidade baseada em fatores biologizantes, ela teve apoio, mas foi tão questionada por outras(os) estudantes, no debate, que a primeira aluna chega a pedir desculpas, tendo a fala acolhedora de uma das professoras – Lyzia – quem reinsere a voz da aluna no debate.

Figura 13 - Print da Conversa:
Usar Rosa – Biológico ou Social?



Na série, a primeira menstruação impulsiona Carol para a descoberta de um novo mundo com marcas generificadas, apresentado por suas irmãs, as quais, tendo visíveis intencionalidades no ato de fala, usam o discurso como um ato impositivo, um ato de verdade e força, pois quem se apodera do discurso se apodera do poder e o instaura, gerando, consequentemente, relações assimétricas (FOUCAULT, 1996).

Figura 14 - Print da Conversa: Pressões Sociais



As(os) alunas(os) percebem tão impositiva as pressões das irmãs, a fim de que Carol fosse para a festa toda arrumada, com marcadores sociais tidos como femininos (maquiagem, meia-calça, salto alto etc.), que ironizaram esse fato recriando Carol como "Coralone", com um sticker de um aparente menino, portando um único marcador de feminilidade – um desenho de cabelo cumprido, colorido. O cabelo típico de desenho animado projetado em uma imagem humana sugere que Carol se sente desconfortável, incomodada, fora do lugar, indo, toda produzida, para uma festa, quando gostaria de estar na final do campeonato de futebol. Além disso, o uso do sticker evidencia um clima de descontração e envolvimento no debate, em meio a pandemia.

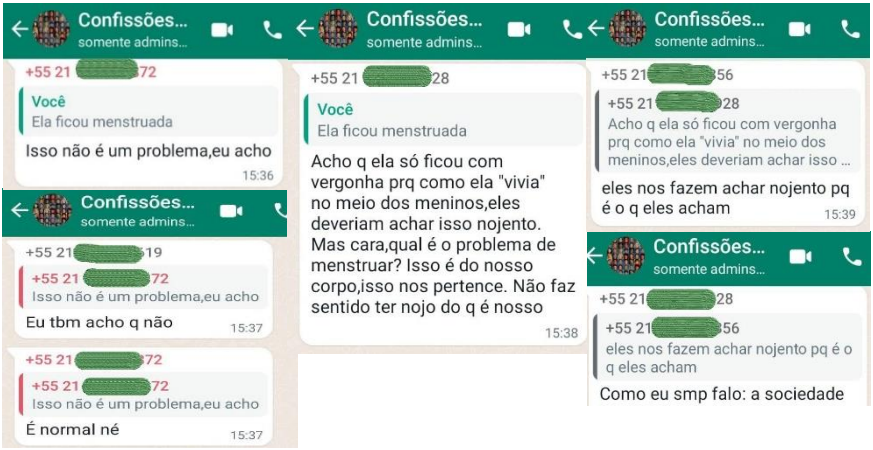
Figura 15 - Print da Conversa: Avatar de Carol



Partindo do princípio de que falar do outro acaba sendo um modo de falar de si, indagamos as(os) alunas(os) a respeito da forma como Carol encara a menstruação, essa transformação de ordem corporal, com consequências sociais. Assim, notamos que a personagem concebe a menstruação como um problema que a imobiliza e que a desestabiliza emocionalmente; rejeitando essa mudança. Investigamos os motivos para Carol compreender a

menstruação como um problema e apostávamos que as(os) alunas(os) iriam construir, como resposta, uma negativa de Carol à possibilidade de se tornar "*mocinha*" ou uma "*Moranguinho*", como a personagem mesmo diz, tipo de feminilidade parecido com o de suas amigas, com "*caminha rosa, roupinha rosa, caderno rosa"*. Ou seja, retrataríamos um tipo de resistência ao poder-controle do público feminino no que tange às escolhas de Carol. No entanto, as(os) alunas(os) afastaram-se da noção de menstruação como problema e ainda sugeriram que Carol sofre influências da visão do público masculino que a rodeia:

Figura 16 - Prints da Conversa: Menstruação, um Problema?



Após a primeira menstruação, as irmãs achavam que Carol teria de se transformar em uma "mulher", no entanto, aderindo a que tipo de feminilidade? Sendo, no mesmo dia, a final do campeonato de futebol e a festa de uma amiga, as irmãs achavam que a caçula tinha de ir à festa com roupas mais "femininas".

Figura 17 - Prints da Conversa: Mulher X Menina



A partir dessa resposta, perguntamos o que eles entendiam por ser mulher, uma vez que o episódio abordado é "Uma mulher moderna". Já que o ato de ir à festa é visto como um marcador de evolução, Carol torna-se mulher pelo fato de ir ao evento e abandonar o campeonato de futebol? Ou pelo fato de menstruar pela primeira vez? O que parece, pela resposta da aluna, é que, para Carol se tornar mulher, ela teria de expurgar os marcadores de gênero masculinos, para atender ao modelo feminino projetado. Assim investigamos o que marca essa transição menina/mulher para as(os) estudantes.

Figura 18 - Prints da Conversa: Ser Mulher é ir à Festa?

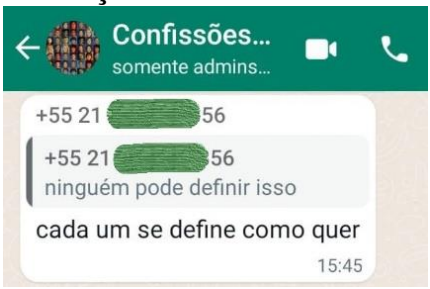


Embora a primeira aluna citada, a princípio, pareça contrariar a clássica frase de Beauvoir (1980) – "Não se nasce mulher: torna-se mulher" –, ela parece também gritar por liberdade para o que significa ser mulher hoje. No entanto, a fala da aluna, enquanto disputa ideológica, parece menos atenta aos discursos de ordem biológica e mais centrada nas imposições culturais historicamente marcadas. A fala parece rejeitar as pressões externas, colocando a responsabilidade da ação de tornar-se mulher em mãos subjetivas, individuais e femininas. Já que, na segunda oração da frase de Beauvoir, o sujeito da ação de "tornar" é indeterminado, essa lacuna abre espaço para um lugar de disputa. Quem se assume como sujeito do verbo "tornar"?

A segunda aluna também se coloca distante das amarras sociais impostas pelas irmãs de Carol e ainda foca os prejuízos de segui-las: a perda de oportunidades de vida como consequência. Já a terceira encara a definição como uma questão de escolha, porém não define bem que escolhas seriam essas.

Parece que todas essas definições autorais das(os) estudantes interferiram, em alguma medida, no discurso daquela aluna, citada anteriormente, que defendeu a ideia de que havia motivação biológica para a mulher ser delicada e gostar de rosa – é possível identificar essa aluna pelos dois números finais do telefone dela.

Figura 19 - Prints da Conversa: Definições sobre Ser Mulher I



Essa aluna inicia o debate com visões condicionantes e biológicas para perceber a mulher, e, neste momento, notamos definições respeitando as liberdades individuais, o que consideramos uma mudança discursiva gratificante. No entanto, urge a fala de Butler (2017):

> A norma não produz o sujeito como seu efeito necessário, tampouco o sujeito é totalmente livre para desprezar a norma que inaugura sua reflexividade; o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor, a liberdade, funciona de alguma, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre (BUTLER, 2017, p. 31).

Depois dessa fala, uma definição chamou atenção:

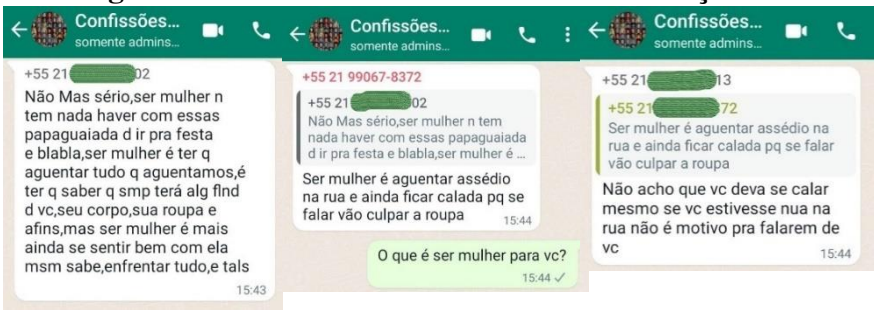
Figura 20 - Prints da Conversa: Definições sobre Ser Mulher II



A definição acima, que revela um não saber, talvez exponha a percepção de que há uma impossibilidade de definir a mulher de maneira generalizante e atemporal. Além disso, ainda evidencia que não há uma, mas várias feminilidades, ou seja, a mulher não é uma, mas pode ser várias.

Depois notamos a recorrência do verbo *"aguentar"* em duas definições, as quais aproximam a dor à noção de ser mulher, felizmente questionada pela última falante:

Figura 21 - Prints da Conversa: Novas Definições III



A última aluna põe em questão um regime de verdade sobre uma suposta condição incontornável da mulher de *"aguentar"* o que não gosta, o que não pode. Butler (2017), conversando sobre as ideias de Foucault, diz que qualquer relação com o regime de verdade será ao mesmo tempo uma relação com a própria pessoa que fala. Uma operação crítica não pode acontecer sem essa dimensão reflexiva:

> Pôr em questão um regime de verdade, quando é o regime que governa a subjetificação, é pôr em questão a verdade de mim mesma e, com efeito, minha capacidade de dizer a verdade sobre mim mesma, de fazer um relato de mim mesma. Desse modo, se questiono a verdade, questiono também o regime pelo qual se atribuem o ser e minha própria condição ontológica. A crítica não diz respeito apenas *a* prática social determinada ou *a* certo horizonte de inteligibilidade em que surgem as práticas e instituições; ela também significa que sou questionada por mim mesma. Para Foucault, o

> questionamento de si torna-se consequência ética da crítica, como ele deixa claro em "O que é a Crítica?" Também resulta que esse tipo de questionamento de si envolve colocar-se em risco, colocar em perigo a própria possibilidade de reconhecimento por parte dos outros, uma vez que questionam as normas de reconhecimento que governam o que eu poderia ser, perguntar o que elas deixam de fora e *o que poderiam ser forçadas a abrigar*, é o mesmo que, em relação ao regime atual, correr o risco de não ser reconhecido como sujeito, ou pelo menos suscitar as perguntas sobre quem sou eu (ou posso ser) ou se sou ou não reconhecível (BUTLER, 2017, p. 35-36, grifos nossos).

Nos debates, obtivemos, como um dos frutos dessa interação, uma elaboração crítica sobre o que significa ser mulher, rumo a uma desconstrução do conceito universal, padrão. Consideramos isso um ganho expressivo, visto que, no início do debate, percebíamos alunas(os) apenas reproduzindo discursos dos personagens. E, aproveitando as construções subjetivas surgidas, perguntamos se eles sofriam pressões sociais na adolescência, para que eles pudessem analisar suas vivências.

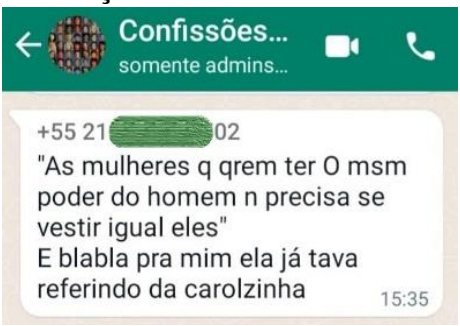
Figura 22 - Prints da Conversa: Pressões Sociais



Essas falas são indícios de que os contextos sociais desses adolescentes cerceiam esses jovens, estabelecendo normativas para estabelecer o controle dos corpos femininos, como se percebe na preocupação da forma de meninas se sentarem: *"perninha cruzada"* como se coubesse somente à mulher o controle das volúpias.

Diferente do uso do *"inha"* como deboche, em *"perninha cruzada"*, percebemos a defesa de Carol que é reforçada pelo diminutivo *"inha"* atrelado ao seu nome, conotando afetividade.

Figura 23 - Prints da Conversa: Definições sobre Ser Mulher IV



Então, questionamos o que é ser uma mulher moderna para Carol:

Figura 24 - Prints da Conversa: Definições sobre Ser Mulher V



A Figura 19 indica elementos contundentes de que a visão de feminilidade se encontra em processo de afastamento da ideia universalizante imposta como padrão. Num dos episódios, Carol precisa decidir se vai à final do campeonato de futebol ou a uma festa de aniversário. O comportamento de Carol instiga o debate sobre o que é "ser mulher". Uma das falas parece negociar sentidos com o posicionamento de que a Carol precisava deixar de ser "menina" (porque jogava futebol) para ser "mulher" (assumir uma postura social mais "amadurecida").

Comparação entre Natália e Carol

Quando estabelecemos uma comparação entre Natália e Carol, finalmente, percebemos opiniões autênticas das(os) estudantes sobre Natália. Se antes ela era a *"tímida", "diferente das outras garotas",* falas de Marcelinho, construída num eixo semântico de positividade; perto de Carol, Natália torna-se *"insegura"* ou *"chatinha",* quando uma aluna, confunde as personagens e estabelece adjetivos para diferenciar as duas: "*Natália é a menina chatinha ou a que joga futebol*?".

Figura 25 - Prints da Conversa:
Novo Contexto para Construção de Natália



Talvez um dos motivos que incitou a identificação com a personagem Carol tenha sido seu jeito mais livre de ser e estar no mundo, pois esta, apesar de ter ido arrumada conforme as orientações de suas irmãs, tira alguns marcadores de feminilidade atuais e vai jogar futebol de vestido.

Figura 26 - Prints da Conversa: Construções Subjetivas sobre Carol



CONCLUINDO SEM FINALIZAR

Em tempos de pandemia, com tantas mortes e tantos abalos em nossas emoções, atuar na modalidade de educação remota é mais um desafio a enfrentar... Este texto surgiu desse desafio: como envolver alunos e alunas num debate que pudesse incentivar a participação nos ambientes de ensino remoto?

Sugerir uma série que focalizasse temáticas adolescentes, pertinentes ao momento mencionado, na qual pudéssemos colocar, em relevo, as discussões de gênero foi nossa opção. Dessa forma, conseguimos, em alguma medida, resgatar a participação de alunas(os) ausentes e conseguimos ampliar os engajamentos discursivos com opiniões mais fundamentadas. As certezas das(os) aluna(os) sobre o "ser mulher", ou visões de feminilidade, tiveram seus sentidos negociados com uma pluralidade outra de feminilidades. Assim, as conversas puderam se estabelecer numa

perspectiva de formulação de argumentos e contra-argumentos, possibilitando não só o desenvolvimento de habilidades discursivas indicadas no currículo de Língua Portuguesa, como também reformulações sobre concepções a respeito da natureza das masculinidades e feminilidades indicadas no currículo de Ciências.

As relações de poder no mundo social foram reconhecidas, muitas vezes, como determinantes na construção de discursos a respeito do gênero feminino; criamos um espaço de confiança, com confissões inclusive dos professores, o que horizontalizou a abordagem e incentivou alunas(os) a falarem de si. Entendemos que o processo de assistir à série e de debatermos no *Whatsapp* foi fundamental para desalojar algumas ideias fixas sobre o feminino. Assim, consideramos que nosso objetivo maior foi atingido: incitar visões outras e críticas sobre a diversidade de modos femininos, e mesmo masculinos, de ser e existir que se distanciem de uma visão essencializada, naturalizada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, J. "Feminilidade adolescente". *In*: CARDOSO, M. R. (org.). **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Relatar a si**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CONNELL, R. W. "Políticas da masculinidade". **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, 1995.

COUTO JUNIOR, D. R. *et al*. "Do face a face às dinâmicas comunicacionais em/na rede: a conversa online como procedimento metodológico da pesquisa em educação." **Revista Educação em Foco**, vol. 25, n. 1, 2020.

FELIPE, J. "Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente". *In*: ALBUQUERQUE, S. S. *et al*. (orgs.). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2018.

FERNANDES, A. H. *et al*. "Mídias móveis, usos e redes: reflexões e desafios para a escola". *In*: AMARO, I.; SOARES, M.C. S. (orgs.). **Tecnologias digitais nas escolas**: outras possibilidades para o conhecimento. Rio de Janeiro: DP *et Alii* Editora, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALVÃO, D. P. **Confissões de adolescente**: criando identificação do telespectador e discutindo temas polêmicos (Dissertação de Mestrado em Comunicação). São Paulo: PUC/SP, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORLANDI, E. P. "Texto e discurso". **Organon**, vol. 8, n. 23, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2013.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PESSOA, F. **Obra poética**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

PORTO, C. *et al*. **Whatsapp e educação**: entre mensagens, imagens e sons. Salvador: EDUFBA / EDITUS, 2017.

RECUERO, R. "Mapeando redes sociais na Internet através da conversação mediada pelo computador". *In*: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.). **Educação e contemporaneidade**: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Carioca 2020**. Rio de Janeiro: SME-RJ, 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 16/05/2020.

SAMPAIO, C. S. *et al*. "Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor?". *In*: RIBEIRO, T. *et al*. (orgs.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí?. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

CAPÍTULO 5

A Importância da Gestão Feminina na Agricultura Familiar e a Geração da Segurança Alimentar em um Assentamento Rural de Córrego Rico, Estado de São Paulo

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR E A GERAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE CÓRREGO RICO, ESTADO DE SÃO PAULO[19]

Ana Margarida Theodoro Caminhas

No presente estudo, a prática da Agricultura Familiar gerou Segurança Alimentar para as famílias rurais assentadas, as quais puderam produzir e consumir alimentos caracterizados por uma diversidade nutricional. Abramovay (1992) ao conceituar a Agricultura Familiar, identifica a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vinculadas àqueles que mantêm entre si algum grau de parentesco, ou que sejam casados, como três características básicas para definir este tipo de agricultura. Wanderley (2014) aponta uma heterogeneidade socioeconômica na Agricultura Familiar, mas estabelece como uma de suas características, produtores agrícolas com vínculo a familiares e a grupos sociais que têm como referência o patrimônio familiar. Esta autora indica que neste tipo de agricultura, as relações cotidianas e de trabalho são centradas pelos laços familiares e de vizinhança.

Conforme Pozzebon, Rambo e Gazolla (2018), nesta modalidade de agricultura, os alimentos consumidos pela família são produzidos por ela mesma, caracterizando assim, o autoconsumo. Diversos pesquisadores do autoconsumo na Agricultura Familiar, como Gazolla (2004), Gazolla e Schneider (2007), Grisa e Schneider (2008), Grisa, Gazolla e Schneider (2010), identificam três

[19] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada em CAMINHAS, A. M. T. "A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de São Paulo". *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade,* vol. 6, 2020.

princípios da Segurança Alimentar atendidos com este tipo de produção: a qualidade nutricional dos alimentos (sem agrotóxicos, conhecimento da origem, formas de manejo e processamento), a valorização da cultura alimentar (preservação da bagagem histórico-cultural de um determinado local) e diversidade de alimentos (variabilidade de tipos de alimentos e presença de inúmeros componentes nutricionais, como vitaminas, proteínas, carboidratos, minerais). Nestas pesquisas, os autores mencionam que os agricultores interpretam a produção para autoconsumo como "superior aos alimentos comprados", já que, geralmente, o autoconsumo é feito sem agrotóxicos e outros produtos químicos, enquanto os alimentos comprados são percebidos com certa desconfiança diante do desconhecimento de sua origem, das formas de manejo e processamento (GAZOLLA, 2004; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2008; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). A Agricultura Familiar pode gerar Segurança Alimentar para os membros do grupo doméstico, através da produção própria de alimentos - o autoconsumo alimentar. A produção para autoconsumo na agricultura familiar propicia alguns dos princípios da segurança alimentar para os membros do grupo doméstico, tal como definiu Maluf (2007) e Gazolla (2004). Assim, segundo esses autores, a prática do autoconsumo preenche alguns dos princípios da segurança alimentar que são: acesso e disponibilidade constante de alimentos, quantidades suficientes para a alimentação das famílias, a qualidade nutricional e o fornecimento de uma alimentação de acordo com os hábitos de consumo "arraigados" culturalmente.

A maioria dos estudos sobre Agricultura Familiar enfatiza os dados quantitativos relativos à renda monetária, gerada pela venda dos produtos cultivados neste modelo agrícola (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Conforme Gazolla e Schneider (2007) afirmam, a produção para autoconsumo, que se fortalece em muitas regiões rurais, ainda possui razões e significados

desconhecidos ou mal-entendidos. A perspectiva de análise desta pesquisa liga-se à produção de alimentos, no contexto da Agricultura Familiar, para o autoconsumo, categoria também conhecida, como renda não-monetária (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Nesta pesquisa, a participação das mulheres na gestão da produção do autoconsumo, dado na Agricultura Familiar, foi fundamental para que a Segurança Alimentar no assentamento fosse alcançada. Outros pesquisadores como Carrasco (2012) e Lopes Neto (2015) também perceberam a importância da gestão feminina na Agricultura Familiar. E estudos como de Melo e Di Sabbato (2009) destacaram a participação feminina no autoconsumo. Além disso, as mulheres desempenham papel de destaque na gestão de projetos agroecológicos nas comunidades rurais como observaram Hillenkamp e Nobre (2019).

Os objetivos desta pesquisa foram: analisar se a gestão feminina do autoconsumo, dado no contexto da Agricultura Familiar do Assentamento Rural de Córrego Rico, estado de São Paulo, promoveu o acesso das famílias estudadas à Segurança Alimentar; verificar sea experiênciadestas agricultoras na gestão do autoconsumo, na produção dos alimentos consumidos por suas famílias, fortaleceu a prática da Agricultura Familiar.

Os dados da nossa pesquisa foram coletados junto às agricultoras, através da realização de entrevistas semiestruturada com doze mulheres, liderança feminina da comunidade rural estudada.

A seguir apresentamos os tópicos de nossa pesquisa: a Introdução e os referenciais teóricos sobre os conceitos de Agricultura Familiar, autoconsumo e Segurança Alimentar e demonstramos as inter-relações entre estes conceitos. A seguir descrevemos como realizamos a coleta e a análise de dados dadas a partir das entrevistas com as agricultoras familiares. Na sequência apresentamos os resultados e o que pudemos concluir sobre a importância da gestão feminina na Agricultura Familiar e a

promoção de Segurança Alimentar e Sustentabilidade. Desta forma, pretendemos contribuir com mais uma experiência relacionada a gênero e olhar multidisciplinar.

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO FEMININA DO AUTOCONSUMO NO ASSENTAMENTO DE CÓRREGO RICO - SP

Realizamos um estudo de caso sobre a importância da participaçãode 12 mulheres na produção de alimentos gerados na Agricultura Familiar e no autoconsumo capaz defortalecera Segurança Alimentar de suas famílias. Este tipo de metodologia é uma abordagem qualitativa, dotada de características essenciais como: a compreensão do pesquisador enquanto "instrumento-chave", o ambiente como fonte direta dos dados/informações e a inexistência de tratamentos estatísticos. Os resultados da pesquisa são vistos integrados ao processo de pesquisa como um todo (GODOY, 1995; SILVA; MENEZES, 2005). O pesquisador privilegia a qualidade em uma variável ao invés de quantificá-la (MINAYO, 1994).

Para Yin (2005, p. 32), "o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo, único e imerso no seu contexto, sendo que há complexidade e singularidade nas circunstâncias estudadas, as quais são mutáveis e fortemente politizadas".Este estudo de caso investigou o fenômeno contemporâneo de autoconsumo, único e imerso no seu contexto da Agricultura Familiar, com a complexidade e singularidade do consumo de alimentos produzidos pelas famílias das mulheres do Assentamento Rural de Córrego Rico – estado de São Paulo.

Foram realizadas com as 12 agricultoras, participantes da pesquisa, entrevistas semiestruturadas, orientadas por questionários, conforme as orientações de Manzini (1991). Durante as entrevistas, foi empregada a observação do que estivesse relacionado às práticas cotidianas da agricultura (manejo, postura das agricultoras em relação ao seu papel na gestão destas práticas e interação com a comunidade local). Conforme Marconi e Lakatos (2003) a observação, na coleta de dados, possibilita a obtenção de informações com o uso dos sentidos para obter certos aspectos da realidade pesquisada. Ainda, além de ver e ouvir, o observador examina os fatos a serem estudados. Gil (1999) define a observação como uma forma de compreender os fatos de forma direta, inexistindo intermediação, possibilitando que se consigam dados que não estejam presentes em questionários e entrevistas, por exemplo. Os dados também foram sistematizados através da observação da atuação das mulheres nas reuniões realizadas como representantes do assentamento estudado (encontros locais das mulheres para organização das feiras agroecológicas e presença das agricultoras em cursos de capacitação). A observação também foi empregada durante a participação das feiras agroecológicas das agricultoras entrevistadas.

Com essa metodologia descrita, foi possível identificar as categorias de alimentos produzidos e consumidos. Nos questionários foram caracterizadosos tipos de alimentos produzidos para o autoconsumoempregados na alimentação, tais como: hortaliças, legumes, cereais, frutas, carnes, leite e derivados, ovos, temperos, doces e bebidas naturais). Conforme os alimentos foram mencionados pelas agricultoras nas entrevistas, realizou-se uma estimativa da categoria de alimentos que mais se destacaram. Já que foi perguntado às agricultoras quais as categorias de alimentos mais consumidos em um ano (hortaliças, legumes, cereais, frutas, carnes, leite e derivados, ovos, temperos, doces e bebidas naturais).

A percepção das agricultoras sobre a importância de sua participação no autoconsumo e na Agricultura Familiar foi identificada também através das respostas dadas nas entrevistas através da análise de conteúdo de acordo com os referenciais de Bardin (2007), seguindo-se as três etapas propostas por este autor. Na pré-análise foi realizada a preparação do material – transcrição das entrevistas – e sua leitura flutuante, que consiste em uma leitura profunda e repetida das transcrições, para permitir maior contato com o material e o conhecimento de seu conteúdo, ideias e conceitos. A segunda etapa, denominada exploração do material, consistiu na busca de palavras e ideias repetidas pelos entrevistados, e posteriormente, na terceira etapa, a identificação de unidades de registro, que segundo Bardin (2007, p. 98), são as unidades de significação que correspondem ao "segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e análise frequencial".

Os sujeitos pesquisados corresponderam a mulheres do Assentamento Rural de Córrego Rico - SP. Conforme Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011), este assentamento fica localizado no nordeste do estado de São Paulo a cerca de 10 km do município de Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto, em que a produção sucroalcoleira é predominante quase que totalmente. Quanto a história da origem deste assentamento, estes autores mencionam que:

> O projeto de assentamento Córrego Rico se originou da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico, em 29 de maio de 1998, que à época era administrado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ocuparam a

> referida área reivindicando-a para fins de reforma agrária (BORELLI FILHO; SOUZA; FERRANTE, p. 251, 2011).

Optou-se por entrevistar mulheres, pois em algumas visitas prévias ao Assentamento de Córrego Rico, foi observado que atualmente estas agricultoras possuem liderança na gestão da produção do autoconsumo desta comunidade. Além disso, participam frequentemente de encontros locais, estaduais e nacionais voltados para a Agricultura Familiar, levam os alimentos produzidos pela comunidade para venda em feiras agroecológicas e realizam diversos cursos de capacitação. Além disso, as agricultoras entrevistadas formaram uma associação de mulheres agricultoras familiares para representar o assentamento tanto nas instâncias mencionadas como no pleiteio de melhorias junto a políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar. O estudo de literatura científica voltada para a temática da importância feminina na Agricultura Familiar também fortaleceu a opção por selecionar as agricultoras como entrevistadas.

O AUTOCONSUMO E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DAS AGRICULTORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA SEGURANÇA ALIMENTAR

A identificação dos fatores que colaboram para a Segurança Alimentar contribui para ampliar e melhorar as políticas públicas, que visam combater o estado de má nutrição persistente no país, uma vez que aponta as direções e a importância dos efeitos de variáveis socioeconômicas sobre esse fenômeno (COSTA *et al.*,2014). Anand e Harris (1990) destacam a extensão da fome e da insegurança alimentar como um importante indicador do padrão de vida de uma

sociedade. No Brasil, desde o início do século XX, o tema da segurança alimentar passou a contar com políticas públicas mais evidentes, principalmente voltadas para a política agrícola, sistemas de abastecimento, controle de preços, distribuição de alimentos, entre outros (BELIK, 2003). De acordo com o Índice Global de Segurança Alimentar, elaborado pela *EconomistIntelligence Unit* (2012), há três pilares principais para a avaliação da Segurança Alimentar: a acessibilidade financeira, que oferece condições para a aquisição de alimentos, a disponibilidade e a qualidade dos alimentos disponíveis. Há uma definição brasileira para Segurança Alimentar enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996. Esta definição, bastante ampla e completa, se constitui pelo princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, pela questão das quantidades suficientes e permanente e pela esfera da qualidade alimentar e nutricional das práticas alimentares saudáveis (MALUF, 2001).

A identificação das categorias de alimentos produzidos e consumidos pelas famílias das agricultoras demonstrou a contribuição do autoconsumo ao acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequadas, referenciais da Segurança Alimentar. Ou seja, o autoconsumo contribuiu para a Segurança Alimentar como uma importante prática da Agricultura Familiar. Esta identificação foi possível a partir da análise feita em relação às respostas das perguntas de cada uma das 12 agricultoras nas entrevistas realizadas na pesquisa.

Foi perguntada às agricultoras qual a categoria de alimento mais produzida e consumida em um ano pelas famílias. Para se obter uma classificação das categorias que se destacaram, foi considerada a soma das respostas das agricultoras para se identificar as categorias de alimentos mais produzidos e consumidos anualmente. Obtendo-se assim a seguinte classificação:1º. frutas; 2º. legumes; 3º. hortaliças e verduras; 4º. carnes e ovos; 5º. cereais e grãos; 6º. leite

e derivados; 7º. temperos e especiarias; 8º. bebidas e sucos naturais e 9º. doces e bolos (Tabelas 1 a 9). Esta categorização informada nas Tabelas de 1 a 9 demonstra a Segurança Alimentar na comunidade estudada, de acordo com os referencias do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014).

Tabela 1 - Estimativa do consumo anual de frutas pelas famílias das agriculturas

Fruta	Porcentagem
Limão	24%
Banana	21%
Mamão	16%
Abacate	8%
Manga	6%
Maracujá	6%
Acerola	5%
Coco	3%
Laranja	3%
Graviola	2%
Pupunha	2%
Goiaba	1%
Jabuticaba	1%
Jaca	1%
Mexerica	1%

Fonte: BRASIL (2014).

As Tabelas 1 a 9 informam a porcentagem sobre a soma dos tipos de alimentos mais consumidos pelas famílias das agricultoras anualmente em relação a cada uma das categorias já mencionadas. Demonstram que a produção dos alimentos consumidos pela família

é realizada pela própria família, caracterizando assim, o autoconsumo familiar (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2007). As mulheres foram as responsáveis por este autoconsumo ocorrido na comunidade de assentados, promovendo assim segurança alimentar. E pode-se verificar que ocorre uma variedade de produtos e de fontes de nutrientes importantes: frutas (Tabela 1), legumes (Tabela 2), hortaliças e verduras (Tabela 3), carnes e ovos (Tabela 4), cereais e grãos (Tabela 5), leite e derivados (Tabela 6), temperos e especiarias (Tabela 7), bebidas naturais, como sucos de frutas e caldo de cana (Tabela 8), doces e bolos feitos com os ingredientes aí produzidos (Tabela 9).

Tabela 2 - Estimativa do consumo anual de legumes pelas famílias das agriculturas

Legume	Porcentagem
Mandioca	28%
Abobrinha	21%
Abóbora	10%
Quiabo	10%
Berinjela	8%
Jiló	8%
Chuchu	5%
Tomate	3%
Inhame	2%
Pepino	2%
Açafrão	1%
Batata Doce	1%
Vagem	1%
Gengibre	0%
Pimentão	0%

Fonte: BRASIL (2014).

Além de consumirem estas categorias de alimentos, as famílias das agricultoras trocaram, doaram e venderam o excedente da produção para os demais membros do assentamento e em feiras agroecológicas. Estas práticas – troca, doação e venda promovem também a Segurança Alimentar, garantindo acesso e qualidade à alimentação, o que também foi observado por Grisa e Schneider (2008).

Tabela 3 - Estimativa do consumo anual de hortaliças e verduras pelas famílias das agricultoras

Hortaliça/Verdura	Porcentagem
Cheiro Verde	26%
Alface	23%
Couve	15%
Cebolinha	9%
Almeirão	6%
Repolho	6%
Maxixe	5%
Rúcula	5%
Brócolis	3%
Chicória	1%
Mostarda	1%

Fonte: BRASIL (2014).

As agricultoras têm a percepção que a Segurança Alimentar ocorre no autoconsumo, pois todas as entrevistadas consideraram os alimentos identificados, consumidos e produzidos como fundamentais para complementar a alimentação da família. Todas mencionaram também que estes alimentos apresentam a quantidade e a qualidade adequada, por serem diversificados e fontes de

fortalecimento nutricional das refeições realizadas pelas famílias avaliadas (Tabelas 1 a 9). Morais e Casseb (2019) verificaram em sua pesquisa sobre assentamentos rurais que a valorização das práticas da Agricultura Familiar de acordo com a realidade local é capaz de "fortalecer a sua estrutura organizativa e desempenho produtivo". E todas as entrevistadas valorizaram a prática do autoconsumo na Agricultura Familiar e seu potencial para este tipo de fortalecimento.

Tabela 4 - Estimativa do consumo anual de carnes e ovos pelas famílias das agriculturas

Carne/Ovo	Porcentagem
Ovos	46%
Frango	36%
Porco	11%
Banha de Porco	4%
Pato	2%
Peixe	1%

Fonte: BRASIL (2014).

Tabela 5 - Estimativa do consumo anual de cereais e grãos pelas famílias das agricultoras

Cereal/Grão	Porcentagem
Feijão	61%
Café	36%
Milho	3%

Fonte: BRASIL (2014).

Há uma diversidade de alimentos produzidos e consumidos gerada pelo autoconsumo e um fortalecimento da qualidade da alimentação de suas famílias, o que é apresentado nas Tabelas 1 a 9. Portanto as agricultoras promovem os princípios da Segurança

Alimentar, como o acesso a alimentos em quantidade e qualidades adequadas, já estudados por Gazolla (2004); Gazolla e Schneider (2007); Grisa e Schneider (2008); Grisa, Gazolla e Schneider (2010).

Tabela 6 - Estimativa do consumo anual de leite e derivados pelas famílias das agricultoras

Leite/Derivado	Porcentagem
Leite	55%
Requeijão	28%
Queijo	17%

Fonte: BRASIL (2014).

Tabela 7 - Estimativa do consumo anual de temperos naturais pelas famílias das agriculturas

Tempero	Porcentagem
Colorau	38%
Coentro	37%
Pimenta	25%

Fonte: BRASIL (2014).

Tabela 8 - Estimativa do consumo anual de bebidas naturais pelas famílias das agricultoras

Bebida	Porcentagem
Caldo de Cana	34%
Suco de Acerola	33%
Suco de Goiaba	33%

Fonte: BRASIL (2014).

Tabela 9 - Estimativa do consumo anual de doces feitos de ingredientes produzidos na agricultura familiar pelas famílias das agricultoras

Doce	Porcentagem
Doce de Banana	33%
Banana Frita	17%
Doce de Abóbora	17%
Doce de Goiaba	17%
Bolo de Mandioca	16%

Fonte: BRASIL (2014).

Os dados apresentados nas Tabelas de 1 a 9 configuram uma diversificação produtiva em território do agronegócio também apontada por Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011). Além disso, a produção diversificada desses alimentos é feita sem a adição de agrotóxicos, o que também gera qualidade nutricional. Quando questionadas sobre o que caracteriza a qualidade dos alimentos, 93% das mulheres responderam que a sua produção e consumo deve estar isenta de agrotóxicos. Pinto, Santos e Novais (2016) observaram em seu estudo sobre a percepção dos agricultores quanto à importância da sustentabilidade na sua prática produtiva que os agricultores consideram "o meio ambiente como algo a ser respeitado e cuidado". Constataram ainda que este cuidado e este respeito promoveram a reconfiguração das práticas agrícolas, de maneira a atender às suas necessidades em equilíbrio com os ambientes locais da Agricultura Familiar, pois é "conservando o local que se criam possibilidades de melhorar o cenário ambiental global". Assim, a produção e consumo de alimentos livre de agrotóxicos no assentamento estudado implica em um cuidado com o bem-estar e qualidade de vida das famílias assentadas, ao mesmo tempo em que há um cuidado com o meio ambiente local com consequências geradoras de equilíbrio para o ambiente global.

Carmo (1998) considera a Agricultura Familiar como o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, em função de suas características de produção diversificada, integrando atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas. A Agricultura Familiar concilia diversos tipos de manejo em harmonia com a natureza. Além disso, possui peculiaridades de gestão econômica que favorecem a prática agroecológica (ASSIS; ROMEIRO, 2005). A busca de sustentabilidade na agricultura possibilita o emprego de técnicas produtivas ecologicamente mais equilibradas, com menor uso de insumos industrializados, melhor manejo dos recursos naturais e diversificação dos produtos alimentares, garantindo assim uma alimentação de qualidade e quantidade (EHLERS, 1996).

No autoconsumo, como prática da Agricultura Familiar, se desenvolvem relações de venda, troca e doação da produção de alimentos excedente destinada para consumo, as quais geram valores monetários próprios e locais, conforme observado na pesquisa de Grisa e Schneider (2008). Os valores atribuídos aos alimentos do autoconsumo (produzidos e consumidos) são denominados de renda não-monetária, pois representam o quanto os agricultores deixam de gastar com este tipo de produção (GAZOLLA, 2004; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2008; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; PELINSKI *et al*., 2006). Das entrevistadas, 93% afirmaram que o dinheiro que deixa de ser gasto na compra dos alimentos que as suas famílias produzem (renda não-monetária) é empregado para a aquisição e compra de outros alimentos destinados às refeições diárias. A dimensão da importância desta contribuição pode ser complementada quando se relaciona a renda não-monetária (soma de valores em reais que deixam de serem gastos) com a produção própria dos alimentos em relação à sua renda mensal. Portanto, as Tabelas 1 a 9 estão presentes dados que possibilitam relacionar o quanto se economiza com o autoconsumo definido pela produção e consumo das

categorias de alimentos. Grisa e Schneider (2008), Hagemann (2015) e Bezerra e Schlindwein (2015) também observaram a contribuição da renda não-monetária na pesquisa realizada com agricultores familiares de forma semelhante. Estes autores também identificaram em seus trabalhos a diversidade de categorias de alimentos gerados pelo autoconsumo na Agricultura Familiar semelhantes àqueles identificados nos Tabelas 1 a 9.

A prática da Agricultura Familiar fortalece a Segurança Alimentar da comunidade de agricultores como um todo, pois os alimentos excedentes da produção familiar são vendidos, trocados ou doados para outros agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2008) ou para demais pessoas, fora da comunidade, que se interessam por produtos gerados por este modelo de agricultura, as quais a consideram como geradora de produtos com qualidade nutricional (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Baiardi e Alencar (2013) apontam a diferença entre a lógica da produção da Agricultura Familiar e da Agricultura Convencional dada nos processos de produção, gestão e comercialização. A Agricultura Familiar tem referenciais que vão além da obtenção de lucros pelos agricultores, mas visam o bem-estar dos membros da família e da comunidade (CHAYANOV, 1981 *apud* GRISA; SCHNEIDER, 2008). Autores como Brandão (1981) e Cândido (2001) apontam a importância dos laços culturais perpetuados ao longo do tempo entre os agricultores e o seu vínculo com o campo.

O acesso das famílias das agricultoras a alimentos de qualidade nutricional (diversificados, fonte de inúmeros nutrientes e livres de agrotóxicos) proporcionado pela prática do autoconsumo na Agricultura Familiar, demonstrado nas Tabelas 1 a 9, está de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Neste documento, o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, ricos em nutrientes (vitaminas, proteínas, sais minerais, fibras, carboidratos, por exemplo), livres de

aditivos químicos e agrotóxicos é enfatizado como fundamental para uma alimentação saudável. Assim, recomenda-se aí que "a alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável". No Guia Alimentar para a População Brasileira é possível destacar (BRASIL, 2014, p. 26):

> Alimentos *in natura* ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, são a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2014, p. 26).

Os alimentos *in natura* ou minimamente processados, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), são adquiridos diretamente dos vegetais ou de animais sem serem alterados artificial e quimicamente após serem extraídos da natureza (como por exemplo, hortaliças, legumes, frutas, raízes, tubérculos, ovos, carnes, leite e derivados). O processamento destes alimentos é considerado mínimo quando envolve métodos de higiene e preparação. Oliveira e Jaime (2016) estudaram as inter-relações entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde preconizada no Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Entenderam, assim, que este documento, ao propor uma alimentação saudável, fortalece as bases sustentáveis da Agricultura Familiar, como fonte de produtos *in natura* ou minimamente processados, sem aditivos químicos capazes de alterar as características dos alimentos (forma, odor, coloração, sabor, por exemplo). Além disso, o próprio Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) aponta este modelo de agricultura como gerador de Segurança Alimentar, pois possibilita o acesso e o

consumo de alimentos diversificados em nutrientes (vitaminas, proteínas, carboidratos, sais minerais, por exemplo) in natura ou minimamente processados, sejam eles de origem vegetal ou animal. Conforme Almeida *et al*. (2018), este guia indica que o consumo de alimentos frescos (*in natura* ou minimamente processados) seja priorizada em prol de uma alimentação saudável e também capaz de contribuir para minimizar os efeitos negativos socioambientais do sistema convencional da produção de alimentos. Na presente pesquisa é apresentada a importância da Agricultura Familiar como geradora de Segurança Alimentar, ou seja, promotora de acesso a alimentos de qualidade nutricional, conforme as recomendações de alimentação saudável do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Além dos alimentos consumidos pelas agricultoras, os quais foram apresentados nos Tabelas 1 a 9 estarem de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), é possível estabelecer um paralelo com as premissas do documento "Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025)", apresentado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN, 2015).Oliveira e Jaime (2016) ao estudarem a agricultura como promotora de Segurança Alimentar afirmam que: "o Guia Alimentar propõe a produção social da saúde na interação entre as noções de alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural" (OLIVEIRA; JAIME, 2016, p. 1).

Outro referencial importante relacionado à produção e consumo dos alimentos descritos é a Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o qual estabelece "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável". Além disso, a importância das mulheres na sociedade se destaca no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, o qual defende a Igualdade de Gênero: "acabar com

todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte" (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018).

Neste estudo, foi possível constatar que a prática do autoconsumo na Agricultura Familiar pelas agricultoras promove o acesso de seus familiares a alimentos de qualidade nutricional e livres de agrotóxicos (alimentos *in natura* e minimamente processados), conforme orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). O reconhecimento de que atuam em uma importante prática da Agricultura Familiar – o autoconsumo – capaz de gerar Segurança Alimentar pode contribuir para que as agricultoras entendessem a importância da gestão feminina neste contexto estudado.

Na experiência das mulheres do Assentamento de Córrego Rico (São Paulo) foi tecida uma gestão do cuidado e as premissas de Boff (1999) do "saber cuidar" emergem aqui como uma redefinição dos padrões masculinos da produção e comercialização. Mulheres que sabem cuidar da sua terra, das suas plantas e animais, da sua produção agrícola, delas mesmas e do planeta. E a dialética desta gestão feminina do cuidado na organização familiar rural estudada pressupôs um abandono. Ou seja, homens da família delegaram ou deixaram a gestão do quintal, do autoconsumo, para as mulheres. E as mulheres ocuparam este espaço e através da sua gestão no autoconsumo, passaram a cuidar da economia doméstica e das finanças com saldo positivo para a Agricultura Familiar e a Segurança Familiar. A mulher trabalhadora rural foi protagonista na busca pelo uso do campo e da agricultura, conforme também observaram Duarte e Garcia (2015). Pesquisas realizadas por Carrasco (2012), Hillenkamp e Nobre (2019), Lopes Neto (2015) e Melo e Di Sabbato (2009) destacaram experiência semelhante ao presente estudo, quanto à participação feminina no autoconsumo e Agricultura Familiar. Houve empoderamento através da auto-organização, da participação política, do protagonismo destas

mulheres, conformeos referenciais de Moser (1999). No autoconsumo, conforme Cisne (2015) relata, as mulheres se expressam e se auto-organizam, enquanto que os homens não têm estas iniciativas. A imposição de papéis menores geralmente dados às mulheres na família cede lugar à ocupação de novos espaços na gestão da produção pelas mulheres (LOPES NETO, 2015).

As agricultoras participantes da pesquisa se envolveram na gestão do autoconsumo e perceberam a importância de sua atuação na geração de Segurança Alimentar para a sua família. Houve uma dinâmica de saberes envolvidosnesta gestão feminina: desde o manejo das plantas e animais no assentamento até a contabilização de custos e investimentos neste tipo de produção. Quando estas agricultoras participaram do processo de comercialização dos produtos excedentes do autoconsumo nas feiras agroecológicas puderam mais uma vez perceber a importância de sua atuação e gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autoconsumo do assentamento estudado é destinado às mulheres como um tipo de trabalho desvalorizado pelos homens da comunidade. No entanto, essa prática da Agricultura Familiar, é ressignificada como um lugar de empoderamento e geração de autonomia econômica femininos. As agricultoras do Assentamento de Córrego Rico são responsáveis pela gestão da produção de uma variedade de alimentos, como hortaliças, verduras, legumes, frutas, cereais, carnes, ovos, leite, queijos, doces e sucos naturais. A produção destes alimentos consumidos pelas suas famílias contribui para a aquisição de outros gêneros alimentícios com a renda economizada neste tipo de produção. Além disso, estas mulheres produzem uma rica diversidade de tipos de alimentos, os quais são

consumidos, vendidos, trocados e doados. Estas práticas promovem um fluxo dinâmico de acesso à Segurança Alimentar e valorização da Agricultura Familiar em sua comunidade como um todo.

As mulheres são responsáveis pela gestão da venda dos alimentos excentes da produção para o autoconsumo nas feiras agroecológicas. Desta forma, esses produtos chegam até os centros urbanos das cidades vizinhas do assentamento através de um circuito curto de comercialização, o qual também fortalece a liderança e empoderamento feminino na Agricultura Familiar na comunidade estudada.

Assim, a liderança destas agricultoras na prática do autoconsumo gera o fortalecimento da alimentação das famílias locais em quantidade e qualidade nutricionais adequadas. Esta dinâmica, fortalecedora da Segurança Alimentar e da Agricultura Familiar no assentamento estudado é um forte indicativo de que as premissas em prol de uma qualidade de vida socioambiental propostas pela Agenda 2030 podem ser vivenciadas na realidade. Além disso, a qualidade de uma alimentação que propicia Segurança Alimentar defendida pelo Guia Alimentar para a População Brasileira é desfrutada pelos moradores do assentamento estudado. E a vivência prática destes referenciais importantes – Agenda 2030 e Guia Alimentar para a População Brasileira é possibilitada por uma liderança feminina na Agricultura Familiar.

É importante lembrar que o Assentamento de Córrego Rico é localizado em uma região de monocultura canavieira paulista de forte expressão no agronegócio sucroalcooleiro paulista e nacional. No entanto, a experiência de uma Agricultura Familiar desenvolvida a partir de parâmetros sustentáveis, relatada neste trabalho, aponta para uma forte resistência a esse tipo de agricultura convencional, liderada por mulheres agricultoras capazes de promover a Segurança Alimentar de sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: ANPOCS / Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, J. C. *et al*. "Guia alimentar para a população brasileira: complementação por meio de representações gráficas". **Revista Brasileira de Obesidade**. São Paulo, vol. 12, n. 71, 2018.

ANAND, S.; HARRIS, C. J. "Food and standard of living: an analysis based on Sri Lankan data". *In*: DREZE, J. P.; SEN, A. K. (eds.). **The political economy of hunger**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. "Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná". **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 43, n. 1, 2005.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. "Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil". **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, n. 1, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BELIK, W. "Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil". **Saúde e Sociedade**, vol. 12, n. 1, 2003.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. "Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil". **Interações**, vol. 18, n. 1, 2017.

BOFF, L. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORELLI FILHO, D. *et al*. "O sistema produtivo do Assentamento Córrego Rico, Jaboticabal-SP: diversificação produtiva em território do agronegócio". **Retratos de Assentamentos**, vol. 14, n. 1, 2011.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. MS - Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: MS, 2014.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025)**. Brasília: CAISAN, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARMO, M. S. "A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável". **Agricultura em São Paulo**, vol. 45, n. 1, 1998.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita**: proposta e novos indicadores com base nas experiências das mulheres. São Paulo: SOF, 2012.

CHAYANOV, A. V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". *In*: SILVA, J. G.; STOLEKE, V. (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

COSTA, L. V. *et al*. "Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009". **Economia e Sociologia**, vol. 23, n. 2, 2014.

DUARTE, G. L.; GARCIA, M. F. "Movimento de mulheres trabalhadoras no estado do Paraíba: gênero e autonomia". **InterEspaços**, vol.1, n. 3, 2015.

Ehlers, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EIU - Economist Intelligence Unit. "Global Food Security Index". **EIU**. Disponível em: <http://foodsecurityindex.eiu.com>. Acesso em: 08/06/2017.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares". **Estudos Sociais e Agricultura**, vol. 15, n. 1, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GODOY, A. S. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, n. 2, 1995.

GRISA, C. *et al*. "A ´produção invisível´ na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural". **Agroalimentaria**, vol. 16, n. 31, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "´Plantar pro gasto´: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul". **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 46, n. 2, 2008.

HAGEMANN, J. **Produzir para o Autoconsumo**: uma análise da agricultura familiar no município de Teutônia, RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Lajeado: UNIVATES, 2015.

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas**, vol. 26, n. 52, 2019.

LOPES NETO, A. A. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. **Agriculturas**, vol. 12, n. 4, 2015.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

MANZINI, E. J. "A entrevista na pesquisa social". **Didática**, vol. 26 / 27, 1991.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. "Gênero e trabalho rural 1993/2006". *In*: DI SABBATO, A. *et al*. (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

MORAIS, I. J. D.; CASSEB, B. D. "O papel da estrutura organizativa no desempenho produtivo de assentados de reforma agrária no Maranhão". **InterEspaço**, vol. 5, n. 16, 2019.

MOSER, C. "Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda". *In*: PORTELA, A. P.; GOUVEIA, T. (orgs.) **Ideias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999.

OLIVEIRA, N. R. F.; JAIME, P. C. "O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira". **Saúde e Sociedade**, vol. 25, n. 4, 2016.

ONU BR - Nações Unidas no Brasil. "A Agenda 2030". **ONU BR**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 14/12/2018.

PELINSKI, A. *et al*. **Auto consumo**: sua relevância na sustentabilidade da agricultura familiar agroecológica. Ponta Grossa: IAPAR, 2006.

PINTO, B. L. *et al.* "Percepção ambiental dos agricultores familiares e o uso dos recursos naturais do município de São Domingos – Semiárido Baiano". **InterEspaço**, vol. 2, n. 5, 2016.

POZZEBON, L. *et al*. "As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional". **Desenvolvimento em Questão**, vol. 16, n. 42, 2018.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005

WANDERLEY, M. N. B. “O campesinato brasileiro: uma história de resistência”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, n. 1, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAPÍTULO 6

Ideologia de gênero ou ideologias de azul e rosa?
Gênero e sexualidade na Educação

IDEOLOGIA DE GÊNERO OU IDEOLOGIAS DE AZUL E ROSA? GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Shirlei Alexandra Fetter

Denise Regina Quaresma da Silva

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se apresentar que a concepção contemporânea de educação está diretamente relacionada ao meio social. Todo ser humano recebe as influências do seu meio, ao qual fazem parte as concepções, valores e juízos. A partir destes princípios, cada ser humano elabora suas concepções específicas.

A pesquisa desenvolvida, no período de dois anos, sobre a formação de professores, instigou o estudo sobre o tema: identidade sexual e de gênero no espaço educativo. Em vista disso, será dada continuidade a pesquisa, enfatizando as questões que se referem à identidade sexual e de gênero na educação.

No Brasil, a hegemonia religiosa cristã, fundamenta a heteronormalidade, reprimi a diversidade sexual. Na atualidade, a diversidade sexual tem sido pauta frequente em discussões; a homofobia, na mesma proporção, manifesta-se como resultado do preconceito relacionado à sexualidade homoafetiva, uma vez que a heterossexualidade é concebida como natural e aceitável. Em consequência deste entendimento – heterossexualidade como modelo de normalidade – exclui-se o reconhecimento a sexualidade de estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs), suprimindo, consequentemente, a identidade de gênero do currículo e do gerenciamento pedagógico.

Considerando esta premissa, Miskolci (2012) teoriza os desafios de uma educação voltada ao reconhecimento e a diferença da diversidade sexual em sua pluralidade. Segundo o autor, a dificuldade vem ao encontro dos educadores, uma vez que partem do pressuposto de que o "ato de educar" é neutro. De encontro, Freire (1996) ressalta que educar é um ato político e a educação não é neutra. Omitir a dimensão pedagógica da prática docente é o mesmo que institucionalizar o preconceito.

Não raro, toma-se conhecimento que a instituição escolar é, também, influenciada pelos mais diversos valores sociais e, por vezes, institucionaliza o discurso normativo dentro da sala de aula. Assim, o silenciamento escolar por meio dessas práticas contribui para o preconceito. A escola é o espaço em que as diferenças e pluralidade de pensamentos dialogam; conforme a afirmação de Santos (2001, p. 28), temos "o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza". Quanto a essa afirmação, as instituições de ensino, através da gestão da prática pedagógica devem contemplar e combater os estereótipos negativos no intuito de promover a aceitação das diferenças.

Outro fator que se aborda é o desafio de um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão. Ao firmar que a identidade sexual e de gênero contextualiza o preconceito e a discriminação, na instituição escolar, não se deixou de abordar o seu conceito em especifico. Não menos importante, discorreu-se sobre as características de gênero e sexualidade e as influências culturais sobre os termos (LOURO, 2015).

Levando-se em consideração os aspectos já mencionados, apresenta-se a identidade de gênero como conceito em que define o modo como o ser se identifica (LOURO, 2009). Sua identidade consiste em seu gênero, que representa como a pessoa se reconhece: masculino ou feminino, um e outro ou inexistente. O que delibera a

identidade de gênero, de acordo com os conceitos de Louro (2009), é o modo que a pessoa se compreende, assim como a disposição que a mesma apresenta em ser verificada pelas outras pessoas.

Já para o campo da psicologia a forma da identidade de gênero pode ser classificada em diversas frequências, entre masculinidade e feminilidade, as quais podem variar ao decorrer da vida. Ao contrário, erroneamente do que se pensava no passado, a identidade de gênero não é um desajuste mental. Entretanto, qualquer afirmação de patologização, ou seja, a afirmação de ser uma "doença" do transgênero pode representar a violação dos direitos humanos do indivíduo (CROCHIK, 2006).

A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DIÁLOGO ENTRE AS PLURALIDADES

Ainda que o movimento homossexual possa ter representado avanços pelas conquistas e ampliações de direitos às diversidades sexuais, a relevância ao sistema de crenças e valores próprios atua como reprodutora e instrumento de negação, dominação e exclusão da lógica de pensamento heterossexual, "como se a homossexualidade fosse 'contagiosa', cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade" (LOURO, 1999, p. 29).

Nesse sentido, é considerável ressaltar que a homofobia parte do preconceito em relação à diversidade sexual, visto que as vítimas pertencem a "diferentes" grupos. Como afirma Louro (2001, p. 29):

> [...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola

> cria uma homofobia compartilhada com a família e com outros espaços sociais, expressando uma certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa, como se a homossexualidade fosse ‘“contagiosa.

Ao discutir as formas de preconceitos que fazem parte do ambiente escolar o/a educador/a encontra a forma de desprendimento dos preconceitos advindos de uma lógica de acolhimento das diferenças. Omitir-se diante desses temas, mesmo que dividam opiniões, é dar oportunidade ao preconceito dentro da própria escola. Por isso, as instituições escolares necessitam trazer para debates as demandas das pessoas LGBTs.

Com a integração dos novos perfis de estudantes, estão emergindo transformações nas estruturas pedagógicas: da ação docente ao espaço físico. Louro (1999) indica que a escola se constitui como um espaço de (re)produção de sujeitos padronizados, sendo necessário o investimento e a ressignificação da relação teoria e prática. Em síntese, a missão da escola é educar. Por essa razão, pensar e organizar essa missão exige abordagem ao contexto temporal e sociocultural.

Para isso Batista (2008, p. 45) afirma que:

> Investiga-se e avalia-se a si própria. Sabe onde está e para onde quer ir. Com vias a tal objetivo elabora o Projeto de Escola que é um documento que define a política educacional da escola. A escola deverá estabelecer um currículo adequado aos alunos e ao contexto em que se insere, tendo princípios diferentes dos tradicionais.

Constatar que nos modelos de conteúdos devem estar presentes as questões de identidade sexual e de gênero, significa a escola estar à frente de todos aos assuntos a esse respeito. Quanto a isso, as questões referentes à diversidade encontram-se presentes nos mais diversificados assuntos e nas diferentes áreas de conhecimento. Estar mediando e gerindo a gestão pedagógica, é construir relações de equidade e o respeito às diferenças.

Considerando esse contexto:

> A educação pode adquirir um papel instrumental de mudança desta realidade de inacesso a direitos sociais e garantias fundamentais que caracterizam a subcidadania LGBTs. Assim sendo, reconhece-se aqui a sua importância enquanto ciência deslegitimadora dos pré-conceitos e prática emancipadora e libertária dos indivíduos, seguindo-se o ideal freiriano (NUNES, 2015, p. 204).

As discussões, se mediadas pelas orientações docentes, garantem o respeito e a participação conjuntamente com a finalidade de desconstruir preconceitos e a discriminação. Ao observar as discussões sobre a diversidade sexual, retoma-se a pedagogia do oprimido na reflexão-ação-reflexão docente na qual Freire, (2014, p. 60) aborda as questões: "saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber". Diante dessa prática o docente estaria atento aos movimentos da contemporaneidade, também com olhar às subjetividades individuais e coletivas as quais necessitam estar em par com o respeito e a autonomia de ser.

Louro (1997) evidencia a instituição de ensino como espaço em que as desigualdades se caracterizam. Desta forma, incumbida em classificar os integrantes discentes, assim, a instituição de ensino

ordena e hierarquiza de acordo com a heteronormatividade que é vista como "a ordem sexual, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero" (MISKOLCI, 2012, p. 46-47).

Buscar pelo rompimento da lógica conservadora e machista, enraizada na sociedade, é o princípio para que a escola desconstrua as ações conservadoras. Para Freire (1996), a autonomia é uma perspectiva pedagógica para desconstruir o transgressor da natureza humana.

As concepções freireanas sobre o respeito, a autonomia e a ética aos educandos, bem como a pertinência da gestão pedagógica apontam a emergência da conscientização da sociedade contemporânea a respeito da diversidade sexual. Ao docente, cabe gerir a prática e acolher as singularidades, interpretar as subjetividades proporcionando autonomia para que se desconstruam os "padrões" e se ultrapassem as condutas culturais consideradas corretas pela sociedade.

Para alcançarmos uma educação que vise a emancipação dos sujeitos, será necessário o diálogo. Estabelecer o horizonte de uma sociedade que contemple todas as subjetividades e rechace toda e qualquer forma de discriminação à violência LGBTs nas escolas, os docentes, enquanto gestores pedagógicos da sala de aula, precisam ser eficientes na resolução de tais problemas.

Diante disso, entende-se que a escola, enquanto instituição, ainda é fundamental na disciplinarização dos corpos, na contemporaneidade; por esse viés, verifica-se que a escola tem fundamental papel na construção da subjetividade dos sujeitos. Subjetividade que também é trabalhada pelas mídias, na formação de sujeitos consumidores com mais possibilidades de obter sucesso profissional; a diferença aqui é que a escola pode ser regulada bem

como seus docentes, através do currículo e sua forma de aplicação; ou seja, a estrutura da escola pode ser modelada (LOURO, 1999).

Logo, a escola é vista como palco e meio de luta, em que, ao mesmo tempo que é instrumento disciplinador da sociedade é também meio que disponibiliza as discussões, possibilitando autonomia e criticidade. Tal importância, da escola, justifica o interesse de movimentos como o Escola Sem Partido (ESP) – o qual intitula-se apartidário, constituído, porém, por ideais políticos capitalistas e conservadores, cuja bandeira e pauta foram transformadas em projetos políticos apoiados por vereadores, deputados e demais políticos que se denominam anti-esquerdistas (KATZ; MUTZ, 2017) –, com o intuito de tomar medidas que inibam e controlem a sociedade, através de uma educação coerciva.

Outra crítica que se aponta é o papel que a escola vem desempenhando, uma vez que ela foi pensada enquanto uma das instituições necessárias ao disciplinamento e a formação de classes trabalhadoras, com a função principal de disciplinar e formar trabalhadores(as) sob a perspectiva capitalista: o que justifica, na medida em que a escola passa a configurar um modelo de educação que ascende a classe operária, passa, imediatamente, para status de inimiga do desenvolvimento econômico do país, e a função normalizadora passa a ser vista como empreendedora.

Dentro dessa perspectiva, o movimento escola sem partido se torna a voz, sob o manto da neutralidade empreendedora, de setores conservadores, empenhados na manutenção das hierarquias e dos sistemas de valores ditados pelo capitalismo, pregando, coercivamente, o ajuste da sociedade ao modelo hegemônico, assim:

> Espaços formais de educação são confundidos com espaços informais, e pessoas não especializadas em discussões pedagógicas questionam a autonomia escolar e o exercício da docência – ferindo por sua

> vez os princípios legais da liberdade de ensino, do pluralismo de ideias e da tolerância (JÚNIOR *et al*. 2018, p. 102).

Nesse contexto – para convencer as pessoas – são apresentadas como bandeiras noções de valores relacionadas à família, infância e tradição, empregadas ao senso comum para justificar a desigualdade social, a aniquilação de direitos e a própria manutenção dos privilégios de algumas esferas. Contudo o estudo não se aprofunda nas ideias que sustentam este movimento que atribuindo à esquerda a ideia de negação a tudo que corresponde/considera tradicional/normal: como a família constituída pelo relacionamento heterossexual e o cristianismo.

Essa conjuntura também retrata a situação da educação, na atualidade, conforme pontuam Santos e Veiga (2020, p. 303), para os quais "a escola, instituição essencial para análise e crítica as diferentes formas de opressão social e de violência simbólica, deve estar aberta para o debate e para as diferentes concepções de mundo", representando, através de vários olhares, uma forma de enfrentamento e defesa da educação para que os(as) professores(as) possam entender o contexto que os transforma em "inimigos da família e das crianças".

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo realizou uma revisão sistemática, sobre as principais questões de identidade sexual e de gênero na educação. Assim sendo, a pesquisa possui caráter descritivo/interpretativo, pois segundo Gil (1999), esse tipo de estudo busca não somente descrever as características de populações ou fenômenos, mas interpretá-los.

Para o levantamento de dados, foi utilizado uma abordagem a partir da análise da produção científica brasileira, realizada neste estudo, sobre identidade sexual e de gênero, com base em dados utilizados pelas técnicas bibliométricas. Moraes (2013) afirma ser a pesquisa bibliométrica uma análise para as produções científicas, o que permite a sustentação para a produção de novos trabalhos. Neste estudo, buscou investigar dados em séries quantitativas e temporais, para que fossem apontadas as principais demandas de análise num determinado período de tempo. Na sequência, esta abordagem foi embasada pelas análises dando sentido à interpretação, as quais, segundo Bardin (2011), uma vez que pautadas por inferências que buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

Os dados, analisados neste estudo, foram coletados na Base de Dados EDUCA do portal da biblioteca da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG (Disponível em: <https://www.biblio.fae.ufmg.br>). Esta pesquisa foi realizada durante o mês de maio e junho do ano de 2019.

A partir da coleta de dados, foi desenvolvida uma planilha eletrônica com o objetivo de sistematizar as seguintes informações da Base de Dados EDUCA: (I) Total de periódicos selecionados; (II) considerados periódicos de ciências humanas; (III) critérios de inclusão: os artigos escritos em Português; (IV), identificar artigos que contemplassem o tema "identidade sexual e de gênero"; (V) categorizar por área sob a perspectiva de análise de conteúdos de acordo com Bardin (2011); para o qual, trata-se deum conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a discursos extremamente diversificados, enriquecendo a tentativa exploratória, procurando conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras ou mensagens transmitidas.

Tratou-se, portanto, de uma análise de conteúdo que permitiu a leitura profunda dos textos selecionados, que direcionando à descoberta das relações existentes entre o significado do discurso e os aspectos exteriores, permitindo a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo.

ANÁLISE DE DADOS

A principal forma de análises, para contemplar o objetivo deste estudo, foi a pesquisa que elaborou levantamentos sobre estudos anteriormente publicados.

A primeira (I) análise do estudo se concentra nos principais periódicos brasileiros em Educação, destacando os seguintes dados: neste primeiro momento de seleção, foram considerados oitenta artigos de interesse.

Na segunda (II) inserção, foram selecionados periódicos de ciências humanas, sob o critério de inclusão aqueles que contemplavam a identidade sexual e de gênero na escola de Educação Básica

Ao considera o terceiro (III) critério de inclusão, foram selecionados os artigos escritos em português, língua materna brasileira.

O quarto (IV) critério utilizado, constituiu em identificar quais dos periódicos pré-selecionados contemplavam a temática, "identidade sexual e de gênero". Em vinte e seis artigos, foi possível identificar, no resumo, o assunto identidade sexual e de gênero na sala de aula da Educação Básica.

O quinto (V) critério consistiu em realizar a classificação dos vinte e seis artigos, analisando as linhas de estudos neles

caracterizadas. Na sequência, foi apresentada a análise de conteúdos sob a perspectiva de Bardin (2011), o qual destaca que a categorização é um procedimento de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Para dar continuidade ao estudo, sobre os aspectos qualitativos, após a categorização dos temas emergentes, foram trabalhadas sob a perspectiva de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a classificação por semelhança, seguindo critérios previamente estabelecidos, ou definidos no processo, os quais, segundo Bardin (2011), originam categorias temáticas, através das quais cada conjunto de categorias fundamenta-se em critérios.

O momento da descrição é, sem dúvida, de extrema importância na análise de conteúdo, pois é o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. Uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, é preciso comunicar o resultado deste trabalho.

Na fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises, dando sentido à interpretação, uma vez que, as interpretações, pautadas em inferências, buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras, para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

Conforme mencionado anteriormente, esta produção é uma pequena reflexão sobre a incorporação do debate, a respeito das diferenças no cotidiano escolar, na Educação Básica e nos currículos de formação de docentes.

Diante do raciocínio de que as diferenças contribuem para as opressões, uma vez que reforçam a posição de favorecimento ao padrão normativo, cultural hegemônico, no qual o "diferente" é posicionado como o inferior, a contraposição ao público LGBT, nas escolas não deve ficar condicionada, conforme afirmam Groff,

Maheirie e Mendes (2015, p. 1440), "[...] às decisões do campo consensual ou às legislações que intencionam silenciar as diferenças e a pluralidade dos modos de vida presentes no universo escolar". Enquanto profissional da educação, ao docente cabe promover reflexões e discutir estratégias para que as instituições escolares, na representatividade docente, exerçam, a partir de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, temas que envolvam a questão das diferenças.

Promover discussões, a fim de ampliar olhares sobre as diferenças, contribui para o entendimento e a compreensão de que construímos uma cultura pautada na discriminação e na intolerância às diferenças (CANDAU, 2012). A identidade é marcada por diferenças que são constituídas no seio da cultura, que atribuem sentido de acordo com a cor da pele, o sexo e a posição de gênero assumida. Nesse contexto, apresenta-se o esclarecimento de que a escola pode tanto dar continuidade a preconceitos e estereótipos como favorecer a criação de espaços em que se discutam as diferenças e o respeito às diversidades.

Diferenças sobre a desigualdades são apresentadas na escola tanto quanto as memórias, apresentadas por familiares que consideram a homossexualidade como ato depreciativo de vivencias humanas. A escola, desde seu início, exerce, com naturalidade, uma função distintiva, conforme pode ser observado através das evidências, "a escola se nega a perceber e a reconhecer as diferenças entre alunos, mostrando-se 'indiferente ao diferente', em relação aos estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros" (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

Em complementação, Bento (2011) sustenta que a escola é uma das instituições que demonstra incapacidade de aceitar as diferenças. É na escola, portanto, que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzida. Da mesma forma, observa-se que a construção de diferenças na escola está atravessada por todas as

práticas, “que tão ou mais importante do que é dito, é o que não é dito, aquilo que é silenciado. O silêncio, no caso das diferenças de gênero e sexo, além de reproduzir a discriminação, parece ser a garantia de uma ordem” (LOURO, 2008, p. 67).

Considerado a escola como espaço público, o qual é marcado pela convivência entre as diferenças e, mais do que identificar e nomear a norma, ela pode levar à obviedade que intercala as diferenças e a forma de olhar. Lopes (2013) aponta que as diretrizes, ao redimensionar as definições e padronizações da sexualidade, criam o diálogo transversal sobre as diversas possibilidades de se adentrar e dar sentido ao assunto. Com isso, novos conceitos estão sendo abordados na busca de assertivas e alternativas para que as diferenças sejam problematizadas em ambientes sociais, sobretudo na escola.

Enquanto resultados, após profunda análise interpretativa dos textos selecionados para este estudo, não foi difícil perceber a permanecia do conservadorismo e da resistência de inclusão do público LGBT na gestão do processo pedagógico. Percebe-se que o papel da escola, no que se refere à diversidade sexual, se reforça através do silêncio é fortalecido os mecanismos dominantes da heteronormatividade. Além disso, acrescenta-se a negação na abordagem comum da homossexualidade e as diversas expressões realizadas pela escola, que transparecem pelos limites de tolerância e de respeito com os pares, omitindo as diversas subjetividades dos seres que constituem suas próprias singularidades.

> O respeito, o reconhecimento de singularidades de indivíduos e grupos e a valorização da pluralidade cultural não só podem humanizar a construção do conhecimento, como também podem se revelar fatores indispensáveis para se desenvolverem a criatividade e o pensamento crítico e consciente. O

> respeito à diversidade é elemento imprescindível para se garantir a formação para cidadania e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem – convém repetir, em favor de cada pessoa (JUNQUEIRA, 2009, p. 388).

Ademais destas diferenciações, o que se nota é que o argumento relatado nos textos aponta a sociedade como responsável por reproduzir valores culturais que se agregam a sexualidade biológica como a "normal". Ao considerar esta premissa, percebe-se os desafios, de se construir uma educação que reconheça as diferenças, isso é, a diversidade sexual e a identidade de gênero em sua pluralidade.

Outro desafio apontado se se referem aos discursos predominantemente religiosos e repressivos, os quais emergem o monogâmico como o idealizado e aceito. Segundo Chauí (1985, p. 9): "A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade". Consequentemente, trabalhar com a base nas demandas das diversidades sexuais e das identidades de gênero, protagonizados pelo ambiente escolar, é o que propõe à gerir o pedagógico, ou seja, suporte pedagógico,

> pensar eticamente sobre que discursos da diferença estão nas salas de aula, na pedagogia e como a educação pode pensar sobre isso. Um outro é pensar as estruturas da contradição/desaprovação/negação dentro da educação ou a rejeição – quer seja curricular, social ou pedagógica – para empenhar uma percepção traumática que produz o sujeito da diferença como uma quebra/ruptura/um rompimento

> com o exterior do estado normal (BRITZMAN, 2000, p. 92).

Vale ainda considerar as diferenças inerentes ao processo educativo, ressaltadas pelos autores, de que a escola se omite em perceber e a identificar as diferenças, mostrando-se "indiferente ao diferente"; uma vez que, professores/as costumam dirigir-se aos estudantes como se ali não houvesse um gay, uma lésbica, um/a bissexual, desconsiderando a identidade sexual.

As questões referentes à sexualidade não se limitam ao individual, ao contrário, buscam compreender as atitudes e os valores coletivos, considerando a necessidade de contextualizar os aspectos culturais. Por meio das convivências é que se definem – por exemplo – as relações de gênero, ou seja, segundo Saffioti (2004), essas descrições definidas de sexualidade como antagônicas, em que a divisão da humanidade deixa categorizados dois grupos, que apresentam oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Considerável à postura de educadores, tornam-se necessárias, reflexões que busquem os valores democráticos em relação às questões de diversidade, identidade sexual e de gênero. Por meio do trabalho pedagógico podem se transmitir a valorização da equidade entre as múltiplas relações e a dignidade de cada um, individualmente. Compreende-se que, na sociedade, não existem índices para medir a homofobia, e que "na verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão" (BENTO, 2008, p. 129).

Dar significância às relações de diferenças no espaço escolar, requer atenção à identidade e a maneira de como conduzir o processo e os significados dos comportamentos. Construções diferenciadas, como diversidade/identidade sexual e de gênero, apresentam

questões contextualmente existenciais, resultando na desigualdade e nas diferenças, exploradas pela opressão do igualitarismo, apontado pelas formas "democráticas" de relacionamentos em sociedade. Ou melhor, "não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser igual" (BENTO, 2008, p. 131-132).

O conceito de gênero expõe as representações sociais que ainda predominam na contemporaneidade. O uso dessa concepção consentiu no abandono da explicação entre as diferenças existentes, os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Tal demonstração revela que muitos discursos docentes e/ou institucionais estão recheados de moralidade. Por isso, as dificuldades em abordar esse assunto no cotidiano escolar se encontram alicerçadas em barreiras constituídas na exposição de ideias preponderantes – contribuindo – para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (MADUREIRA, 2007).

As recomendações apresentadas à docência, enquanto saberes necessários que contemplem a prática, enfatizam a democracia e a autonomia da escolha do "ser" do educando, assim como o inacabamento de ambos, docente e discente. Freire (1996) destaca que – enquanto docente – necessita-se ter consciência do inacabamento subjetivo diante da ética, respeitar a autonomia do educando, o autor também complementa que o respeito à dignidade se acentua na emergência das temáticas de Identidade de gênero e sexualidade.

Diante da pluralidade contemporânea, pode-se tornar exemplo as relações de gênero, sobre as quais Corrêa (2003) identifica – que na atualidade perante a diversidade sexual – docentes e discentes ainda não dispõem de atividades que superem as práticas preconceituosas. Segundo a autora, para além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual,

permeiam as questões em que "a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar" (CORRÊA, 2003, p. 133).

A escola designada à sociedade, por sua vez, tem demonstrado atitudes classificatórias além disso ela, se constitui em diferentes configurações de acordo com a classe social que atende. Projetada, inicialmente, para amparar o público específico, ela vagarosamente se reconfigurou para acolher aqueles, de outrora haviam sido negadas. Com a integração, os novos perfis de estudantes estão exigindo transformações nas estruturas pedagógicas, entre elas se incluem a ação docente e espaço físico. Diante da configuração atual, a escola corrobora com as diferenças entre seus participantes. Logo, a natureza humana é reforçada diante da postura ética, esta transgredida pelas discriminações, inclusive pelo discurso fatalista sobre os conteúdos de identidade de gênero e sexualidade.

Para Butler (2003), as representações contextuais sobre a identidade sexual e de gênero são um ponto centralizado entre as relações culturais históricas. entendimento de diversidade de gênero.

> Na nossa cultura, em relação ao parâmetro que rege as identidades de gênero, o conceito comum de transgeneridade é o de uma condição possível de indivíduos assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento. Em outros termos, acontece a transgeneridade quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino (MODESTO, 2013, p. 49).

O termo “transfobia”, por sua vez, é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação, o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneros. Entende-se como transgênero o indivíduo que de alguma forma não se identifica com o seu sexo biológico de nascimento; identifica-se com ambos os sexos ou com nenhum deles (JESUS, 2013).

Frente a tais situações, apresentam-se como necessárias relações do trabalho pedagógico que contemple as subjetividades de cada ser e o compreende pela sua liberdade de ser e estar a pertencer e conviver em condições de equidade. Por conseguinte, a postura do profissional da educação precisa estar de acordo com valores sociais democráticos que garantam a equidade entre as relações de gênero e a dignidade humana de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo investigar, através de revisão sistemática, as principais questões de identidade sexual e de gênero na educação, essa, deve ser também um espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Consideramos que o sentido de gênero enquanto instituição, se dá através da mídia e da disseminação do discurso, foi possível constatar que descaracteriza a subjetividade docente e autoriza, abrindo espaço para que estudantes de Ensino Fundamental e Médio, donas de casa, pais, mães e responsáveis pelas crianças e adolescentes, padres e pastores, mídia televisiva – digital e redes sociais – ganhem dimensões a ponto de construírem verdades que colocam em xeque, ou seja, questionam a subjetividade docente, através de efeitos de dominação.

Diante disso, é preciso estar alerta-se sobre a disseminação de “verdades”, a respeito da educação, que se disseminam sem se

preocupar com uma reflexão teórico-epistemológica, são propagadas e tidas como verídicas, devido a suas repetições exaustivas, por diferentes meios e instituições, tratam-se, pois, de reproduções que caem no senso comum.

Em contrapartida, caracteriza-se esse movimento de retrocesso/de luta para que se mantenha o poder de controle sobre os corpos, acabam também por produzir, através da subversão e resistência desses mesmos corpos, os quais tenta controlar, ao passo que os assuntos tabus passam a ser potencializados nas discussões, reforçando o conceito do cuidado de si.

Nesse cenário, emerge, de forma latente, a necessidade de proporcionar debates sobre a posição social da escola pública no atual contexto da educação.

Portanto, pensar na subjetivação docente torna-se necessário, uma vez que aquilo que nos sensibiliza é também o que move e faz avançar em relação aos saberes e as verdades.

Para tanto, considerando a instituição de ensino – de modo especial – a educação em sua condição de completude, apresenta-se como ferramental, para que se constitua a nossa sociedade que, ao mesmo tempo em que contribui para manter e reproduzir as desigualdades entre as identidades sexuais e de gêneros, também compõe um importante mecanismo de mudança e de aproximação a uma condição mais igualitária entre homens e mulheres.

Uma educação disposta a assegurar a diversidade humana necessita de exercícios, tolerância e respeito ao convívio com a diversidade, por isso, instiga a olhar o outro com olhos de sensibilidade e disposição de alteridade.

A instituição escolar foi constituída na história da humanidade, enquanto espaço de socialização do conhecimento formal. O processo de educação vai além do formal, ele possibilita

novas formas de pensamento e de comportamento: através das artes e das ciências o ser humano, transforma sua vida e a de seus descendentes. Portanto, a escola representa, um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências pedagógicas imobilizadoras, mas buscar metodologias que disseminem e dialogam com o conhecimento contemporâneo.

Nessa direção, as relações de gênero – incluídas no currículo da escola – são fundamentais, porque buscam contribuir com a promoção da igualdade, na medida em que promovem o respeito à diversidade.

Portanto, a escola, enquanto espaço social, tem como função proporcionar a convivência com a diversidade, constituindo-se um espaço de discussão de questões referentes à diversidade de gênero.

Ao final deste estudo, fica como ponto de reflexão a importância das instituições educacionais – enquanto espaço capaz de possibilitar uma rede dialógica entre professores, equipe gestora, pais, mães e responsáveis, contemplando a diversidade –, tornando-se, dessa forma, um ambiente inclusivo, através da informação e do respeito com o outro; possibilitando a quebra da barreira do silêncio e, firmando-se como um espaço saudável ao desenvolvimento de práticas educacionais que contribuam à plena convivência. Além disso, também é importante refletir sobre a ausência da defesa do debate e da conscientização a respeito da diversidade sexual, para que esta tenha de fato um lugar de fala e de escuta que não seja pautado pela opressão.

Com isso, além de reforçar a defesa e o empoderamento no debate da sexualidade, ao gerir o pedagógico, dentro da sala de aula, o(a) professor(a) poderá desconstituir as tendências religiosas que se propõem a debater sobre a sexualidade unicamente no ponto de vista biológico.

Ao finalizar propomos que o diálogo sobre a identidade sexual e de gênero se apresente em diversos contextos pondo a transversalidade na documentação pedagógica de classe para que não se mantenha o isolamento, dispondo de abrir espaço à diversidade. Com isso, a ideologia do azul e do rosa: sexualidade e gênero na educação – ao passo que a ideia, nos remete ao entendimento – cristalizado – de que o comportamento, idealizado, configura-se apenas através do modelo masculino e feminino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, C. A. **Educação e Sexualidade**: um diálogo com educadores. São Paulo: Ícone, 2018.

BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BRITZMAN, D. "Curiosidade, sexualidade e currículo". *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. Sujeitos do sexo/gênero/desejo *In*: **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2003.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CORRÊA, L. B. **A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar** (Dissertação de Mestrado em Educação). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, J. G. "Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio". **História Agora**, vol. 16, n. 2, 2013.

JUNQUEIRA, R. D. "Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal". *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC / UNESCO, 2009.

KATZ, E. P.; MUTZ, A. S. C. "Escola sem partido produção de sentidos e disputa em torno do papel da escola pública no Brasil". **ETD - Educação Temática Digital,** vol.19, janeiro-março, 2017.

LOURO, G. L. "Heteronormatividade". *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: MEC / UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. "Pedagogias da sexualidade". *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. "Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação". **Estudos Feministas**, vol. 9, n. 2, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MADUREIRA, A. F. A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola:** a construção de uma cultura democrática (Tese de Doutorado em Psicologia). Brasília: UnB, 2007.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MODESTO, E. "Transgeneridade: um complexo desafio". **Via Atlântica**, vol. 1, n. 24, 2013.

MORAES, R. O. *et al*. "Gestão Estratégica de Custos: Investigação da Produção Científica no Período de 2008 a 2012". **Anais do XX Congresso Brasileiro de Custos**. Uberlândia: CBC, 2013.

NUNES, L. V. "Por uma educação que reconheça a diferença LGBT". P**sicologia Política**, vol. 15, n. 32, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. S. “Para uma concepção multicultural de direitos humanos”. **Contexto Internacional**, vol. 23, n. 1, 2001.

SANTOS, D. B. C.; VEIGA, K. “Os efeitos do poder usado pelo projeto escola sem partido na docência”. **Caderno Gênero Tecnologia**, vol. 13, n. 42, 2020.

SANTOS, D. B. C.; VEIGA, K. “Os efeitos do poder usado pelo projeto escola sem partido na docência”. **Caderno Gênero Tecnologia**, vol. 13, n. 42, 2020.

CAPÍTULO 7

Violência de Gênero, Ativismo Judicial e a Aplicação da Lei Maria da Penha para Mulheres Trans

VIOLÊNCIA DE GÊNERO, ATIVISMO JUDICIAL E A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES TRANS

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Elói Martins Senhoras

No Brasil, a violência de gênero continua ocupando negativamente os primeiros lugares do ranking nacional de crimes contra a pessoa. Conforme o Atlas da Violência (2018), no ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, sendo uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, com um aumento de 6,4% em dez anos. Em relação às vítimas inseridas na população LGBT+[20] segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais– ANTRA (2018) somente em 2018, até o mês de outubro, foram assassinadas 130 vítimas travestis, mulheres transexuais e homens *trans,* no Brasil.

Verifica-se ainda quando se insere o Brasil no contexto internacional, que o mesmo é o país mais letal para a população LGBT+ já que matou cerca 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, figurando infelizmente no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras, superando países que como o Irã, na Arábia Saudita, consideram o homossexualismo como crime punível com pena de morte, onde nos últimos oito anos registrou a morte de 01 pessoa (TGEU, 2016).

[20] LGBT+ é o anacrônico popularmente difundido dos termos: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pan/Polisexuais e mais (FREDRIKSEN-GOLDSEN, 2016).

Conforme a Tabela 1, o Brasil matou quase quatro vezes a mais entre janeiro de 2006 e junho de 2018 que o segundo país mais letal para homossexuais nas américas, sendo o México que no mesmo período registrou o total de 259 indivíduos, superando ainda países com grande instabilidade na segurança pública como a Venezuela e a Colômbia com 109 mortes cada e Honduras e El Salvador com 86 e 29 mortes respectivamente nos últimos oitos anos.

Diante desse contexto de grave vulnerabilidade da população LGBT+ em território brasileiro, fica claro que mesmo com mais de uma década de existência da celebrada e idealizada Lei Maria da Penha (LMP) publicada em 2006, como e conhecida a Lei Federal n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006), que a mesma abrange e protege apenas as vítimas biologicamente consideradas mulheres, ou seja, do sexo feminino, omitindo seu âmbito para o gênero feminino ou mulheres latu sensu, o que independe do sexo biológico de nascimento do indivíduo, se feminino ou masculino, conforme o presente estudo.

Tabela 1 - Os dez países americanos mais letais para LGBT+ (janeiro/2006 - junho/2018)

País	Mortes
Brasil	868
México	259
EUA	146
Colômbia	109
Venezuela	109
Honduras	86
Argentina	48
Guatemala	39
República Dominicana	36
El Salvador	29

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: TGEU (2016).

Em primeiro lugar, é urgente esclarecer que não apenas as mulheres são indivíduos vulneráveis na sociedade brasileira, como, por exemplo, as pessoas com deficiência, os idosos, a população LGBT+, as crianças e adolescentes e os sem-teto. Conforme a Lei Maria da Penha (LMP) ao citar o termo "mulher" 70 vezes e citar apenas 05 vezes o termo "gênero" sempre referindo-se à mulher, conclui-se que o objeto de sua proteção é o sexo feminino (questões biológicas) e não o gênero feminino (questão social/psicológica), faltando assim, uma legislação específica para pessoas *trans* ja que os idosos, crianças e adolescentes possuem legislação específica, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e o Estatuto da Crianca e do Adolescente (BRASIL, 1990) respectivamente.

O movimento homossexual começou a se organizar no Brasil em 1978 com a fundação do Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo, e com a publicação do jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro, porem, no início dos anos 1980, o movimento sofreu um retrocesso devido às divergências políticas e à epidemia de AIDS, retomando o crescimento do movimento apenas na primeira metade da década de 1990 (FACCHINI, 2003). A questão da sexualidade tem sido resultado de estudos tanto no campo da medicina quanto da criminalidade. Até 1993 a homossexualidade era tratada pela Organização Mundial da Saúde - OMS como uma doença que precisava ser tratada e curada.

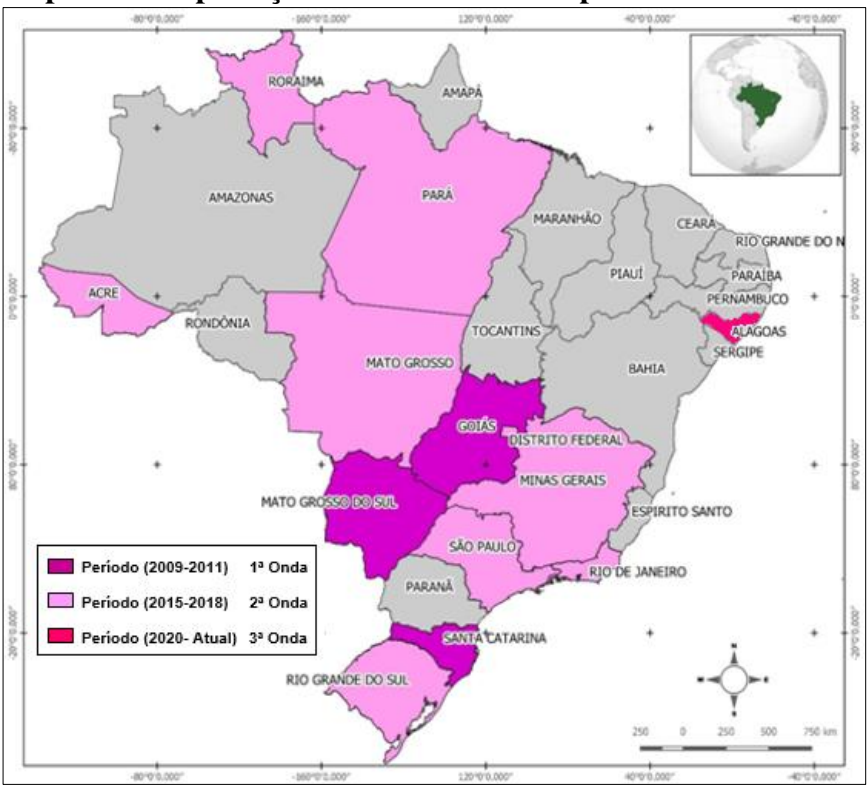
> Há décadas, modernas e sólidas pesquisas multidisciplinares internacionais garantem que "a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão". Já em 1970 a American Psychology Association, desde 1985 o nosso Conselho Federal de Medicina e desde 1993 a Organização Mundial de Saúde excluíram o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, deixando a homossexualidade de ser considerada "desvio e

> transtorno sexual". Em 1999 foi a vez do Conselho Federal de Psicologia promulgar portaria ratificando a normalidade da homossexualidade, em tempo que condenou as teorias e terapias homofóbicas. Tais resoluções, aliás, ratificam o que Freud já em 1935escrevia na célebre Carta a uma mãe americana: "O homossexualismo não é vício nem degradação. Não pode ser classificado como doença". E mais ainda: a despatologização da homossexualidade remete diretamente à defesa dos direitos humanos das minorias sexuais, tal como, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria e suas filiadas aprovaram resolução (MOTT, 2006, p. 509-521).

Atualmente, o Ministério dos Direitos Humanos através da Disque 100 recebe denúncias a nível nacional sobre violência cometida contra vítimas da comunidade LGBT+, e embora haja também uma organização da sociedade civil sobre o movimento, percebe-se que no país inexiste uma legislação penal específica para a punição de crimes transfóbicos, sendo esses punidos sob a luz do Código Penal Brasileiro ou pela interpretação extensiva de leis específicas (SENHORAS, 2018).

Sob a égide do artigo 2º da Lei Maria da Penha (LPM), como é conhecida a Lei Federal nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), onde toda mulher, independentemente de orientação sexual merece viver sem violência, o presente artigo analisa a aplicação da LMP a fim de incluir a população transexual e travestis do gênero feminino, *stakeholders* vulneráveis no âmbito da violência doméstica surgindo assim a necessidade de se ampliar a aplicação da LMP aos casos concretos, quando a utilização do termo gênero feminino é ampliacionista em relação à perspectiva biológica do termo sexo feminino.

Mapa 1 - Interpretação Extensiva da LMP para Mulheres Trans



Fonte: Elaboração própria. Baseada nas decisões judiciais pátrias.

De acordo com o Mapa 1, constatou-se que até 2018 conforme os dados do Judiciário apenas doze estados brasileiros haviam a interpretado amplamente o alcance da LMP em relação às mulheres travestis ou transexuais vítimas de violência doméstica. O Distrito Federal e o estado de Roraima foram os últimos entes federativos até então. Em Roraima tal posicionamento ocorreu devido à demanda institucional de alta violência contra a população LGBT+.

O Mapa 1 revela ainda a existência de três ondas de interpretação extensiva da LMP para mulheres trans sendo a primeira entre os anos de 2009 a 2011 onde apenas três estados, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, após três anos da promulgação da Lei Federal nº 11.340/2006, decidiram positivamente sobre a assunto. A segunda onda ocorre somente quatro anos após a primeira, no período de 2015 a 2018, abrangendo oito estados e o Distrito Federal, também com decisões favoráveis a mulheres trans no âmbito da Lei Maria da Penha. A terceira onda é engendrada por sua vez com decisões no estado do Alagoas no ano de 2020 e pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em 2022.

Observa-se ainda que o fenômeno do ativismo judicial, também conhecido como judicialização da política (SENHORAS; SOUZA CRUZ, 2014) se manifesta nesta temática da política de gênero pela interpretação extensiva da Lei Maria da Penha além da questão de gênero ou sexo feminino, já que em 2008 o Juizado Especial Criminal Unificado de Cuiabá determinou de modo pioneiro a aplicação de medidas protetivas de urgência em favor de um homem vítima de ameaças da ex companheira. O mesmo se repetiu em 2012 pelo mesmo tribunal. Decisão semelhante também foi proferida em 2011 pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul em favor de vítima homem (NASCIMENTO, 2013).

Nas duas primeiras ondas evidenciadas no Mapa 1 sobre a interpretação extensiva na interpretação da LMP, foi observado na pesquisa que nenhum tribunal da região Nordeste havia aplicado a LMP a mulheres transexuais e travestis, somente em janeiro de 2020 o juiz Alexandre Machado de Oliveira, do Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher do município de Arapiraca no estado de Alagoas, decidiu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada em casos de agressão contra pessoas trans dando assim início a terceira onda de julgados nesse sentido, inaugurando, assim, a região nordeste nesse tipo de decisão (ANGELO, 2020).

Em 2013, o Governo Federal publicou a Portaria n. 767, de 03 de julho de 2013 a qual instituiu o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com a finalidade de promover as políticas públicas de direitos humanos de LGBT nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2013) e a Portaria Interministerial nº 1, de 6 de fevereiro de 2015 que instituiu a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais(CIEV-LGBT) com a finalidade de prevenir, enfrentar e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra a população LGBT (BRASIL, 2015a).

Para fins da Portaria Interministerial nº 1, de 6 de fevereiro de 2015, entende-se por violência praticada contra a população LGBT qualquer ação ou omissão baseada no gênero, orientação sexual e identidade de gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, mas no Brasil, infelizmente os programas de governo se confundem com as convicções pessoais dos dirigentes da pasta e atualmente o denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos conforme disposto no seu site oficial, o seu organograma não apresenta nenhum programa especifico para a população LGBT+ apresentando os seguintes órgãos colegiados (BRASIL, 2021):

1. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
2. Conselho Nacional dos Direitos Humanos
3. Conselho Nacional de Combate à Discriminação
4. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
5. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

6. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
7. Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
8. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
9. Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
10. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
11. Conselho Nacional da Juventude

Fica evidenciado que em pleno século XXI, no ano de 2021, o Governo Federal Brasileiro não desenvolve nenhum programa específico ao público LGBT+ e muito menos deu continuidade aos programas de governos anteriores. Quanto à ausência de leis específicas e o atraso na aprovação dos projetos de lei próprios para a população em estudo, percebe-se a ausência de interesse político em deliberar sobre o tema, restando ao Poder Judiciário ponderar os casos concretos aplicando extensivamente a LMP (BRASIL, 2006) e a própria lei do feminicídio (BRASIL, 2015b) para proteger a população LGBT+ e punir seus agressores. Conforme Senhoras e Senhoras (2018):

> Por outro lado, frente aos freios sócio-culturais existentes, inclusive no Poder Judiciário nacional, surgiu o Projeto de Lei Federal 8.032/2014 para incluir na LMP a proteção para transexuais e travestis, embora se encontre desde agosto de 2015 parado, aguardando deliberação na Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, assim como o Projeto de Lei do Senado n° 191/2017 em tramitação. Conclui-se com base nas discussões previamente apresentadas na pesquisa que a Lei Maria da Penha define claramente que o seu

> objeto de proteção é a mulher do sexo feminino (questão biológica), razão pela qual novas alterações na legislação urgem como necessárias, uma vez que o gênero feminino (construção social) está fora da LPM e frente a esta lacuna as poucas decisões proativas do Poder Judiciário tiveram uma natureza de politização da lei, o que torna imperativo que o Poder Legislativo assuma sua responsabilidade para definir e harmonizar o tema sem qualquer necessidade ou eventualmente espaço para uma interpretação extensiva (SENHORAS; SENHORAS, 2018, p. 104).

Mesmo diante da inexistência de legislação federal específica para punir crimes cometidos contra pessoas inseridas no grupo LGBT+, no ano de 2016, a presidente da República, Dilma Rousseff, publicou o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 dispondo sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional encorajando vários estados federativos a editarem leis estaduais sobre o tema (BRASIL, 2016).

Em abril de 2022 o Superior Tribunal de Justiça – STJ decidiu positivamente no sentido de que o 5º da Lei Maria da Penha sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero, não deve ser aplicado tomando como base exclusivamente fatores biológicos e sim devendo ser aplicada a LMP bem como deferidas as Medidas Protetivas de Urgência também para mulheres *trans* como os tribunais aqui citados já o fazem desde 2009.

O número do processo não é divulgado por estar tramitando em segredo de Justiça, mas conforme a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ficou decidido que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra

mulheres transexuais, consideradas para efeito da aplicação da LMP que mulher *trans* é mulher também e tal conclusão deu-se com provimento a um recurso do Ministério Público de São Paulo e determinou a aplicação das MPU´s requeridas por uma transexual após ser agredida em casa por seu pai (STJ, 2022).

Cabe ressaltar que a citada decisão do STJ não cria Súmula Vinculante, porém, abre precedentes para os demais tribunais e juízes brasileiros se respaldem no sentido do mesmo entendimento, mas as mulheres *trans* continuam sem inclusão efetiva na Lei Maria da Penha, o que de forma indireta foi afirmado pelo STJ o fato de que a LMP foi criada em 2006 para mulheres no sentido biológico e as mulheres *trans* ou transgêneros dependem ainda diariamente de decisões judiciais com aspectos de interpretação extensiva.

Ex positis conclui-se que a Lei Maria da Penha é fruto do histórico movimento feminista e foi criada com o objeto da proteção do sexo feminino, ou seja, a mulher biologicamente considerada, não abrangendo o gênero feminino (questão social ou psicológica) nem muito menos o sexo/gênero masculino, porém, não impede a interpretação extensiva adotada isoladamente por magistrados no país e a partir de 2022 pelo próprio STJ, porém, observa-se a necessidade urgente de se aprovarem remédios legislativos específicos para a proteção efetiva dos demais vulneráveis do âmbito doméstico como a população LGBT+ que não se identifica como mulheres, mas vem sendo sistematicamente vitimada no país.

REFERÊNCIAS

ANGELO, T. “Juiz determina aplicação da Lei Maria da Penha em favor de mulher trans”. **Revista Consultor Jurídico**, janeiro, 2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br> Acesso em 08/04/2020.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. “Mapa 2018”. **ANTRA** [2018]. Rio de Janeiro: ANTRA/IBTE, 2018. Disponível em <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 28/10/2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06/10/2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Brasília: Planalto, 2015b. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessada em: 11/04/2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11/04/2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Portaria nº 767, de 03 de julho de 2013**. Brasília: MDH, 2013. Disponível em: <www.siabi.trt4.jus.br/biblioteca>. Acesso em: 10/04/2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Portaria Interministerial nº 1, de 6 de fevereiro de 2015**. Brasília: MDH, 2015a. Disponível em: <www. https://www.in.gov.br>. Acessado em: 10/04/2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Portal Eletrônico do MDH** [2021]. Brasília: MDH, 2021. Disponível em: <www.gov.br/mdh>. Acesso em: 10/04/2021.

FACCHINI, R. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. **Cadernos AEL**, vol. 10, n. 18-19, 2003.

FREDRIKSEN-GOLDSEN, K. I. “The Future of LGBT+ Aging: A Blueprint for Action in Services, Policies, and Research”. **Generations**, vol. 40, n. 2, 2016.

MOTT, L. “Homo-afetividade e direitos humanos”. **Revista Estudos Feministas**, vol.14, n. 2, 2006.

NASCIMENTO, I. C. A. “Da (in)aplicabilidade da Lei Maria da Penha aos homens vítimas de violência doméstica”. **Revista Jus Navigandi** [05/03/2013]. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em: 09/11/2018.

SENHORAS, C. A. B. M. “Medidas Protetivas: Discussões sobre o Projeto de Lei Complementar n. 07/2016”. **Revista Síntese Direito Penal e Processo Penal**, vol. 19, n. 111, 2018.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. “Aplicação da Lei Maria da Penha Para Vítimas Transexuais e Travestis”. *In*: SENHORAS, E. M.; SENHORAS, C. A. B. M. (orgs.). **Políticas públicas: Múltiplas agendas de Roraima ao mundo**. Boa Vista: EdUFRR, 2018.

SENHORAS, E. M.; SOUZA CRUZ, A. R. A. “Controle jurisdicional e judicialização das políticas públicas”. **Revista Síntese Direito Administrativo**, vol. 9, n. 104, 2014.

STJ - Superior Tribunal de Justiça. “Lei Maria da Penha é aplicável à violência contra mulher trans, decide Sexta Turma”. **STJ** [05/04/2022]. Brasília: STJ, 2022. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 23/05/2022.

TGEU – Transgender Europe. **TMM annual report 2016**. Berlin: TGEU, 2016. Disponível em: <www.transrespect.org> Accesso em: 28/10/2018.

CAPÍTULO 8

Homofobia e Violência de Gênero Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros no Brasil: Revisão Integrativa de Publicações (2010 – 2020)

HOMOFOBIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA DE PUBLICAÇÕES (2010 – 2020)

Patrick Leonardo Nogueira da Silva

Ana Clara Rodrigues Marques

Angélica Ruas Moreira

José Ronivon Fonseca

Valdira Vieira de Oliveira

Carolina dos Reis Alves

A homofobia corresponde a uma série de condutas, ações e sentimentos repulsivos em relação a pessoas homossexuais, bissexuais e, em alguns casos, contra transgêneros e pessoas intersexuais. Durante a manifestação da homofobia, os sentimentos que imperam para exemplificar a definição do termo são a antipatia, o desprezo, o preconceito, a aversão e o medo irracional. A homofobia é estudada como um comportamento crítico e agressivo, assim como a discriminação e a violência com base na concepção de que todo tipo de orientação sexual não-heterossexual é negativa (SILVA; FRANÇA, 2019).

O processo homofóbico apresenta manifestação por meio de diferentes vertentes com vários e diferentes tipos já registrados, entre os quais estão a homofobia interiorizada, homofobia social, homofobia emocional, homofobia racionalizada, além de outros. Há também idéias para classificar a homofobia, o racismo e o sexismo como um "transtorno de personalidade intolerante". Quanto às

formas mais abordadas, está a homofobia institucionalizada (por exemplo, promovida por religiões ou pelo Estado); a lesbofobia (a homofobia como uma intersecção entre homofobia e sexismo contra as lésbicas); e a homofobia internalizada, sendo esta uma forma de homofobia entre as pessoas com afinidade por outras pessoas do mesmo sexo, independentemente de se assumirem como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) (RONDINI; TEIXEIRA FILHO; TOLEDO, 2017).

A violência contra pessoas LGBT pode ser arquitetada individualmente ou coletivamente, como por parte da aplicação de leis governamentais visando às pessoas que contrariam as regras da heteronormatividade (COUTO JUNIOR; OSWALD; POCAHY, 2018). Um crime movido pelo ódio inicia-se quando os indivíduos são vitimados tendo em vista a sua raça, etnia, religião, sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Crimes de ódio contra LGBT na maior parte das vezes ocorrem porque os autores são homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos, entre outros. A sociedade também é co-responsável pela disseminação desses sentimentos negativos (EFREM FILHO, 2017). Muitos grupos religiosos, bem como defensores de ideologias extremistas, condenam este tipo de relacionamento propagando o ódio no meio, de modo a defini-la a termos como: fraco, doente e moralmente errado. Este tipo de violência dirigida às pessoas LGBT pode ser de forma psicológica e física, incluindo o assassinato. Estas ações podem ser causadas por hábitos culturais, religiosos ou políticos e preconceitos (ROSELLI-CRUZ, 2011).

Em maio de 2010, 76 países ainda criminalizavam atos sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo, sendo puníveis com a morte em sete países, sendo estes: Irão (desde 1979, o Governo executou mais 4000 pessoas acusadas de atos homossexuais), Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão, Iémen e Zonas da Nigéria e Somália (MANTOVANI, 2019). O insulto homofóbico

pode ir do bullying, difamação, injúrias verbais ou gestos e mímicas obscenos mais óbvios até formas mais sutis e disfarçadas, como a falta de cordialidade e a antipatia no convívio social, a insinuação, a ironia ou o sarcasmo, casos em que a vítima tem dificuldade em provar objetivamente que a sua honra ou dignidade foram violentadas (SOUZA; SILVA; FARO, 2019).

Sendo assim, este estudo objetivou analisar a homofobia e a violência de gênero contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no Brasil por meio de uma revisão das publicações científicas de 2010 a 2020.

MÉTODOS

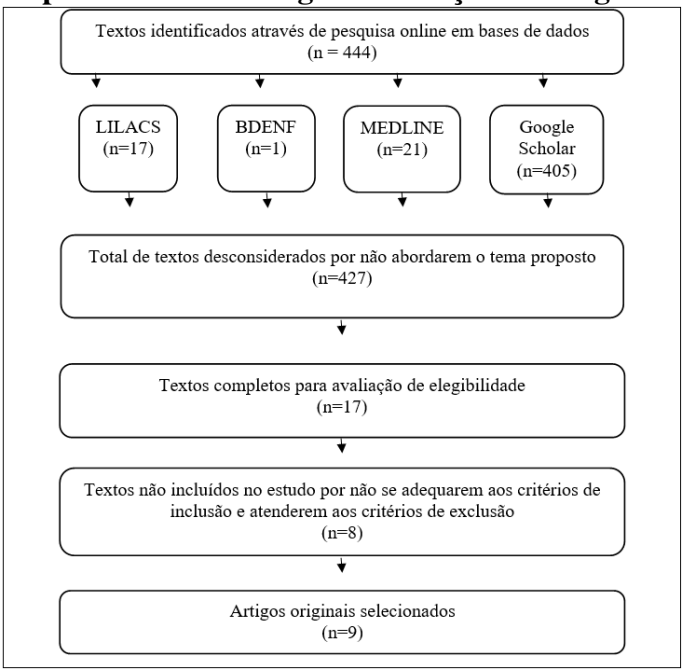
Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, do tipo revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados online da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sendo estas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Google Scholar. Quanto aos critérios de elegibilidade, foram adotados os seguintes critérios de inclusão para composição da amostra: (1) estudos gratuitos com disponibilização para download; (2) resumo disponibilizado na íntegra para leitura na língua portuguesa; (3) ser estudo original. Quanto aos critérios de exclusão, tem-se: (1) ser monografias, dissertações ou teses; (2) artigos oriundos do mesmo estudo. A captação dos artigos ocorreu durante o período de agosto de 2020 a setembro de 2020 pelo pesquisador responsável.

O levantamento da literatura científica foi realizado por meio de palavras-chaves presentes no site dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) (www.decs.bvs.br): “Homofobia”, “Violência de gênero” e “LGBT”. Durante a busca, os descritores foram dispostos em pares, sendo conectados por meio do operador booleano “AND”.

Para a captação dos artigos, utilizou-se um formulário semiestruturado como instrumento de coleta de dados. Ainda, utilizou-se o Software PRISMA para a avaliação crítica dos artigos publicados. Dos 17 artigos selecionados para leitura completa, um não foi incluído por se tratar de publicação que não se refere à população brasileira; três por não fornecerem dados sólidos e relevantes; quatro por serem textos repetidos, seis por não se tratarem de artigos originais e três por serem teses.

Na seleção final, nove artigos foram avaliados conforme fluxograma que apresenta o percurso metodológico do processo de seleção dos artigos originais (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma do percurso metodológico de seleção de artigos



Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS

Os dados dos artigos selecionados e refinados por meio de busca online nas bases de dados da BVS e, após aplicação dos critérios de elegibilidade da pesquisa, foram analisados, interpretados, compilados e sintetizados conforme as seguintes variáveis: autor, ano de publicação, objetivo, metodologia, resultados e conclusão. Ainda, os dados foram representados esquematicamente por meio do Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra de estudos após aplicação dos critérios de agilidade

Autoria	Objetivo	Metodologia	Resultados	Conclusão
Parente, Moreira e Albuquerque (2018)	Determinar o perfil de violência física perpetrada contra integrantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT).	Estudo transversal, quantitativo, realizado com integrantes LGBTT durante movimento social (Parada Gay) nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, Ceará, no mês de julho de 2013.	A maioria dos participantes pesquisados já sofreu algum tipo de violência de caráter homofóbico. Em primeiro lugar está a violência psicológica (78%), seguida pela violência física (31,3%) e sexual (18,4%).	É obrigação do Estado: garantir a efetivação de políticas públicas que afirmem os direitos humanos para toda a sociedade. E impedir as várias formas de intolerância e discriminação motivadas pela orientação sexual, por meio de medidas coercitivas.
Braga *et al.* (2018)	Analisar as experiências de adolescentes e jovens gays e lésbicas no processo de revelação da orientação sexual às suas famílias.	Estudo qualitativo realizado no interior do estado de São Paulo com 12 adolescentes e/ou jovens gays e lésbicas, com idades entre 14 e 24 anos.	A reação da família durante a revelação da orientação sexual e de forma, geralmente, violenta com expulsões, perseguições e repreensão. O que torna os jovens mais vulneráveis com impacto na saúde e qualidade de vida (QV) dos mesmos.	A família é um importante componente da rede de apoio social destes adolescentes e jovens, podendo potencializar a vulnerabilidade ou aumentar a resiliência, através do apoio social.
Fernandes *et al.* (2017)	Conhecer as percepções de	Estudo qualitativo,	As violências sofridas na	As agressões sexuais, familiares e

	jovens que se identificam como homossexuais ou bissexuais sobre violências vividas e identificar as possíveis relações com a vulnerabilidade ao *Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome* (HIV/AIDS).	descritivo, com uso da Teoria das Representações Sociais e do conceito de vulnerabilidade desenvolvido em um centro de controle de deficiências imunológicas com 13 jovens soroconvertidos entre 13 e 24 anos.	adolescência e início da juventude provocaram repercussões em aspectos da vida como bem-estar, relações interpessoais e familiares, autoconfiança e auto-proteção.	institucionais são percebidas pelos jovens como mais vigorosas ou intensas do que o Bullying e o preconceito. As situações de violência associadas à paixão intensa tornaram o jovem mais vulnerável ao HIV/AIDS.
Natarelli *et al*. (2015)	Conhecer os tipos de violência sofrida por adolescentes homossexuais e compreender a influência da homofobia na saúde dessa população.	Estudo qualitativo realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, com nove adolescentes homossexuais residentes em um município do interior de São Paulo.	Os tipos de violência relatados foram: física, verbal, psicológica e sexual. A homofobia provoca auto-percepções negativas, impede a aquisição de hábitos de vida saudáveis e promove ideações suicidas.	O adolescente homossexual encontra-se em situação de vulnerabilidade e são expostos a diferentes tipos de violência. A homofobia provoca quadros que caracterizam sofrimento mental e interfere na adoção de hábitos de vida saudáveis.
Mendes e Silva (2020)	Descrever as características dos homicídios de LGBT ocorridos no Brasil no período de 2002 a 2016, por meio de uma análise espacial.	Estudo quantitativo com utilização das taxas de homicídios de LGBT para facilitar a visualização da distribuição geográfica dos homicídios.	As vias públicas e as residências das vítimas são os lugares mais comuns das ocorrências dos crimes. As armas brancas são as mais usadas no acometimento contra homossexuais masculinos e as armas de fogo para transgêneros, mas ainda é comum os espancamentos, asfixia e outras crueldades com as vítimas. As vítimas estão na faixa etária entre 20 a 49 anos e tendem a ser brancas ou pardas. As regiões Norte, Nordeste e Centro-	Os homicídios contra LGBT são, em geral, "crimes de ódio" e um grave problema de saúde pública por vitimizar jovens, principalmente os transgêneros. Esses crimes precisam ser enfrentados pelo poder público, que se inicia pela criminalização da homofobia e de elaboração de políticas públicas que diminuam a cultura do ódio e disseminem o respeito à diversidade.

			Oeste apresentaram as taxas de homicídios de LGBT acima da nacional, justamente as regiões com IDH mais baixos.	
Albuquerque *et al.* (2016)	Determinar o perfil de violência psicológica perpetrada contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) no interior cearense	Estudo transversal, de abordagem quantitativa. Os dados foram coletados durante movimentos reivindicatórios LGBTT (Parada Gay) promovidos em junho de 2013 e contou com 316 participantes.	Entre os principais tipos de violência psicológica perpetradas estão os insultos proferidos por pessoas que se encontram fisicamente distantes (77,5%), seguidos de insultos proferidos por indivíduos que estão próximos (74,7%), e por pressões para alterar a orientação sexual (67,1%).	A violência psicológica é um Fenômeno complexo e multidimensional, reflexo do preconceito e hostilidade direcionados às expressões de sexualidade não heteronormativas, trata-se também de um problema de saúde pública.
Gois e Soliva (2011)	Examinar diferentes formas de violência cometidas contra jovens gays.	Estudo qualitativo realizado com 20 jovens universitários homossexuais do sexo masculino.	Cerca de 20% dos entrevistados já sofreram ao algum tipo de violência física na escola. A violência psicológica também foi recorrente e se apresenta pela repetição cotidiana de xingamentos e exclusão de atividades de lazer. Os ataques desencadeiam comportamentos autodestrutivos às vítimas.	As situações de violência homofóbica na escola foram geralmente desencadeadas pela identificação de características femininas no comportamento. A partir disso, as agressões sofridas conduziram a problemas emocionais e físicos. As instituições de educação básica são tidas como o ambiente onde ocorrem as primeiras agressões.
Souza *et al.* (2015)	Discutir as violências vivenciadas nas trajetórias percorridas pelas travestis (família, escola, delegacias, serviços de	Pesquisa qualitativa que buscou se aproximar do fazer etnográfico, procurando, acima de tudo, as concepções das	No trabalho de campo, foi observada desde o início a exposição das travestis à situações constantes de agressão física. São também vítimas de agressões verbais	As formas de violência sofridas pelas travestis têm impacto relevante em sua condição de saúde. Há um afastamento não apenas da família nuclear e seu suporte

	saúde), procurando, sobretudo, compreender como tais violências estão relacionadas às experiências nos serviços de saúde e como os serviços de saúde por elas acessados reagiram às violências.	interlocutoras sobre a violência	em vários ambientes, como família, escola, pontos de prostituição e espaços públicos.	material e afetivo, mas também de escolas e serviços de saúde e como consequência, os efeitos nos indivíduos participantes do estudo incluem depressão, tentativa de suicídio, ferimentos e outros tipos de agravos.
Silva *et al.* (2016)	Analisar a partir do perfil sociodemográfico as situações de violência contra travestis e transexuais.	Pesquisa transversal, descritiva, composta por 16 travestis e transexuais, realizada em Cajazeiras (PB).	As principais formas de violência contra travestis e transexuais foram: verbal (91,9%), psicológica (58,3%) e física (33,3%), ocorridas entre 24 horas e seis meses anteriores à pesquisa. A rua, a escola e os serviços de saúde fazem parte dos cenários das agressões. Vizinhos, membros da família e profissionais de saúde configuram-se como agressores.	Percebe-se um silenciamento e invisibilidade das agressões sofridas pela população de travestis e transexuais, refletindo a inibição dos direitos humanos e um encobrimento da realidade vivenciada por essa população. Faz-se necessária a implantação de redes de atenção à saúde à este grupo com o objetivo de inseri-lo de forma saudável na comunidade de forma a desconstruir estigmas e proporcionar melhor QV.

Fonte: Elaboração própria.

DISCUSSÃO

As principais formas de violência mais prevalentes mais enfrentadas pela população LGBT são: psicológica, física e sexual, respectivamente (PARENTE *et al.*, 2018). A agressão psicológica é apoiada na formulação de uma concepção estrutural prévia da

sociedade, expressa por meio de atitudes negativistas, tais como insultos, ameaças e perseguições (ALBUQUERQUE *et al*., 2016). A agressão física, por sua vez, é direcionada ao corpo do indivíduo e se caracteriza pela presença de lesões corporais oriundas de empurrões, tapas e, em casos mais extremos, pelo uso de armas brancas ou armas de fogo (PARENTE *et al*., 2018). A violência sexual é definida como uma ação na qual um indivíduo coage outro a realizar ou presenciar, contra a sua vontade, alguma forma de interação sexual. Pode-se citar o estupro, o assédio e qualquer outro tipo de prática erótica não consentida para exemplificar esta forma de violência (BRASIL, 2011). Ressalta-se que os danos psicológicos gerados na vítima são permanentes, de modo que a mesma apresentará dificuldades quanto à socialização dentro e fora do ambiente familiar.

Uma provável explicação para os episódios de agressão direcionados à população LGBT seria que a afinidade com outros indivíduos do mesmo gênero promova a segregação de uma idealização social heteronormativa, uma vez que os mesmos fogem de papéis sexuais e sociais culturalmente padronizados, de modo que uma pessoa deve constituir família, bem como descendentes (ALBUQUERQUE *et al*., 2016). Ademais, a violência é vista pelo agressor como uma forma de trazer a vítima de volta a "normalidade" (SOLIVA, 2010). Apesar de esse grupo lutar contra o preconceito e exigir os seus direitos, há ainda uma oposição a essas demandas por parte da sociedade, a carência de políticas públicas de proteção viabiliza a perpetração e a naturalização das violências direcionadas a este público (ALBUQUERQUE *et al*., 2016; SANTOS *et al*., 2018).

O conjunto das violências enfrentadas possui um forte potencial de degradação da QV do sujeito e podem deixar marcas profundas, elas agem como fator de segregação e sofrimento que torna o indivíduo mais vulnerável (PARENTE *et al*., 2018;

FERNANDES *et al*., 2017). Os episódios de violência geram quadros de grande sofrimento psíquico e estão associados à depressão, ansiedade, ideação e tentativa de suicídio e isolamento social (SOLIVA, 2010; NATARELLI *et al*., 2015). Além disso, jovens que não possuem sua orientação sexual aceita na família buscam afeto fora dela, e como consequência apresentam grande potencial de entrega, o que os torna mais susceptíveis a ações de risco, tal como a contração do HIV/AIDS (FERNANDES *et al*., 2017). Outra implicação é a limitação da liberdade imposta pelos pais aos filhos após o conhecimento da orientação sexual dos mesmos, como forma de restringir a sua sexualidade (SOLIVA, 2010; BRAGA *et al*., 2018).

Em relação aos cenários dos episódios de ódio, as minorias sexuais estão vulneráveis, independente do espaço onde estejam (PARENTE *et al*., 2018). A maioria das vítimas possui um longo histórico de violência no meio familiar e institucional. As agressões, muitas vezes, são praticadas na escola, onde geralmente se iniciam, e em locais de oração em nome da religião (FERNANDES *et al*., 2017; GOIS; SOLIVA, 2011). Elas também estão presentes nos serviços de saúde e são decorrentes do despreparo que os profissionais têm em tratar esse público, os atendimentos na maioria dos casos são descritos como rápidos e superficiais (NATARELLI *et al*., 2015). Quanto aos agressores, os principais responsáveis são pessoas desconhecidas que passam pelas ruas, seguido por amigos, familiares e ex-companheiros (PARENTE *et al*., 2018).

Souza *et al*. (2015) e Silva *et al.* (2016) abordam a violência sofrida por travestis em diversos contextos da vida que provocam impacto relevante em sua condição de saúde. Há um afastamento não apenas da família nuclear e seu suporte material e afetivo, mas também de escolas e serviços de saúde (SOUZA *et al*., 2015). Como consequência, os efeitos nos indivíduos incluem depressão, tentativa de suicídio, ferimentos e agravos dos mais diversos (SOUZA *et al*.,

2015; SILVA *et al*., 2016). A agressão física é um fator comum na vida de travestis, que ao procurarem atendimento em delegacias de polícia encontram um desdobramento da violência (SOUZA *et al*., 2015). Comumente denúncias de violência não são realizadas porque apesar de serem vítimas, as mesmas tornam-se as agressoras nos boletins de ocorrência e seus relatos não são tidos como verdadeiros (SILVA *et al*., 2016).

A discriminação também é encontrada durante a procura por assistência em saúde. Os serviços não põem um fim no ciclo de violência, pelo contrário, muitos transtornos são relatados no atendimento prestado, como a falta de conhecimento dos profissionais, a ineficácia na resolução dos problemas, o ato de tratar o paciente pelo nome de registro e olhares, falas e gestos que sugerem um julgamento moral às vítimas. Apesar da existência de documentos jurídicos que assegurem direitos a esses indivíduos, na prática não há aplicação, o que provoca uma desistência na procura por serviços e cuidados de saúde (SILVA *et al*., 2016).

Apesar de em 2019 o Brasil ter se tornado o 43º país a permitir a criminalização da homofobia e da transfobia ao enquadrar atos de preconceito contra homossexuais e transexuais no crime de racismo (BBC, 2019), ainda há muito que fazer para a garantia dos direitos das minorias sexuais. Os serviços e profissionais de educação, saúde e assistência social podem atuar como facilitadores desse processo, por meio da desconstrução de padrões discriminatórios, do reconhecimento das violências e oferta de suporte às vítimas (BRAGA *et al*., 2018). Destaca-se, portanto, a necessidade de capacitação e humanização desses profissionais para captarem sinais da violência sofrida e proporcionar atendimento humanizado e de qualidade a essa população (DANTAS *et al*., 2016; SANTOS *et al*., 2018; SILVA *et al*., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homofobia e a violência de gênero contra a população LGBT apresentam preditivos conceituais que se encontram enraizados na cultura machista da sociedade. Pode-se observar por meio deste estudo que os jovens e os adolescentes apresentam uma maior condição de vulnerabilidade em decorrência de todas as mudanças oriundas desta fase. O adolescente fica mais predisposto a todos os riscos impostos pela sociedade. O pensamento de solidão decorrente da não aceitação da família o impulsiona a fazer escolhas equivocadas com consequências irreversíveis. A família configura o principal alicerce do indivíduo, porém algumas delas advêm de uma criação conservadora cujo qual a homossexualidade de um membro ou descendente não seria aprovado ou aceito, de modo que muitos optam por internalizar esta vontade e sofrer calado no intuito de não ter a reprovação da própria família. Ressalta-se que esse quadro pode levar o indivíduo à depressão ou a cometer um atentado contra sua própria vida.

Ainda, observa-se por meio deste estudo que as leis ainda são frágeis quanto à defesa e o amparo da população LGBT. Ainda não há o devido investimento nas políticas públicas de saúde da população LGBT, deixando-os a mercê dos diversos tipos de violência das pessoas e grupos homofóbicos. Estes, por sua vez, incitam o ódio e a morte de homossexuais os vendo como ameaças dentro da sociedade. Portanto, faz-se necessário a intervenção por meio de uma equipe multiprofissional quanto ao acompanhamento da saúde destes adolescentes, bem como implementar leis rígidas contra estes indivíduos homofóbicos praticantes de atos ilícitos que atentam contra a vida de um ser humano. Na educação, deve-se atentar quanto ao Bullying praticado por estudantes, tendo em vista o início da violência e do sofrimento psicológico que o adolescente por vir a passar. O trabalho com a família também se faz essencial

em decorrência do suporte familiar que este indivíduo precisa para a sua superação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* "Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil". **Saúde em Debate**, vol. 40, n. 109, 2016.

BRAGA, I. F. *et al*. "Family violence against gay and lesbian adolescents and young people: a qualitative study". **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 71, n. 3, 2018.

BRASIL. **Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências**. Brasília: MS, 2011. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br>. Acesso em: 7/10/2020.

BBC - British Broadcasting Corporation. "STF aprova a criminalização da homofobia". **BBC** [12/02/2019]. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 8/10/2020.

COUTO JUNIOR, D. R.; OSWALD, M. L. M. B.; POCAHY, F. A. "Gênero, sexualidade e juventude(s): problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar". **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 1, 2018.

EFREM FILHO, R. "Os Meninos de Rosa: sobre acidente e algozes, crime e violência". **Cadernos PAGU**, n. 51, 2017.

FERNANDES, H. *et al.* "Violência e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais". **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 30, n. 4, 2017.

GOIS, J. B. H.; SOLIVA, T. B. "A violência contra gays em ambiente escolar". **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 11, n. 123, 2011.

MANTOVANI, F. "Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial". **Folha de São Paulo** [20/3/2019]. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8/10/2020.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. "Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 5, 2020.

NATARELLI, T. R. P. *et al.* "O impacto da homofobia na saúde do adolescente". **Escola Anna Nery**, vol. 19, n. 4, 2015.

PARENTE, J. S.; MOREIRA, F. T. L. S.; ALBUQUERQUE, G. A. "Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro". **Revista de Salud Pública**, vol. 20, n. 4, 2018.

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; TOLEDO, L. G. "Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio". **Psicologia USP**, vol. 28, n. 1, 2017.

ROSELLI-CRUZ, A. "Homossexualidade, homofobia e agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar". **Educar em Revista**, n. 39, 2011.

SILVA, G. W. S. *et al*. "Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro". **Revista Gaúcha de Enfermagem**, vol. 37, n. 2, 2016.

SILVA, S. G.; FRANCA, A. N. "Vidas precárias: a performatividade na constituição das violências fóbicas em gêneros e sexualidades". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 39, n. 3, 2019.

SOLIVA, T. B. "Família e homossexualidade: uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais". **Anais do I Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis: UFSC, 2010.

SOUZA, J. M.; SILVA, J. P.; FARO, A. "Bullying e homofobia: aproximações teóricas e empíricas". **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 19, n. 2, 2015.

SOUZA, M. H. T. *et al.* "Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 31, n. 4, 2015.

CAPÍTULO 9

Transformações das Travestilidades: Gênero, Sexualidade e Violência nas Narrativas de Travestis Aprisionadas no Ceará

TRANSFORMAÇÕES DAS TRAVESTILIDADES: GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA NAS NARRATIVAS DE TRAVESTIS APRISIONADAS NO CEARÁ[21]

Francisco Elionardo de Melo Nascimento

Tiago de Oliveira Braga

Era 25 de março de 2013, uma manhã de segunda-feira, quando cheguei à Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS). Uma confusão de sentimentos e sensações me tomou naquele instante, uma vez que não sabia como me comportar naquele espaço que tão logo seria meu cenário profissional na função de agente penitenciário[22]. A inexperiência em relação aos trâmites de trabalho me imputava um estranhamento avassalador, talvez em decorrência das inúmeras histórias de violência ocorridas no interior das prisões ou em função das características daquele espaço, que tinha muralhas altas, chão e paredes úmidas – resultado de infiltrações –, pouca iluminação, cheiro forte de dejetos humanos e de gatos, lixo e fumaça de cigarro, espalhados por todo o seu interior. Tais características misturavam-se ao fluxo intenso de presos e profissionais que transitavam freneticamente pelo corredor central, em idas e vindas ao longo de todo o espaço. Eu me sentia um alienígena usando aquela vestimenta de cor preta, composta por

[21] A primeira versão deste texto foi publicada na revista Ponto Urbe (NASCIMENTO, 2018b). Apesar de o texto ser redigido em primeira pessoa, por conta do trabalho de campo ter sido totalmente desenvolvido por Francisco Elionardo Nascimento, parte das discussões aqui desenvolvidas são frutos de intensos diálogos entre os autores que assinam este texto.

[22] Ao longo deste texto, agente penitenciário é o termo utilizado para se referir aos policiais penais, uma vez que o trabalho de campo que dá substância a este texto foi realizado entre 2016 e 2018. A recente redenominação dessa categoria profissional para polícia penal se deu com a Emenda Constitucional nº 104, aprovada em dezembro de 2019.

calça tática, coturno e camisa com o brasão da profissão bordado no lado esquerdo do peito.

Também passei a transitar diante das agruras daquele espaço e observava, pelas frestas da minha inexperiência, as pessoas que ali permaneciam atrás das grades. De repente, teve início um barulho ensurdecedor, tentei manter a calma e fingi apatia, mas as batidas nas grades e portões foram insistentes. Seguimos corredor acima e identificamos que o barulho vinha da "tranca"[23] – ala destinada ao castigo e à triagem. Três fortes batidas no portão informaram nossa chegada. Os presos gritaram: "É na cela onze". Seguimos até lá e encontramos Alcione[24] com seus braços marejados em sangue. Na sua mão esquerda, uma lâmina de barbeador esgarçava a pele de seus braços, enquanto gritava – "Eu não sou culpada. A droga não era minha. Quero falar com um advogado, eu tenho direito a um advogado". Recém-chegada da Delegacia de Capturas, a travesti era acusada por tráfico e alegava que a droga teria sido colocada em suas vestes enquanto o policial a revistava na rua. Ao chegar à Unidade, teve sua cabeça raspada, vestes e demais adereços femininos substituídos pelo "fardamento padrão" e, em seguida, foi levada à cela onde permaneceu junto a outros dois internos durante a noite anterior. Alcione foi algemada, retirada da cela e levada ao setor de enfermagem, não sem antes levar uma estocada com a tonfa[25] em função do tumulto causado. Enquanto nos deslocávamos, ela afirmou ter sido estuprada por dois internos naquela madrugada e se cortar foi a única alternativa que viu disponível para ser socorrida.

[23] Ao longo deste texto, os termos êmicos são identificados entre aspas, deixando claro que trabalhamos com duas fontes de interlocução, ora nossos interlocutores são as travestis com seus termos êmicos, ora o Estado com seus termos êmicos, sendo subjetivados por todos: agentes penitenciários, internos, internas, familiares e administração prisional.

[24] Neste texto, utilizo nomes fictícios com a finalidade de preservar as identidades das interlocutoras privadas de liberdade.

[25] A tonfa é uma arma de origem oriental. Esse artefato é composto por um bastão fino e comprido, com uma pega perpendicular a um terço do seu comprimento, que o distingue do cassetete. É uma arma utilizada tanto em algumas artes marciais, como também pelas forças de segurança.

Ali, diante daquela situação, segui olhando pelas frestas da minha inexperiência e percebi que as relações de poder gestadas no âmbito da prisão são, impreterivelmente, marcadas pela intersecção de categorias de diferenciação (PISCITELI, 2008) de gênero, sexualidade e origem social.

Naquele momento, eu iniciava minha trajetória como profissional e, um pouco mais tarde, como pesquisador. Um lugar relacional para com a prisão que me imputa aproximações, repulsas, confiança, desconfiança, estranhamentos e familiaridades, mas, acima de tudo, me possibilitou uma rede de afetos que foi determinante na minha trajetória no cárcere. Esse lugar relacional que ocupo me permitiu formular um olhar a respeito das instituições com as quais mantive contato, fundamentado nas interlocuções e nuances, ora relembradas, ora vivenciadas em meio aos profissionais, visitantes, internos e internas, envolvendo transversalmente assuntos que vão além dos muros e entorno das prisões (NASCIMENTO, 2018c, 2018d).

Ali, na prisão, meu corpo e minhas emoções foram atravessados pelas dinâmicas presentes nas instituições com as quais mantive vínculo. Mas, também, fui levado a seguir as narrativas das interlocutoras travestis nos outros espaços em que elas ocupam, seja em suas casas no cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto e/ou nas penitenciárias em que eram mantidas em regime fechado. A cena descrita acima narra a minha entrada no campo profissional e o encontro com uma interlocutora travesti. Trata-se de uma "alegoria" (CLIFFORD, 2002) que visa caracterizar o meu lugar relacional, enquanto pesquisador e trabalhador das prisões, uma vez que parti dessas instituições para seguir, por

diversos locais, as interlocutoras e suas narrativas que são apresentadas neste capítulo[26].

O objetivo deste capítulo é discutir o processo de transformações corporais, subjetivas e violências nas narrativas de travestis que tiveram suas trajetórias de vida atravessadas pela experiência do aprisionamento. Trata-se do recorte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que discutiu o aprisionamento de travestis no Ceará (NASCIMENTO, 2018)[27]. Parto de um lugar relacional para com a prisão, pesquisador e agente penitenciário, utilizando-me de diferentes técnicas e ferramentas de pesquisa para produzir uma etnografia que, no seu decorrer, tornou-se "multissituada" (MARCUS, 1995; 2015).

Os primeiros contatos com as travestis se deram na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS)[28], enquanto executava minha atividade profissional como agente penitenciário. Porém, no decorrer da pesquisa, elegi mais duas penitenciárias como campo para a observação participante: o Presídio Irmã Imelda Lima Pontes[29] e o Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco

[26] A cena que inicia este texto informa vários tipos de violências perpassadas pelas travestis mantidas em instituições prisionais cearenses, mas também informa, alegoricamente, o lugar relacional que ocupo nas prisões e sua utilização enquanto procedimentos metodológicos da pesquisa. Todas as narrativas aqui apresentadas são histórias reais coletadas desde muitas aproximações: conversas, observações e vivências ao longo da pesquisa de campo realizada entre 2016 e 2018 e as experiências vividas no meu campo profissional enquanto agente penitenciário atuando em diversas unidades prisionais do Ceará.

[27] A pesquisa contou com financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

[28] A PIRS é uma penitenciária masculina para presos em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, única da região norte e noroeste do estado do Ceará. Localizada na cidade de Sobral, a Unidade foi inaugurada em 22 de março de 2002 e tem capacidade total para 492 internos, embora, no decorrer desta pesquisa, estava com excedente de encarcerados. A população prisional variava de 650 a 700 presos.

[29] A Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, inaugurada em julho de 2016, tem capacidade para 200 internos e internas. Destinada a presos com características consideradas singulares nas prisões da Região Metropolitana de Fortaleza, o presídio está localizado no município de Aquiraz e abriga presos deficientes, idosos, gays, bissexuais, travestis, transexuais e primários de crimes prescritos na Lei Maria da Penha.

Damasceno Weyne (CEPIS)[30], unidades prisionais que custodiam travestis em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado no Ceará. Passei também a acompanhar as entradas e saídas das minhas interlocutoras na PIRS e, em alguns casos, nossas interlocuções se estenderam às suas casas e aos seus familiares. Como parte do trabalho de campo, realizei dez entrevistas individuais com as travestis, diretores, militante do movimento LGBT+[31] e familiares das travestis, além de rodas de conversa com LGBT+[32] aprisionados na CPIS e no Presídio Irmã Imelda Lima Pontes. Outras inúmeras conversas informais com agentes penitenciários e agentes penitenciárias foram registradas em caderno de campo. Também estão registradas as dez incursões etnográficas que fiz nas unidades prisionais que escolhi como campo de pesquisa.

Aqui, tendo em vista os limites deste capítulo, me remeterei exclusivamente às vivências das travestis implicadas no processo de transformações das travestilidades e as violências em decorrência da transgressão aos padrões de gênero e de sexualidade[33]. Com isso, pretendo por em discussão as múltiplas "tecnologias de gênero" (LAURETIS, 1994) utilizadas pelas travestis para a produção de seus corpos e subjetividades, mas também as violências que passam a fazer parte das suas trajetórias por não se adequarem às formas de vivenciar os "gêneros inteligíveis" (BUTLER, 2016b).

[30] A CEPIS foi inaugurada em novembro de 2016. É a maior penitenciária do Ceará com capacidade total para 1.016 internos, está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, município de Itaitinga, e é uma unidade prisional integrante do Complexo Penitenciário Estadual de Itaitinga II. No período de minha imersão em campo, a CEPIS abrigava 1.937 pessoas em cumprimento de pena.

31 Coordenadora-adjunta da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

[32] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

[33] Para uma discussão das violências e violações perpassadas pelas travestis em prisões cearenses, bem como as relações, relacionamentos, tensões entre as facções e as diferentes políticas de aprisionamento destinadas a elas no Ceará, sugiro, fortemente, a leitura de Nascimento, Marques e Osterne (2020) e Nascimento (2020a).

TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS E SUBJETIVAS: O QUE NOS FALA A LITERATURA SOBRE TRAVESTIS?

"A gente já nasce travesti! Mas, com o tempo, vamos descobrindo a travesti que tem dentro de nós e vamos fazendo as mudanças necessárias no nosso corpo e comportamento. As vestimentas femininas e o uso dos hormônios nos acompanham por todo este percurso". Essas foram as primeiras palavras de Amanda, travesti que cumpria pena por tráfico de drogas em regime fechado[34], ao evidenciar algumas "tecnologias de gênero" (LAURETIS, 1994; BENEDETTI, 2005)[35] utilizadas na produção dos corpos e subjetividades das travestis.

Ao longo das interlocuções com Amanda e com outras travestis, pude perceber algumas semelhanças que marcam o processo de transformações[36] das travestis. Tais questões dizem

[34] As minhas interlocuções com Amanda iniciaram quando ela cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS) por tráfico de drogas. Lá, atuando como agente penitenciário, tínhamos longas conversas agenciadas pelos preservativos que ela me solicitava. Após o término da sua pena em regime fechado, passamos a nos encontrar em sua casa que fica localizada em um bairro da periferia de Sobral-Ceará.

[35] Lauretis (1994) concebe o gênero como produto de várias tecnologias, tais como: efeito da linguagem, do imaginário e do desenvolvimento de várias tecnologias políticas produzidas no corpo. De acordo com a autora, os gêneros são produzidos por uma tecnologia, uma maquinaria de produção que formam discursos que se apoiam nas instituições do Estado – como a família, a escola etc., criando as categorias homem e mulher para todas as pessoas. O gênero é produto de várias tecnologias sexuais, uma maquinaria de produção que vem de discursos e práticas discursivas de diferentes instituições e estatutos que se apoiam nas instituições do Estado. Somos todos interpelados pelo gênero, lembrando que a interpelação é "o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária" (LAURETIS, 1994, p. 220). Benedetti (2005) utiliza esse conceito para caracterizar as múltiplas formas de produção dos corpos e gestuais travestis em íntima conexão com o feminino idealizado desde os binários de gênero.

36 Uso o termo "transformação", aqui, com o mesmo significado que lhe atribuiu Pelúcio (2005a, p. 225, grifos meus entre colchetes) para demarcar o "processo de feminilização [dos meninos em travestis] que se inicia com a extração dos pelos da barba, pernas e braços, afina as sobrancelhas, deixa o cabelo crescer e passa a usar maquiagem, [fazer uso de hormônios] e roupas consideradas femininas nas atividades fora do mundo da casa".

respeito aos corpos, às subjetividades e à sexualidade delas, mas também às violências que atravessam suas trajetórias de vida.

A formulação do termo travesti foi contextualizada por Campuzano (2008), referindo-se, literalmente, ao ato de se vestir com roupas do sexo oposto. De acordo com o autor, o termo nasceu na América Latina, sob a "fixação dos colonizadores com os binários de gênero, incluindo o imperativo de vestir de acordo com seu lugar numa rígida dicotomia de gênero, na qual havia dois sexos claramente definidos e dois gêneros baseados naqueles dois sexos" (p. 82). Nesse sentido, argumenta, ainda que o termo tenha sobrevivido até o período contemporâneo, sendo vastamente utilizado para denominar pessoas que transitam entre gêneros, sexos e vestimentas.

O termo travesti foi vastamente problematizado por autores das Ciências Sociais, principalmente nos estudos da Antropologia. Com a tarefa de conceituar/ discutir as formas de vivenciar as travestilidades – o ser travesti, os autores e autoras formularam debates vindouros sobre as transformações estéticas-corporais pautadas nas expressões do feminino que são construídas a partir das conformações de gênero (BENEDETTI, 1998; 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2005ª; 2005b; 2009; PERES, 2011; NASCIMENTO, 2018a).

Na definição de Kulick (2008), o termo travesti vai além do que entendemos por "travestismo", ou seja, de homens que se vestem de mulheres ou vice-versa. Para ele, o que está imbricado na identificação de pessoas travestis é uma interlocução íntima de vivências contínuas com o feminino, expressadas a partir de algumas características adotadas por elas, tais como nome social, roupas, maquiagem, pronomes de tratamento e contornos corporais que remetem ao corpo feminino – adquiridos com o uso de hormônios e/ou silicone industrial.

O autor acima destaca que as travestis não são mulheres, apesar de vivenciarem um contexto amplo de experiências tidas femininas e de transformação corporal.

> A combinação singular de atributos físicos femininos e subjetividade homossexual masculina é o que faz as travestis serem quase únicas no mundo. Embora existam muitas culturas em que indivíduos, em graus variados e por diferentes meios, cruzam as fronteiras de gênero, travestis parecem ser um dos poucos casos em que se altera o corpo irrevogavelmente para que este se assemelhe ao do sexo oposto, sem, contudo, reivindicar a subjetividade do sexo oposto (KULICK, 2008, p. 22).

Em sua perspectiva, as travestis, embora adquiram formas femininas, muitas vezes por processos dolorosos, diferenciam-se das transexuais por não desejarem a extração do pênis, que se dá no processo de transgenitalização, afirmando, ao contrário, serem homossexuais – "homens que desejam outros homens ardentemente e que se modelam e se completam como objeto de desejo desses homens" (KULICK, 2008, p. 22). As análises de Kulick, no que diz respeito às diferenças entre as vivências de travestis e transexuais, não conduzem uma distinção analítica entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, uma vez que trata a homossexualidade como fonte do desejo das transformações dos corpos das travestis[37].

Benedetti (1998, 2005) afirma que as travestis, ao remodelarem as linhas retas dos seus corpos em formas curvas e sinuosas de um corpo de mulher, também desenvolveram um sistema

[37] Para uma discussão crítica do debate de gênero e sexualidade proposto por Kulick, ver Carrara e Simões (2007).

complexo de interação social que é expresso na gesticulação, "andar e empostar a voz, até mesmo técnicas para a produção de características e formas associadas ao corpo feminino, como os quadris mais largos, os seios desenvolvidos, as maçãs do rosto mais salientes, o olhar mais lânguido, os cabelos longos etc." (BENEDETTI, 1998, p. 2). Nesse sentido, criam também código cultural próprio, com vocabulário específico[38], dentre outras formas elaboradas de representações de símbolos associados ao masculino e ao feminino, particularmente no que diz respeito aos gestos, ao corpo e às vestimentas.

A definição de Peres (2011) demarca as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do sexo/gênero oposto de viver, que se apropriam de indumentária e outros adereços, realizam com frequência a transformação de seus corpos "através da ingestão de hormônios e/ou da aplicação de silicone industrial, assim como pelas cirurgias de correção estética e de próteses, o que lhes permite se situar dentro de uma condição agradável de bem-estar bio-psico-social e político" (2011, p. 88).

Larissa Pelúcio (2009) alerta para as marcas performáticas como definidoras da existência das travestilidades, uma vez que elas não podem existir sem um corpo transformado, marcado por um feminino que procura borrar, nesses corpos, o masculino sem apagá-lo de um todo.

> A percepção dessa dinâmica me fez optar pelo conceito de travestilidades por considerar que ele alarga aspectos de categorização identitária do termo 'travesti', que pode ser bastante simplificador quando busca contemplar uma gama de possibilidades dessa experiência. A travestilidade aponta para a

38 O vocabulário específico utilizado pelas travestis, de acordo com Pelúcio (2009), é derivado do ioruba-nagô.

> multiplicidade dessas vivências ligadas à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que, muitas vezes, tenha aparecido na fala das minhas colaboradoras uma rigidez na gramática de gênero, estava patente a fluidez na elaboração de categorias êmicas autoclassificatórias. Estas servem para falar da corporalidade, mas também da moralidade, e estão estreitamente ligadas ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, à transformação desses mesmos corpos (PELÚCIO, 2009, 27-28).

A autora destaca o termo "travestilidades" como mais adequado por não entender que o termo "travesti" englobe as variações das maneiras de comportamentos, entendimentos de sexualidade, de mudança corporal e de performances como sendo únicas a um padrão único, mas, pelo contrário, cada travesti elabora suas concepções de existência e dá a elas expressões diferenciadas nas formas de ser e de se relacionar no cotidiano. Em contraposição à definição de Kulick, no que se trata da homossexualidade das travestis, Pelúcio não amarra a homossexualidade como padrão de orientação sexual das travestis, uma vez que, em campo, encontrou travestis que se relacionavam afetiva e sexualmente com homens e mulheres[39].

As discussões/conceituações dos autores expressam de maneiras variadas as especificidades de grupos de travestis que participaram de suas pesquisas. De fato, todas as pesquisas sobre travestis, aqui referenciadas, são pesquisas que abordaram as travestis no seu cotidiano e espaços de trabalho – na prostituição.

[39] Concordo com a afirmação de Pelúcio, uma vez que uma das minhas interlocutoras afirmou que, durante sua trajetória como travesti, teve relações sexuais e relacionamentos com mulheres, inclusive no período em que estava em cumprimento de pena privativa de liberdade em um estabelecimento prisional misto, ou seja, que administra a pena de homens e mulheres em um mesmo prédio físico, porém separados por compartimentos diferentes denominados de alas.

Embora com interesses variados de pesquisa, os pesquisadores e as pesquisadoras direcionam suas análises das vivências travestis no contexto da prostituição, da construção e reconstrução de seus corpos, prioritariamente, com a finalidade da adequação deles ao padrão hegemônico da beleza ocidental.

Vale destacar que o levantamento bibliográfico dos estudos de gênero e sexualidade, principalmente no tocante às narrativas de travestis, no decurso histórico acima, data de um período em que os estudos de gênero e sexualidade no Brasil estavam se formando como área de pesquisa acadêmica. Na atualidade, os desdobramentos da formação de redes de apoio às pessoas Trans possibilitam o avanço no debate, inclusive estão produzindo acerca desta problemática. Diante disso, me alinho à perspectiva apresentada por Nogueira (2013, p. 48-49), uma vez que não é minha intenção "chegar à verdade última sobre as travestis, até mesmo porque não acredito que esta exista, e muito menos defender a existência de categorias e classificações rígidas, porém, tomo por base alguns dos estudos que abrangem a 'experiência travesti'". Falar de tal "experiência" é dobrar-se nas histórias de vidas, nas subjetividades, nas relações e nos processos que são atravessados por concepções de identidades móveis e fluídas, como um processo de constante (re)construção composto por novos significados e novas práticas identificadas nos modos de ser ou estar travesti.

NARRATIVAS DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÕES DAS TRAVESTILIDADES

"São muitas histórias ao longo destes 29 anos" – disse-me Amanda ao iniciar sua narrativa a respeito das mudanças corporais engendradas no processo de transformações da travestilidade. Tudo começou com as brincadeiras de "cabaninha" – "os meninos faziam

a cabaninha... Eu era a mãe, outro era o pai, um era o filho. Era só putaria. A gente se agarrava, frescava". As brincadeiras de "cabaninha" com outros meninos, às margens do Rio Acaraú, eram permeadas por intenções sexuais e rígidas divisões de papéis em que a futura travesti sempre protagonizava o papel da mãe, filha ou irmã, nunca um papel masculino.

Para a interlocutora, as brincadeiras de "cabaninha" às margens do Rio Acaraú deram início ao processo de transformações da sua travestilidade. Trata-se do início das identificações dela com os papéis e signos atribuídos ao feminino, mais tarde materializados no seu corpo e na sua subjetividade, a partir das vestimentas, dos contornos corporais e das maneiras de se comportar, mas também das suas primeiras experiências sexuais e afetivas com meninos.

As mudanças mais visíveis na transformação de Amanda foram cercadas por repressões e violências no âmbito familiar, além de chacotas e agressões na rua e escola. Amanda relata que seu irmão mais velho nunca aceitou suas mudanças corporais empreendidas pela travestilidade e, por isso, as brigas entre ela e o irmão eram constantes. Aos 14 anos, passou a usar roupas e acessórios femininos, cada vez mais constantemente, e seu irmão intervia com uso de violência, com a finalidade de impedir o "desgosto e a vergonha de ter uma irmã travesti". Por outro lado, apoiada pela mãe, Amanda insistia no uso dos "brincos, calça *capri* e camisas *baby look*".

O novo estilo assumido por Amanda causava conflitos também entre seu pai, que desejava a morte da filha; e a mãe dela, que aceitava as transformações corporais da travesti. "Ele queria que eu e minha mãe morrêssemos" – contou-me Amanda. Na rua e na escola, as reações a respeito do novo estilo de Amanda também foram instantâneas: – "Foi uma mangação. Quando eu passava, as pessoas começavam a vaiar porque nunca tinham me visto daquele jeito. Só depois é que se acostumaram porque eu não deixei de usar".

Amanda recebia o apoio das amigas e primas no trato com os pelos, no uso das vestimentas e maquiagens, mas ensejava adquirir os seios com o uso dos hormônios femininos. Sem recursos financeiros para a continuidade da transformação, ela passou a trabalhar como doméstica em casa de vizinhos. Aos 15 anos, ingressou na prostituição e passou a ingerir grandes quantidades de hormônios. Na prostituição, teve seu primeiro contato com o *crack*, abandonou a prostituição e passou a revender maconha e *crack* para um traficante conhecido do bairro. Contou que, frequentemente, dava "derrame"[40] e se complicava com o traficante local, precisando da ajuda de sua mãe para pagar a dívida. Na última vez que consumiu toda a droga que seria revendida, sua mãe obrigou-se a vender os móveis de sua casa para impedir que o dono da "boca" ceifasse a vida de sua filha.

Certo dia ao amanhecer, Amanda estava em uma "bebedeira" em sua casa com algumas amigas. A farra tinha se estendido durante toda a noite. Entretida na "folia", ela esqueceu a porta da cozinha aberta e, ao amanhecer, foi surpreendida com uma "batida policial". Vasculharam toda a casa e encontraram 38 gramas de maconha. Um policial, velho conhecido seu da zona de prostituição e consumo de drogas, se aproximou e disse: "Derrubei tua casa, Amanda! Tua casa caiu". A travesti foi presa e condenada a cumprir quatro anos de prisão, passando um ano e nove meses cumprindo pena em regime fechado na PIRS.

Durante o período de aprisionamento, Amanda relatou as dificuldades que enfrentou para conseguir manter algumas características identitárias engendradas em seu corpo, mas, de acordo com ela, o momento mais doloroso na prisão se deu com a morte de sua mãe e com a impossibilidade de poder prestar as suas últimas homenagens a sua genitora. Embora a visita de apenados a velórios de familiares seja prevista na Lei de Execução Penal, a

[40] Consumia toda a droga que pegava para vender.

interlocutora afirmou que a administração da PIRS alegou não ter condições materiais para escoltá-la até o funeral.

O relato de Amanda é semelhante aos relatos de outras travestis que foram interlocutoras na pesquisa. A rigidez das normas de gênero baseadas no sistema binário masculino e feminino/ homem e mulher imputa às pessoas que não se enquadram nos binarismos de gênero as violências e violações em torno das suas identificações enquanto sujeitos. As travestis são exemplos dessas pessoas que transgridem a norma e produzem seus corpos com tecnologias de gênero que, também, são baseadas nas normas que transgridem.

O relato das transformações corporais de Amanda mostra que as suas identificações com os aspectos, por ela atribuídos, ao feminino iniciaram com as brincadeiras de "cabaninha" e se estenderam com o uso de roupas, maquiagem e outros acessórios com a ajuda das primas e, por último, recorreu ao tratamento hormonal para a aquisição dos seios e contornos sinuosos do corpo de mulher. Todo o processo de transformações corporal e subjetiva foi permeado por violências no âmbito familiar e demais espaços sociais em decorrência do borramento das fronteiras do dispositivo da heterossexualidade normativa e compulsória (RUBIN, 1993).

As travestis iniciam o processo de transformações corporais ainda bem jovens. Amanda, por exemplo, passou a usar as roupas e adereços femininos permanentemente aos 14 anos e, em seguida, iniciou a ingestão dos hormônios. Sem o apoio familiar para dar continuidades às transformações corporais em seu corpo, a interlocutora passou a se prostituir às margens da BR-222. Amanda não permaneceu por muito tempo na prostituição, mas passou a revender drogas para um traficante do seu bairro como fonte de renda. De acordo com ela, a venda das substâncias era bem mais lucrativa do que a prostituição. Com o seu envolvimento no mercado de drogas, a interlocutora passou a ser vigiada por policiais que

patrulhavam a área e acabou sendo presa em flagrante por portar uma pequena quantidade de drogas. Amanda, ao relatar seu envolvimento com a prostituição e com o mercado de drogas, afirma que sua ligação com ambas as atividades se deu, prioritariamente, com o intuito de adquirir recurso financeiro para dar continuidade às transformações corporais da travestitilidade, uma vez que não dispunha de apoio dos familiares.

É importante destacar que parte considerável da produção etnográfica sobre travestis sinaliza as dificuldades de inserção delas no mercado formal de trabalho, bem como o não amparo familiar no momento das transformações corporais, que, muitas vezes, são respondidas com violência. O processo de exclusão de pessoas Trans inicia bem cedo por parte dos familiares, quando o filho ou a filha passa a se identificar com brinquedos e roupas que não são apropriados para o seu gênero, a violência é então utilizada como mecanismo para "consertá-lo" (NASCIMENTO, 2018a). Diante dos conflitos familiares, das dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e da necessidade de dar prosseguimento às mudanças corporais, as travestis encontram na prostituição o espaço social para seu sustento financeiro e para a construção de redes de sociabilidades, principalmente no que diz respeito às tecnologias corporais.

Na roda de conversa que fiz com três travestis e "uma *gay*"[41] na CPIS, perguntei a cada uma das interlocutoras sobre suas identificações de gênero. Amora, de 20 anos, presa por assalto, disse que se identificava como travesti. Do lado dela, Fernanda, travesti de 25 anos que cumpre pena por assalto, retrucou: "Travesti não, né? Você é um projetinho! É uma 'bicha' que está em construção – um projeto de uma travesti, e não uma travesti".

[41] *A gay* foi a forma como essa interlocutora quis ser mencionada. Michel é o nome fictício escolhido pra ela.

Fernanda contrapôs a afirmação de Amora porque, para ela, o processo da travestilidade é forjado por modificações permanentes no corpo e na subjetividade, cuja aquisição dos seios pelo uso contínuo dos hormônios femininos, pela aplicação de silicone industrial ou com procedimento cirúrgico de implante de prótese, implica num momento decisivo para a produção dos corpos travestis. O fato de Amora iniciar sua transformação como travesti após o ingresso na prisão a impossibilitou de adquirir os seios por meio de um desses procedimentos.

Larissa Pelúcio (2005a) desenvolve suas análises acerca das mudanças corporais envolvidas na travestilidade. A autora informa que suas interlocutoras, recorrentemente, afirmaram que não basta se vestir como mulher para ser travesti. Pelúcio argumenta sobre a importância da aquisição dos seios pelo uso dos hormônios como uma etapa decisiva no processo da travestilidade. Claudinha Devaltti, travesti entrevistada por Lopes (1995), argumenta que, ao executarem em seus corpos intervenções que as distanciam da imagem masculina, as travestis empreendem gestuais que as aproximam do feminino socialmente instituído – "Travesti que não toma hormônio não é travesti, pensa que é carnaval e sai fantasiado de mulher" (PELÚCIO, 2005a, p. 98).

Fernanda continua seu discurso a respeito das transformações necessárias para se tornar uma travesti.

> É muito babado. Não tem etapas... Quando você nasce pra ser travesti, o tempo vai te mudando sozinho. Não é eu dizer "acho que vou ser travesti" ou dizer que acha que vai ser *gay*, não. De repente, quando você vê, já está transformada. Comigo, por exemplo, foi assim. Eu comecei... Sempre tive uma coisa de gostar de roupas de mulher, gostar de bonecas, de cuidar de cabelo... Eu sempre fui dessas coisas. Aí, também, sempre tive atração por homens.

> Eu não tinha atração por mulher. Eu via homem e me excitava, mesmo sem saber o que era uma relação sexual ainda, mas, só em eu ver um homem, eu me excitava.

Fernanda, apesar de identificar Amora como "projetinho de travesti", informa que não existe um modelo bem delimitado com etapas para se tornar travesti. Bem mais que assinalar etapas para sua transformação de menino em travesti, a interlocutora coloca em primeiro plano sua afeição por "roupas de mulher", "brincar com bonecas", "cuidar dos cabelos" e sentir "atração sexual por homens". Ou seja, Fernanda nos relata a combinação de características que permite associar os corpos e subjetividades das travestis com o feminino, envolvendo, assim, o desejo sexual por homens e os papéis de gênero socialmente definidos para as mulheres.

Para Peres (2011), as travestis remodelam seus corpos para se aproximarem de um feminino idealizado por elas. De acordo com o autor, as travestis expressam um grau elevado de alegria, realização e prazer ao remodelarem seus corpos, expressar suas feminilidades e serem desejadas por homens, mulheres e outras travestis. Por outro lado, o início das transformações esbarra no desrespeito e na discriminação, "impedindo às mesmas o direito fundamental à singularidade, ou seja, impedem a essas pessoas o direito de ser e de viver" (2011, p. 97).

De acordo com Kulick (2008), as violências direcionadas às travestis são intensificadas com o início da transformação dos seus corpos, ou seja, quando passam a "ingerir grandes quantidades de hormônios femininos e a usar roupas e acessórios de mulher permanentemente" (p. 65). Os hormônios são utilizados com frequência pelas travestis, seja por via oral, seja injetável. Para o autor, algumas travestis costumam tomar injeções diárias de hormônios ou até cinco comprimidos por dia. Elas estimam os

hormônios porque são de baixo custo, são fáceis de obter e seus efeitos são rapidamente perceptíveis.

A maioria das travestis que foram interlocutoras da pesquisa fez, em algum momento, uso de hormônios injetáveis e/ou comprimidos. Fernanda é a única travesti que fez implante de silicone, no período em que se prostituiu no sudeste brasileiro – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais –, manteve ainda a utilização de hormônios femininos com a finalidade de diminuir os pelos e arredondar as formas corporais que, segundo ela, dão um aspecto mais feminino às travestis. Os hormônios femininos, injetados ou ingeridos pelas interlocutoras, aparecem em seus discursos como fonte fundamental de suas feminilidades, que modificam seus corpos e as possibilidades de reexistir nas relações com os outros e consigo mesmas, além de serem encarados como uma etapa decisiva das transformações das travestilidades.

VIDAS PRECÁRIAS: PRECONCEITOS, ESTIGMAS E VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS PELAS TRAVESTIS

Para Tânia, travesti de 27 anos que cumpre pena no Presídio Irmã Imelda Lima Pontes por tráfico de drogas, os estigmas de ser travesti vão além dos muros da prisão e são reflexos de uma sociedade preconceituosa que as impossibilita de seguirem suas vidas longe da prostituição e da criminalidade.

> A sociedade em geral costuma rotular nós, travestis, como símbolo de prostituição e marginalidade. Mas eu tenho uma coisa a dizer... Este ano eu quebrei um tabu que foi passar no ENEM[42]. Eu fui a primeira

[42] Exame Nacional do Ensino Médio.

> travesti do sistema a passar na universidade, então isso é um tapa na cara da sociedade, porque muitos acham que a travesti só presta pra fazer programa, roubar e outras coisas ruins. Mas não é isso, não! Todas nós temos potenciais dentro de si, entendeu?[43]

As palavras ecoadas em tom de protesto por Tânia são condizentes com a condição de vida da maioria das travestis brasileiras, e foram ovacionadas com palmas e euforia pelos demais LGBT+ que compunham a roda de conversa[44]. A transgressão aos padrões de sexualidade e de gênero foi apontada pelas interlocutoras como fonte do preconceito enraizado socialmente para com as travestis.

Para Dediane Souza[45], travesti militante e que atualmente ocupa cargo de gestão na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza[46], é imputado às travestis o estigma social de "prostitutas" e "perigosas" em função de suas identidades de gênero. Afirma que o Estado nega a elas o direito à identidade e à cidadania.

> O Estado nega a cidadania para as travestis e transexuais, não apenas para aquelas que estão

[43] Tânia passou para o curso de Letras da Universidade Federal do Ceará.

[44] Nove travestis e seis gays participaram da roda de conversa no Presídio Irmã Imelda Lima Pontes.

[45] Dediane Souza é o nome social da interlocutora, sua utilização aqui foi devidamente autorizada pela mesma.

[46] A Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretária Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania, desenvolve um trabalho junto aos internos LGBT+ em cumprimento de pena privativa de liberdade no Presídio Irmã Imelda Lima Ponte. As atividades são educativas, preventivas no âmbito da saúde e lúdicas. Os serviços de atendimento à saúde e psicossocial, inclusive o acompanhamento hormonal por equipe multiprofissional, e os cursos direcionados aos cuidados estéticos foram bastante elogiados pelos LGBT+ da Unidade que participaram desta pesquisa. Dediane Souza, além de ocupar o cargo na gestão como coordenadora, participa de parte das atividades desenvolvidas no Imelda. Após contatos via rede social, eu e Dediane Souza nos encontramos no Parque da Criança, em Fortaleza, para uma entrevista.

> apenadas, mas para todas que estão às margens da sociedade em todos os contextos, tais como: a negação à escolaridade, a negação ao Sistema Único de Saúde, do campo da assistência, da identidade. O Estado nega a identidade das travestis e transexuais. A identidade a que me refiro é a física mesmo. A existência do nome social, inclusive. O Estado não me dá sequer uma pílula de hormônio para mudar meu corpo, não respeita meu nome social, não tem um serviço que respeita a minha identidade de gênero e meu corpo como feminino. Esse é o contexto vulnerável que as travestis e transexuais estão inseridas. Os únicos espaços que são dados pra nós, na sociedade, são as esquinas. Nas esquinas nossos corpos são vendáveis, mas lá existe um mercado que paga de acordo com a lógica da construção do corpo. Quanto mais esculpido, mais o corpo é valorizado. Então, se uma prótese de silicone custa tanto, e se você me oferece esse valor, eu não vou fazer juízo de valor se o que você me propõe é legal ou ilegal. A sociedade não vai estar preocupada se eu comi ou se meu nome social é respeitado.

Em seu relato, a militante aborda uma gama de questões que vêm sendo pontuadas ao longo deste artigo. Trata-se das questões que envolvem o estigma presente no imaginário social que define as travestis como pessoas, prioritariamente, ligadas à prostituição e à criminalidade, bem como a ausência de amparo familiar e social. O Estado também tem seu papel na discriminação para com as travestis e transexuais, uma vez que nega o direito à cidadania delas, que, no discurso de Dediane, aparece ligada à negação dos corpos e das identidades das pessoas travestis e transexuais.

Como vimos na cena que abre este artigo, que marca a minha entrada e o encontro com Alcione na PIRS, mesmo tuteladas pelo Estado, que deveria proteger a rigor da Lei de Execução Penal, as

travestis continuam sofrendo diversas formas de violências na prisão, seja pelo Estado, responsável direto pelo tratamento de apenados e apenadas, ou pelos demais internos. A possibilidade de continuidade das características adquiridas ao longo do processo da travestilidade é, predominantemente, cerceada pelo Estado, ou seja, as instituições de encarceramento brasileiras seguem uma perspectiva cis-heteronormativa (BUTLER, 2012) na lógica de tratamento aos apenados e apenadas, não somente desprezando as características identitárias que destoam a rigidez dos binarismos de gênero e sexualidade, mas também forçando uma conformação a esses parâmetros. Não é por acaso que, quando falamos em instituições de aprisionamento, a prisão masculina é reiterada enquanto narrativa universal, não precisando, por exemplo, de um marcador de gênero como utilizado para nomear as prisões para mulheres, as prisões femininas (PADOVANI, 2017).

Para Foucault (2015), o corpo passa a ser marca do indivíduo moderno, sendo este construído a partir dos processos de disciplina, subjetivação e identificação. Com isso, o autor esboça uma análise para pensar como os corpos tornaram-se alvo de uma maquinaria mais ampla de poderes, saberes e verdades que definem a sexualidade dos sujeitos na modernidade. A relação de repressão entre o sexo e o poder sustenta uma economia de interesses discursivos que insistem em dizer a verdade sobre o sexo, atravessam os indivíduos com discursos e chegam às mais tênues das condutas individuais. É esse poder disperso que permite atingir as formas mais raras e recônditas de desejo, que penetra e controla o prazer cotidiano; que faz expressar seus efeitos na recusa, bloqueio, desqualificação, incitação, intensidade e também de deslocamento, reorientação e modificação sobre o próprio desejo.

O saber e o poder produzem os discursos sobre o sexo a partir de uma relação estreita, embora reformulados constantemente, que impõem, de forma singular, uma conduta para a sexualidade das

pessoas. Os discursos que se proliferam são cuidadosamente inscritos a partir das exigências do poder e lançados pelos saberes (pedagogia, medicina, demografia, biologia, psicologia etc.). Um discurso é formado não apenas para isolar o transgressor, mas para inquiri-lo, focar a observação sem lacunas sobre ele, forçar a confissão de discursos e prazeres e, a partir de então, o poder constrói um saber legítimo, de uma economia de prazeres múltiplos. Um poder que incide na redução das sexualidades singulares, que organiza lugares de máxima saturação e que inclui nos corpos modos de especificações para os indivíduos como normais, patológicos, desviantes e criminosos. Cada saber é lançado para cada tipo específico de relação entre indivíduos – médico-paciente, pedagogo-aluno, psiquiatra-louco – que habitam lugares específicos – hospitais, escolas, manicômios e prisões (FOUCAULT, 2015).

Na análise de Butler (2012), mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, "a própria 'cristalização' é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários mecanismos sociais" (p. 59). A autora destaca que a designação do gênero a partir da estilização repetida do corpo é reflexo de uma estrutura rígida de regulação com foco na produção da aparência de uma substância ou forma de classe natural de ser. Nessa perspectiva, explicita como denúncia de que a própria noção de sujeito só é possível se for reconhecida por sua aparência de gênero.

É a partir da perspectiva do poder e do saber como produtor de sujeitos, ou seja, de como os sujeitos são nomeados e, posteriormente, passam a ser representados, que se estruturam os meios de controle e regulação dos grupos desviantes, neste caso específico, os corpos travestis. Isso só pode ser feito por meio de processos de legitimação e exclusão (BUTLER, 2012, p. 18). Esse processo de identificação elege categorias de sujeitos e as distribuem com vistas a formar parâmetros aceitáveis ou não de sexualidade.

Nesse sentido, indivíduos abjetos são constituídos por parâmetros não aceitáveis de sexualidade, sendo eles, na visão de Butler (2016a), designados a habitar aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social. É o caso dos que não gozam do *status* de sujeito, por não disporem de legitimidade social, uma vez que não se adéquam aos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade, classe e raça, por exemplo. O discurso da negação das sexualidades desviantes atua como forma de legitimar as formas "corretas" de sexualidade. Ou seja, uma sexualidade correta, (re)produtiva e (re)produtora somente pode existir em contraponto a uma sexualidade incorreta, improdutiva e imprestável.

As travestis, as *gays*, as lésbicas, os bissexuais e as transexuais ratificam a designação de um padrão de sexualidade que deva obedecer às "normas de gênero, à matriz heterossexual e à heteronormatividade[47]" (JUNQUEIRA, 2012, p. 67). Com isso, são imputadas a eles/elas as classificações, transgressões e dissintonias, ao passo que são concebidas como conduta da sexualidade, do corpo e do gênero.

Os relatos de Amanda, Tânia, Dediane e demais interlocutoras caracterizam as violências, a criminalização, os estigmas e o insuficiente apoio familiar, social e do Estado para com as travestis e transexuais, estritamente porque seus corpos e sexualidades não correspondem ao padrão estabelecido pelas normas de gênero e heterossexual. A partir desse contexto, Butler (2016b) corrobora com esta discussão afirmando que a "precariedade" que atravessa as vidas de LGBT+ está relacionada diretamente às normas de gênero, uma vez que as pessoas que não vivenciam seus gêneros de maneiras inteligíveis estão sujeitas a assedio, patologização e

[47] Para Butler (2012), a heteronormatividade remete a uma ordem compulsória entre gênero/sexo/desejo, como um constructo discursivo que se ancora, ajusta-se, atualiza-se com a finalidade da objetivação de um sujeito coerente. É um constructo discursivo e, como tal, ancora-se, ajusta-se e atualiza-se ao se reiterar e se relacionar com outros componentes culturais, tais como as instituições, as práticas e as estratégias de enunciação e de visibilidade.

violências. A precariedade, no sentido atribuído pela autora, designa a condição "politicamente induzida em que certas populações sofrem por conta de redes insuficientes de apoio social e econômico mais do que outras, e se tornam diferencialmente expostas à injúria, violência e morte" (p. 32). A precariedade também caracteriza a condição de vulnerabilidade e exposição à violência estatal arbitrária na prisão, à violência de rua ou doméstica/familiar, dentre outras múltiplas formas de violência. Todas essas violências em diversos espaços sociais, instâncias públicas ou privadas (em casa, na rua, na escola, na prisão) e por diferentes atores (clientes, policiais, agentes prisionais, familiares) foram evidenciadas e denunciadas nos relatos de Amanda, Tânia, Dediane e pelas demais travestis que são interlocutoras neste texto.

Don Kulick (2008) apontou as travestis como "um dos grupos mais marginalizados e menosprezados da sociedade brasileira" (p. 24). De acordo com o autor, em quase todas as cidades brasileiras, as travestis são discriminadas a tal ponto que evitam se aventurar na rua durante o dia. Vítimas da violência policial e de assassinatos, a maioria delas é advinda de famílias muito pobres e encontram na prostituição o único meio de sobrevivência[48]. Têm expectativa de vida curta, morrendo antes dos 50 anos de idade, e estão sujeitas a problemas de saúde ocasionados pelo uso indevido dos hormônios, aplicações de silicone industrial, além de estarem expostas, na prostituição, a doenças sexualmente transmissíveis, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids).

De acordo com o Grupo Gay da Bahia, o ano de 2017 foi o ano mais violento para os LGBT+ desde 1970. Foram registradas 345 mortes de janeiro a dezembro daquele ano, o que fez do Brasil o país campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Em 2018, 420 foi o número de mortes decorrentes da discriminação de

[48] No Código Penal Brasileiro, não consta a prostituição como crime, porém a atividade é considerada moralmente criminosa (CARVALHO, 2011).

pessoas LGBT+: 320 (76%) homicídios e 100 (24%) suicídios. Desse total, 191 (45%) são homens gays; 164 (39%) Trans; 52 (12%) lésbicas; 8 (2%) bissexuais; além de 5 (1%) heterossexuais definidos como amantes das transexuais e travestis ("T- lovers")[49].

Bento (2016), ao analisar os assassinatos das travestis e mulheres transexuais, sugere que a natureza da violência está na posição que o feminino ocupa na ordem de gênero. Ao tratar do transfeminicídio - do assassinato das travestis e mulheres transexuais -, a autora caracteriza-o como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das vítimas motivada pela negação da humanidade delas.

> O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo-sexual-generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais (BENTO, 2016, p. 51).

Sobre as situações de violências vivenciadas pelas travestis em função do estigma social e da exposição nos espaços de prostituição, Dediane Souza critica o Governo do Estado do Ceará por não dispor de nenhum serviço que vise à cidadania das pessoas Trans.

> O Governo do Estado do Ceará não tem um serviço de resgate à cidadania para travestis e transexuais; muitas vezes, quando sofremos violências, o Estado nem consegue mapear essas violências e,

[49] Outras informações e o relatório completo dos assassinatos de LGBT+ no Brasil estão disponíveis em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com>. Acesso em: 27-08-2018.

constantemente, saímos da delegacia como as causadoras do problema. Nós não temos uma lei que criminalize a homofobia. É negado pra nós, travestis e transexuais, o direito de usar o banheiro para fazer xixi porque existe uma penalização sobre os nossos corpos. Que coisa cruel! Se alguém pudesse escolher, jamais escolheria ser travesti ou transexual porque o quanto é difícil ser travesti e transexual. No imaginário social já está naturalizado um conjunto de estigmas sobre a travesti. E as travestis são mais resistentes aqui no Nordeste brasileiro porque, no Sudeste e no Sul, elas são transexuais. Existe um processo de ruptura com a identidade travesti que está muito ligado aos estigmas. Quem quer ser marginal? Quem quer ser exclusivamente puta ou ser apenas objeto de fetiche? Quem é que quer ser? Nós, nordestinas, que somos resistentes e estamos na disputa do imaginário social. Eu sou travesti, sou estudante de Comunicação Social, sou gestora de política pública LGBT. Eu sou travesti. Mas ai nós temos que estar todos os dias disputando com o imaginário, como, por exemplo, eu não posso andar com roupas decotadas porque eu vou estar me prostituindo ou mexendo com a libido sexual das pessoas. Essa é a norma. É assim que as travestis são vistas. Como é inquietante a questão dos nossos corpos. Nosso corpo é político, ele é estratégico de transformação e não existe democracia no país ou em qualquer outro lugar enquanto nós formos mortas, exclusivamente, por conta dos nossos peitos, por conta dos nossos estereótipos e da nossa identidade. Não vai ter democracia enquanto não houver essa reparação social. Aí eu te pergunto: quem quer disputar isso como debate central? Quem é que vai colocar em xeque a sua legitimidade para defender as questões das travestis e transexuais se não formos nós mesmas? Somos nós que precisamos mudar isso. É sair do estereótipo? É deixar de ser marginal pra ser doente? Eu não topo! Prefiro ser marginal a ser doente. Então, eu vou continuar sendo marginal. Vou

> continuar sendo a trava puta, ladrona. Eu quero todos os estereótipos de travestis, menos o de ser doente. Então, meu amor, eu vou fazer uma resistência na sociedade juntamente com minhas companheiras travestis e transexuais.

Dediane contrapõe o estigma presente no imaginário social para com as travestis como "marginais" e "prostitutas" e a questão patológica que foi imputada às transexuais pela medicina, principalmente com vistas à conquista de direitos no âmbito da saúde, como a cirurgia de readequação sexual e do nome social. A questão apontada pela militante trata do parâmetro de balizamento que identifica as sexualidades "normais" e "sadias", pautando-se na correspondência entre gênero, sexo e desejo. Ao contrário das consideradas "anormais", "patológicas", "desviantes", que não figuram esse molde de correspondência. A interlocutora aponta uma ruptura das pessoas Trans com as identidades travestis em função dos estigmas a elas imputados. Destaca que as pessoas transgêneros nordestinas permanecem se afirmando travestis, ao contrário das travestis do Sudeste e do Sul que, cada vez mais, estão se identificando como transexuais. Essa é uma das estratégias de fugir dos estigmas apontados socialmente para as travestis e conseguir acesso às políticas que possibilitam a readequação dos seus corpos.

Carvalho (2011) constrói a hipótese da construção identitária da travesti e da transexual. A primeira está associada ao estigma moral, marginal, implica em constante manejo nas redes oficiais e outras associadas à marginalidade. Já a segunda foi incorporada numa categoria médico-psiquiátrica, que passa a incorporar sua identidade a partir de saberes e práticas médicas. A incorporação dos diferentes rótulos sociais, consequentemente, implicará em trajetórias distintas. É nesse aspecto que Dediane Souza formula seu discurso a respeito da resistência das identidades travestis em função da desconexão com a carga de estigmas no âmbito da moral.

Se não bastasse a discriminação do cotidiano, as travestis são retratadas pelos meios de comunicação como "marginais", isto é, "delinquentes perigosas" ou "criminosas" (KULICK, 2008; BARBOSA, 2015), estando sempre associadas ao mercado da prostituição, venda e consumo de drogas. Portanto, Tânia e Dediane protestam quanto à pressuposição de que as travestis sejam prostitutas "marginais" e "perigosas", defendendo, assim, o discurso da negação das oportunidades de trabalho formal, serviços públicos de assistência social, educação, cidadania e o direito às identidades para as travestis, restando a elas, apenas, as atividades ligadas à prostituição e ao mercado das ilegalidades.

ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS

Ao longo deste capítulo foram expostas narrativas que caracterizam as transformações corporais, subjetivas e violências que atravessam as trajetórias de vida das travestis. A questão gira em torno da construção, desconstrução e reconstrução de corpos que não se adequam aos padrões de gênero e sexualidade e, por isso, elas são submetidas às condições insuficientes de apoio social e econômico, além das violências nos múltiplos espaços sociais. A partir da transgressão às normas de gênero e sexualidade, necessariamente colocadas pelos binarismos de gêneros, as travestis são relegadas a contextos violentos e recorrem à prostituição e à criminalidade como fonte de sobrevivência. Esses apontamentos dizem muito a respeito de como sujeitos marcados pelas diferenças de gênero, sexualidade e classe, são submetidos a espaços sociais e condições precárias de vida justamente por não se enquadrarem nas formas de vivenciar os gêneros inteligíveis.

As travestis transformam seus corpos com signos atribuídos por elas ao feminino, mas, ao executarem essas transformações,

recorrem às mesmas tecnologias de gênero que normatizam homens e mulheres, masculino e feminino a partir dos binários de gênero. Embora, não sejam conformadas, corporal e/ou subjetivamente, totalmente de acordo com as características definidas para um e para o outro. A produção de corpos travestis em dissintonia com os padrões de gênero e sexualidade baliza os corpos, gêneros e desejos considerados "normais" em contraposição aos "anormais", sujos, promíscuos. Toda a potência, classificatória e identificatória, dos padrões de gênero parece borrada se confrontada aos corpos e às sexualidades das travestis. Nessa perspectiva, os corpos que importam são aqueles nomeados e determinados pelas leis de gênero, ou seja, são aqueles definidos a partir das nossas genitálias. Para Bento (2016), o feminino por si só já representa aquilo que é desvalorizado socialmente, mas, quando "esse feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há uma ruptura inaceitável com as normas de gênero" (p. 52).

As normas sexuais e de gênero condicionam legibilidade ou não a determinados grupos sociais, de forma que os grupos considerados ilegíveis, ou seja, não enquadrados nas leis sexuais e de gênero, são relegados a vivenciar as precariedades que, no caso das travestis, se dão no insuficiente apoio familiar, social e do Estado; nas violências e nos estigmas sociais de prostituta, perigosa e criminosa.

Quando submetidas ao aprisionamento, as travestis perpassam múltiplas violências institucionais, com a descaracterização dos atributos por elas definidos como o feminino em seus corpos. Com isso, junto aos demais internos, reinventam seus corpos e as formas de vivenciar suas sexualidades no cotidiano de agruras da prisão. Com eles, se relacionam afetivo-sexualmente e empreendem negociações múltiplas para garantir a sobrevivência no dia a dia encarcerado (NASCIMENTO; MARQUES; OSTERNE, 2020). Tais práticas instituem formas de vida em meio à

precariedade a que são submetidas as travestis nos múltiplos espaços sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, B. C. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual (Tese de Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2015.

BENEDETTI, M. R. "Hormonizada! Reflexões sobre o uso de hormônios e tecnologia do gênero entre travestis de Porto Alegre". **Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 1998.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. "Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência". *In*: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BUTLER, J. "Corpos que ainda importam". *In*: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016b.

BUTLER, J. "Corpos que pesam". *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016a.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPUZANO, G. “Recuperação das histórias travestis”. *In*: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (orgs.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

CARVALHO, M. F. L. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: UERJ / Instituto de Medicina Social, 2011.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JUNQUEIRA, R. D, “A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar”. **Revista Educação On-line**, n. 10, 2012.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008.

LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero”. *In*: HOLLANDA, H. (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOPES, S. H. “Corpo, metamorfose e identidades – de Alan a Elisa Star”. *In*: LEAL, O. F. (org.). **Corpo e significado**: ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

MARCUS, G. Entrevista. **Mana**, vol. 21, n. 2, 2015.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of mult-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, vol. 24, 1995.

NASCIMENTO, F. E. M NASCIMENTO, F. E. M. "Agrupamento de travestis e transexuais encarceradas no Ceará". **Revista Estudos Feministas**, vol. 28, n. 1, 2020a.

NASCIMENTO, F. E. M. "A gente já nasce travesti": o processo de transformações das travestilidades e violências nas narrativas de travestis aprisionadas no Ceará. **Ponto Urbe**, vol. 23, 2018b.

NASCIMENTO, F. E. M. "A inscrição do feminino no corpo travesti: A trajetória das transformações da travestilidade de Renata". **História e Cultura**, vol. 7, n. 1, 2018a.

NASCIMENTO, F. E. M. "Agente penitenciário e/ou pesquisador? Trabalho e pesquisa na prisão desde um lugar relacional". **Revista Norus: Novos Rumos Sociológico**, vol. 6, n.10, 2018d.

NASCIMENTO, F. E. M. "Pesquisa e trabalho no cárcere: desafios da pesquisa e do trabalho dos agentes penitenciários na prisão. **Vivência: Revista de Antropologia**, vol. 1, n. 51, p. 180-201, 2018c.

NASCIMENTO, F. E. M. **Entre grades, muralha e vivências**: uma etnografia da ressocialização na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social). Sobral: INTA, 2015.

NASCIMENTO, F. E. M. *et al*. "Relações e relacionamentos de pessoas LGBT em prisão masculina: entre normas e limites do dentro e fora da prisão". **Revista Dilemas**, vol. 13, n. 2, 2020.

NASCIMENTO, F. E. M. **Travestilidades Aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UECE, 2018.

NOGUEIRA, F. J. S. **"Mariconas"**: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e invisibilidades (Tese de Doutorado em Sociologia). João Pessoa: UFJP, 2013.

PADOVANI, N. C. "Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das classes perigosas". **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

PELÚCIO, L. "Na noite nem todos os gatos são pardos": notas sobre prostituição de travestis. **Cadernos Pagu**, n. 25, 2005b.

PELÚCIO, L. "Toda Quebrada na Plástica": Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulista. **Revista Campos**, n. 6, 2005a.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2009.

PERES, W. S. "Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos". *In*: Souza, L. F. *et al*. (orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

RUBIN, G. "The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex". *In*: REITER, R. (ed.). **Toward an Antropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

VALE, A. F. C. **Voo da beleza**: travestilidade e devir minoritário (Tese de Doutorado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 2005.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Albérico Araújo Sial Neto é graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail para contato: neto120997@gmail.com

Ana Margarida Theodoro Caminhas é docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduada em Ciências Biológicas. Mestra em Educação. Doutora em Aquicultura. E-mail para contato: ana.caminhas@unesp.br

Ana Clara Rodrigues Marques é graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Áreas de interesse na pesquisa: Políticas públicas e Gênero. E-mail para contato: anaclararmarques@gmail.com

Angélica Ruas Moreira é graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Áreas de interesse na pesquisa: Políticas públicas e Gênero. E-mail para contato: angelicaruas333@gmail.com

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras é delegada da Polícia Civil do Estado de Roraima. Graduada em Direito. Mestra em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Doutoranda em Sociologia e Direito. E- mail: candidasenhoras@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Carolina dos Reis Alves é docente da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Graduada em Enfermagem. Mestra e doutora em Ciências da Saúde. E-mail para contato: carolina.calreis@yahoo.com.br

Denise Regina Quaresma Da Silva é docente da Universidade La Salle (UNILASALLE). Graduada em Psicologia. Mestra e doutora em Educação. Pós-doutora em Estudos de Gênero. E-mail para contato: denisequaresmadasilva@gmail.com

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo. Doutor em Ciências. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisador do *think tank* IOLEs. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Francisco Elionardo de Melo Nascimento é docente da Faculdade Ieducare do Centro Universitário Uninta (FIED). Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail para contato: elionardomelo@gmail.com

Ivan Amaro é docente da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Graduado em Letras. Mestre, doutor e pós-doutor em Educação. E-mail para contato: ivanamaro.uerj@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Joelma Fernandes de Oliveira é graduada em Pedagogia. Mestra e doutora em Educação. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). E-mail para contato: joelmaufrr@hotmail.com

José Ronivon Fonseca é docente da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Graduado em Enfermagem. Mestre em Cuidado Primário em Saúde. E-mail para contato: jose.fonseca@unimontes.br

Lyzia Toscano da Silva é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho (UGF). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Unifacvest (UNIFACVEST). E-mail para contato: lyziarj@gmail.com.

Maria Natália Pereira Ramos é docente da Universidade Aberta de Lisboa (UAb). Graduada em Psicologia. Mestra em Psicologia Clínica e Patológica. Doutora e pós-doutora em Psicologia Clínica e Intercultural. E-mail para contato: natalia@uab.pt

Marly de Jesus Sá Dias é docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Assistência Social. Mestra em Educação. Doutora em Políticas Públicas. E-mail para contato: marlydejesus@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Patrick Leonardo Nogueira da Silva é graduado em Enfermagem. Mestrando em Cuidado Primário em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail para contato: patrick_mocesp70@hotmail.com

Rafael da Silveira Moreira é pesquisador do Instituto Aggeu Magalhães (IAM), Fiocruz Pernambuco. Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Saúde Pública (USP). E-mail para contato: rafael.moreira@fiocruz.br

Shirlei Alexandra Fetter é graduada em Pedagogia. Mestra em Desenvolvimento Regional. Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle (UNILASALLE). E-mail para contato: fettershirlei@gmail.com

Silvana Weinhardt de Oliveira é graduada em Direito, bem como em Estudos Sociais. Mestra em Ciências Sociais Aplicadas - Direito e Cidadania. Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas - Políticas Públicas. E-mail para contato: silvanaw@utfpr.edu.br

Tiago de Oliveira Braga é graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Araraquara (UNIARA). E-mail para contato: tiagooliveirabraga@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Valdira Vieira de Oliveira é docente da Faculdade Santo Agostinho (FASA). Graduada em Enfermagem. Especialista em Enfermagem em Saúde Pública. Mestra em Enfermagem. E-mail para contato: valdira_oliver@hotmail.com

Vanessa Soares Matos é graduada em Letras, bem como em Pedagogia. Pós-Graduada em Letras. Mestra em Estudos Literários. Doutoranda em Estudos Portugueses. E-mail para contato: vanessas2matos@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022